UNIFACS
UNIVERSIDADE SALVADOR
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

JALDO BORGES DE SOUZA

ECOTURISMO COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DAS POTENCIALIDADES ECOTURÍSTICAS DA REGIÃO DO RIO PRETO DO CRICIÚMA, NO MUNICÍPIO DE JEQUIÉ

Salvador
2012

JALDO BORGES DE SOUZA

ECOTURISMO COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DAS POTENCIALIDADES ECOTURÍSTICAS DA REGIÃO DO RIO PRETO DO CRICIÚMA, NO MUNICÍPIO DE JEQUIÉ

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano - Universidade Salvador - UNIFACS, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre.

Orientador: Profª. Drª Regina Celeste de Almeida Souza

Salvador
2012

FICHA CATALOGRÁFICA

(Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Salvador - UNIFACS)

Souza, Jaldo Borges de

Ecoturismo como alternativa de desenvolvimento sustentável: um estudo das potencialidades ecoturísticas da região do Rio Preto do Criciúma, no município de Jequié/ Jaldo Borges de Souza. – Salvador, 2012.
173 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano)- Universidade Salvador – UNIFACS, 2012.

Orientadora: Profª. Drª Regina Celeste de Almeida Souza

1. Desenvolvimento Sustentável – Jequié (BA). 2. Ecoturismo – Jequié (BA). I. Souza, Regina Celeste de Almeida, orient. II. Título.

CDD: 574.5

JALDO BORGES DE SOUZA

ECOTURISMO COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DAS POTENCIALIDADES ECOTURÍSTICAS DA REGIÃO DO RIO PRETO DO CRICIÚMA, NO MUNICÍPIO DE JEQUIÉ

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador – UNIFACS, pela seguinte banca examinadora:

Regina Celeste de Almeida Souza - Orientadora_____
Doutora em Geografia pela Universidade de Rouen (França)

Carolina de Andrade Spínola _____
Doutora em Geografia pela Universidade de Barcelona (Espanha)

Natália Silva Coimbra de Sá _____
Doutora em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Salvador, março de 2012.

Dedico este trabalho à minha esposa Eurides, aos meus filhos Jaldo, Ana Larúbia, Douglas, Laila, Marcílio e Henrique, pelo amor, carinho e o apoio incondicional e constante, sem os quais não seria possível a sua conclusão.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida, pela inspiração e por permitir que a natureza exista, para que possamos contemplá-la em toda a sua grandiosidade e beleza.

À professora doutora Regina Celeste de Almeida Souza, pela orientação, pelas valiosas contribuições, pela paciência e carinho e pelos incentivos nos momentos de incertezas.

Ao professor Euclides Fernandes, diretor da Faculdade Integrada Euclides Fernandes (FIEF) pelo incentivo e o apoio institucional e financeiro, imprescindível a esta conquista.

Aos meus pais, Cirilo Fernandes (*In memorium)* e Maria da Juda, pelo amor incondicional ao longo da minha existência. Aos meus irmãos, pelo carinho e dedicação.

Aos meus cunhados, Neide, Eleni, Barreto e Tinho; e aos meus sobrinhos, Vinícius, Raísa e Manoel Júnior pela acolhida, pelo carinho e apoio ao longo do curso.

Aos meus colegas: professores Adenilson Rosa dos Santos, Joilson Júnior, José Raimundo, Roberto Cosme e aos meus amigos, Paulo Roberto Andrade, Ruth Lima, Marilena e Pondas, pelo incentivo e apoio na condução deste estudo.

À coordenação, aos professores e aos colegas do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Unifacs.

"É triste pensar que a natureza fala e que o gênero humano não a ouve".

Victor Hugo - escritor francês.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo um estudo sobre os atributos naturais da região do Rio Preto do Criciúma, no Município de Jequié, com vistas a sugerir uma política de desenvolvimento sustentável e de conservação do meio ambiente, através do ecoturismo, integrada às necessidades da comunidade local. Para tanto, inseriu-se a comunidade do Rio Preto do Criciúma em um contexto socioeconômico, cultural e ambiental, recorrendo-se, inicialmente, a uma fundamentação teórico-prática relacionada ao desenvolvimento sustentável e ao ecoturismo, como modalidade de turismo voltado para a natureza. Além da fundamentação teórica, a análise foi desenvolvida a partir de fontes primárias, com entrevistas semiestruturadas com ecologistas, ambientalistas, autoridades, moradores e membros do Grupo Ecológico Rio das Contas (GERC), que complementaram as fontes documentais, principalmente por parte dos organismos públicos. Nas observações *in loco* e amparadas em documentos do GERC, observou-se que nos trechos de manchas remanescentes de Mata Atlântica, existe uma exuberância fascinante, não só pela imponência de árvores centenárias, a exemplo do Vinhático, Jacarandá da Bahia, Cedro, Jequitibá. Castanheira-do-reino, Ipê, Louro, Massaranduba, Pau-Brasil, dentre outros, como também por ser uma verdadeira caixa d'água, uma vez que existem várias nascentes de rios, riachos e córregos. Montanhas, trilhas, cachoeiras e a presença de várias espécies de animais silvestres completam o cenário paradisíaco, propício a atividades relacionadas ao turismo ecológico. A percepção da comunidade em relação ao lugar é de plena identidade, como reconhecimento das suas belezas e da necessidade de preservação. Há, porém, a necessidade da participação efetiva do poder público nas diversas instâncias, da iniciativa privada, de ONGs, inserção da comunidade local para a implantação e sustentação de uma atividade ecoturística na área.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável. Ecologia. Conservação. Ecoturismo. Comunidade.

ABSTRACT

This report aims at studying on the natural attributes of Rio Preto do Criciúma region, in the city of Jequié in order to suggest a policy of sustainable development and environmental conservation through ecotourism, integrated to the needs of the local community. For this purpose, the community of Rio Preto do Criciúma inserted in a socio-economic cultural and environmental context related to sustainable development and ecotourism, as a kind of tourism focused on nature. In the theoretical framework, the analyses was developed from primary sources, with semi-structured interviews with ecologists, environmentalist, authorities, residents and members of GERC (Rio das Contas Ecological Group), due to the scarcity of documentary sources especially by political organizations. Though the observation on-the-sport and supported by GERC documents is was observed that in stretches of Atlantic Forest remaining spot, there is an exuberance fascinating which of charms, not only by the magnificence of beautiful and centennial trees, like Vinhático, Jacarandá-da Bahia, Cedar, Jequitibá, Castanheira-do-reino, Ipê, Louro, Massaranduba, Pau-brasil, among water tank since there have been several sources of rivers creeks and streams, mountains, trails, waterfalls and the presence of several species of avid animals complete the idyllic setting, favorable to activities related to ecotourism. The community perception about the place is full identity, in recognition of their beauty and the need for preservation. But there is the necessity of the effective participation of the public authorities in several ways, private´s, NGOs´, the insertion of the local community for the introduction and support of an ecotouristic activity in the region.

Key Words: Sustainable Development. Ecology Conservation. Ecotourism and Community.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização de Jequié na Bahia e sua região de influência.....101

Figura 2 - Região do Rio Preto do Criciúma.....103

Figura 3 - Cachoeira da Grutinha – Fazenda Guariba 105

Figura 4 - Morro do Vavá – Serra Tabocal – Cajueiro.....105

Figura 5 - Vista panorâmica de Jequié a parir do Mirante do Jafé (980 metros acima do nível do mar) 106

Figura 6 - Na região, registra-se a extração irregular de madeira.....107

Figura 7 - A horticultura é uma das atividades mais comuns entre os proprietários de pequenas fazendas 108

Figura 8 - Trilha do Morro da Provisão - Percurso: 3,82 Km, em 2,5 h (a pé), com nível moderado a pesado.....110

Figura 9 - Este pesquisador com moradores da região, na coleta de dados 112

Figura 10 - Vinhático, árvore nobre, comum nas fazendas da região 117

Figura 11 - Barragem do Cajueiro-Convergência dos rios Preto do Costa e Preto do Criciúma. No centro, a BR 330.....120

Figura 12 - Trilhas para a prática de trekking.....121

Figura 13 - Mapa topográfico das trilhas da Região do Rio Preto do Criciúma.Projeto Mãe da Mata 122

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AJI	Associação Jequieense de Imprensa
APA	Área de Proteção Ambiental
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CBTS	Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável
CI	*Conservation International*
CMMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
ECO-92	Conferência das Nações Unidas de Desenvolvimento e Meio Ambiente
EMBRATUR	Instituto Brasileira de Turismo,
FLONA	Floresta Nacional
FRISUBA	Frigorífico do Sudoeste Baiano
GERC	Grupo Ecológico Rio das Contas
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMA	Instituto do Meio Ambiente
INEMA	Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
IUNC	União Mundial para a Natureza
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Pobreza
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização Não Governamental
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODETUR	Programa de Ação para o Desenvolvimento Turístico do Nordeste
PROECUTUR	Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal
RESEX	Reserva Extrativista
RPPN	Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Particular de Patrimônio Natural
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SIEB	Sistema de Informação de Atenção Básica à Saúde
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TIES	Sociedade Internacional de Ecoturismo
UC	Unidade de Conservação
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UNEP	Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente
UPI	Unidades de Proteção Integral
UUS	Unidades de Uso Sustentável
WCED	*World Comission on Environment and Development*
WTTC	Conselho Mundial de Viagens e Turismo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 16
1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 22
1.1 CRESCIMENTO *VERSUS* DESENVOLVIMENTO 22
1.2 TRANSIÇÃO PARA UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO 28
1.3 ECODESENVOLVIMENTO 30
1.4 ABORDAGENS CONCEITUAIS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 34
1.5 DESENVOLVIMENTO LOCAL 39
1.6 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL 44
2 TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 47
2.1 CONCEITOS DE TURISMO NUMA PERSPECTIVA ECONÔMICA E AMBIENTAL 47
2.2 CONCEITOS DE TURISMO SUSTENTÁVEL 52
2.3 TURISMO SUSTENTÁVEL NO BRASIL 59
3.1 ABORDAGEM CONCEITUAL DO ECOTURISMO 67
3.2 ECOTURISMO E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 74
3.3 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO 78
3.4 CONCEITOS DE CAPACIDADE DE CARGA 85
3.5 O PLANEJAMENTO DO ECOTURISMO 87
4 O MUNICÍPIO DE JEQUIÉ: UMA CARACTERIZAÇÃO 94
4.1 EVOLUÇÃO POLÍTICO-TERRITORIAL DO MUNICÍPIO 94
4.2 MICRORREGIÃO DE INFLUÊNCIA 97
4.3 DADOS ECONÔMICOS 98
4.4 INFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS 100
4.5 CONTEXTUALIZANDO A REGIÃO DO RIO PRETO DO CRICIÚMA 102
4.5.1 Principais Atividades Econômicas 107
5 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO 110
5.1 POTENCIALIDADES ECOTURÍSTICAS 110
5.2 A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL 113
5.3 A PAISAGEM 118
5.4 A RELAÇÃO DE IDENTIDADE DA COMUNIDADE COM O LUGAR E A PAISAGEM 122
6 CONSIDERAÇOES FINAIS 125
REFERENCIAS 134

APÊNDICE A - Entrevista sobre potencialides ecoturísticas do Rio Preto do Criciúma – Jequié – Ba - Entrevistado: Professor/Geógrafo Alan Ricardo Ribeiro Marinho, membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Jequié 140

APÊNDICE B - Entrevista sobre potencialides ecoturísticas do Rio Preto do Criciúma - Jequié – Ba - Entrevistado: Emanoel Jorge Leal Braga - Professor, antropólogo - ecoturista 143

APÊNDICE C - Entrevista sobre potencialides ecoturísticas do Rio Preto do Criciúma – Jequié – Ba - Entrevistado: Luiz Carlos Ribeiro Poponet - Bacharel em Ciências Contábeis - Professor - Ecoturista.....145

APÊNDICE D - Entrevista sobre potencialides ecoturísticas do Rio Preto do Criciúma - Jequié – Ba - Entrevistado: Domingos Ailton da Silva - Jornalista/Professor - Secretário Executivo do Grupo Ecológico Rio de Contas (GERC) 148

APÊNDICE E - Entrevista sobre potencialides ecoturísticas do Rio Preto do Criciúma – Jequié - Ba - Entrevistado: Maria Alves da Cruz - Mestra em Desenvolvimento Sustentável - Professora - Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Jequié 152

APÊNDICE F - Entrevista sobre potencialides ecoturísticas do Rio Preto do Criciúma – Jequié – Ba - Entrevistado: Maurício Carlos – Sitiante e comerciante, morador local.....155

APÊNDICE G - Entrevista sobre potencialides ecoturísticas do Rio Preto do Criciúma – Jequié – Ba - Entrevistado: Agnaldo Manoel dos Santos - Lavrador-Morador local.....157

APÊNDICE H - Entrevista sobre potencialides ecoturísticas do Rio Preto do Criciúma – Jequié – Ba - Entrevistado: Agnaldo José Patrocínio – Lavrador - Morador local.....159

APÊNDICE I - Entrevista sobre potencialides ecoturísticas do Rio Preto do Criciúma – Jequié – Ba - Entrevistado: Antônio Lino da Cruz – Agricultor - Morador no local 161

APÊNDICE J - Entrevista sobre potencialides ecoturísticas do Rio Preto do Criciúma - Jequié – Ba - Entrevistado: Marinalva Carvalho Ferreira – Comerciante - Moradora local 163

APÊNDICE L - Entrevista sobre potencialides ecoturísticas do Rio Preto do Criciúma - Jequié – Ba - Entrevistado: Maria dos Santos – Sitiante - Moradora local 165

APÊNDICE M - Entrevista sobre potencialides ecoturísticas do Rio Preto do Criciúma - Jequié - BA - Entrevistado: Carmosina Marta do Patrocínio – lavradora 167

APÊNDICE N - Entrevista sobre potencialides ecoturísticas do Rio Preto do Criciúma - Jequié - Ba - Entrevistado: Eliene Nascimento de Souza – lavradora - moradora local 169

APÊNDICE O - Entrevista sobre potencialides ecoturísticas do Rio Preto do Criciúma - Jequié - Ba - Entrevistado: Leonardo Santos Silva - agricultor.....171

APÊNDICE P- Entrevista sobre potencialides ecoturísticas do Rio Preto do Criciúma – Jequié - BA - Entrevistado: Gedeon Souto dos Santos - Agricultor - Residente local 173

INTRODUÇÃO

O turismo tem despertado a atenção de pesquisadores e estudiosos, adentrando o universo acadêmico, transformando-se em um interessante tema de pesquisa. E isto se dá, segundo os estudiosos do assunto, pelo fato de o turismo apresentar-se como uma importante atividade social e econômica, não apenas no Brasil, mas em diversas partes do mundo, colocando-se entre os fenômenos socioeconômicos mais representativos da atualidade.

A importância e a abrangência deste fenômeno estão ligadas diretamente às condições impetradas pela nova ordem emergente, que passou a ser conhecida como revolução pós-industrial, resultante de uma nova conjuntura internacional, de mudanças culturais e de crescimento econômico de setores ligados principalmente ao meio ambiente.

Pela sua representatividade do ponto de vista socioeconômico e ambiental, o turismo tem suscitado polêmicas; de um lado, os seus defensores que o consideram importante no favorecimento de muitas atividades e grupos sociais; e do outro, os que o condenam pelos impactos negativos causados aos recursos ambientais e às comunidades de seu entorno. Sobre o assunto, Sasaki (2006) diz que não é possível negar que o turismo, local ou global, afeta, a cada dia, mais economias do mundo inteiro, desde as comunidades mais afastadas dos centros urbanos até as metrópoles de maior expressividade comercial.

Ainda segundo Sasaki (2006), longe de pensar o turismo do ponto de vista romântico, como simples articulador de múltiplas dimensões (econômica, cultural, social, ambiental e espacial), constata-se que, em todas as suas dimensões, ele vem experimentando movimentos de ruptura e reconstrução, especialmente no decorrer da última década. A autora considera, também, que o turismo desperta interesse por sua característica multidimensional, ou seja, ao mesmo tempo em que causa impactos socioambientais negativos nos espaços que ocupa, também altera a percepção de realidade e enriquece a cultura dos turistas, bem como dos residentes das comunidades receptoras, na medida em que agrega conhecimento às pessoas que o praticam e tendem a proporcionar um fortalecimento da identidade das comunidades.

Pensar o turismo é entendê-lo de forma multifacetada: a questão da pobreza, a conservação ambiental, a problemática do patrimônio. Além disso, conforme Irving (2007), há de se considerar que hoje existe uma tendência, não só no Brasil, mas mundialmente, de entender o turismo segundo uma nova visão de desenvolvimento regional. A autora observa que durante muito tempo, o turismo foi entendido como uma atividade operacional, distanciada de um panorama macro, um setor isolado no planejamento de governo e distante de uma visão estratégica de desenvolvimento. Atualmente trabalha-se na direção de se buscar todas as potencialidades locais.

Baseado no que ensinam Irving e outros autores (2005), há de se entender que a modalidade de turismo denominada ecoturismo, constitui-se em um dos alicerces na tentativa de alcançar um modelo sustentável de desenvolvimento. Sobre o assunto, Berenstein (2001) postula que nos anos1980, surgiram princípios e conceitos sobre o turismo e sobre o desenvolvimento sustentável que estabeleceram, como um dos principais objetivos, desenvolver maior conscientização e um melhor entendimento sobre a significativa contribuição que o turismo pode dar ao meio ambiente, à economia e à qualidade de vida das populações receptoras.

Ainda segundo Berenstein (2001), o processo de construção desses conceitos foi consolidado nos anos 1990 e passou a fazer parte deles o turismo sustentável, adjetivação necessária para diferenciá-lo da atividade turística tradicional. O conceito de turismo sustentável, portanto, inclui, segundo a autora, a viabilidade econômica a longo prazo, a justiça social e a proteção do meio ambiente.

Partindo destes pressupostos, pretende-se como objeto de análise da presente pesquisa, estudar as potencialidades ecoturísticas da Região do Rio Preto do Criciúma, em Jequié, a 360 Km de Salvador, por apresentar uma rica biodiversidade, em área remanescente da Mata Atlântica, o que pode favorecer a implantação de projetos ecoturísticos como forma de desenvolvimento socioeconômico regional sustentável, aliados à estratégia de conservação da natureza, com participação da comunidade local. Proposta, aliás, considerada por Buarque (1999), um processo endógeno de mobilização das energias sociais em espaços de pequena escala – municípios, localidades, microrregiões, que implementam mudanças capazes de elevar as oportunidades sociais, a viabilidade econômica e as condições de vida da população.

Entende-se que a relevância deste trabalho está na sua atualidade e, principalmente, na defesa de uma proposta de desenvolvimento sustentável, que torne viável uma melhor conservação dos ecossistemas, principalmente os recursos da flora, fauna e demais recursos naturais remanescentes da Mata Atlântica, situados na localidade do Rio Preto do Criciúma, no Município de Jequié, no Sudoeste Baiano.

A motivação maior para a escolha do tema foi a de contribuir para o conhecimento de uma questão, objeto de amplas discussões, que é a conservação do meio ambiente. Desta forma, através do método de estudo de caso, pretende-se, com uma análise teórica e empírica, mostrar o ecoturismo como uma modalidade de turismo em que se pode associar desenvolvimento econômico e a consciência sobre a necessidade de conservação dos recursos naturais existentes no local.

É inegável que a atividade turística vem sendo considerada uma importante alternativa na geração de emprego e de renda. Apesar disso, segundo advertem os especialistas, o turismo tem sido explorado de forma irracional, provocando danos irreparáveis ao meio ambiente, o que torna necessária a implantação de projetos, com vistas a sensibilizar as comunidades locais e turísticas para o uso racional dos recursos oferecidos pelo turismo, sem prejudicar o patrimônio histórico, natural ou cultural.

No caso da região do Rio Preto do Criciúma, no Município de Jequié, essa questão torna-se mais relevante, dado ao quadro recessivo da economia regional, aliado ao processo constante de degradação ambiental, perpetrado pela falta de consciência ecológica das comunidades locais, e do extrativismo irregular e criminoso de madeira. Assim, considera-se necessária uma proposta de estudo sobre a potencialidade ecoturística da região, com vistas a sugerir uma política de desenvolvimento para o ecoturismo local e regional, com participação das comunidades, visitantes, órgãos públicos e privados.

Para atingir os objetivos propostos, utiliza-se um plano de pesquisa que permita a coleta de dados e a análise das informações. Opta-se por uma metodologia de natureza qualitativa, na forma de estudo de caso que, segundo Yin (2001), objetiva examinar acontecimentos contemporâneos contando com técnicas da pesquisa histórica e utilizando a observação direta e a série sistemática de entrevistas.

A abordagem qualitativa, por sua vez, tem sido frequentemente utilizada em estudos voltados para a compreensão da vida humana em grupos, em campos como sociologia, antropologia, psicologia, dentre outros das ciências sociais. Esta abordagem tem tido diferentes significados ao longo da evolução do pensamento científico, mas se pode dizer, enquanto definição genérica, que abrange estudos nos quais se localiza o observador no mundo, constituindo-se portanto, num enfoque naturalístico e interpretativo da realidade (DENZIN; LINCOLN, 2000).

O presente trabalho desenvolve-se do ponto de vista dos procedimentos técnicos, através de uma pesquisa bibliográfica, com utilização de livros, dissertações, teses, artigos de periódicos, material disponibilizado pela Internet acerca do tema da pesquisa, fotografias, bem como através de dados obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Secretarias Municipais da Saúde, da Cultura e Turismo e da Agricultura e Meio Ambiente de Jequié; Conselho Municipal de Meio Ambiente de Jequié e Grupo Ecológico Rio das Contas (GERC). Por se tratar de um estudo de caso, um levantamento de dados primários, com interrogação direta de ecoturistas, conservacionistas e moradores da localidade do Rio Preto do Criciúma, através de entrevistas semiestruturadas e/ou abertas é considerado imprescindível à conclusão da presente pesquisa e para responder à seguinte indagação: Como um projeto ecoturístico poderá contribuir para o desenvolvimento sustentável e a conservação dos atributos naturais de Jequié, a partir de uma experiência na área do Rio Preto do Criciúma?

A pesquisa tem como objetivo geral analisar as contribuições do ecoturismo como proposta de desenvolvimento sustentável para Jequié, a partir da análise das potencialidades da região do Rio Preto do Criciúma, neste município. Essa análise, por sua vez, dá-se mediante a consecução dos seguintes objetivos específicos: a) Identificar as potencialidades naturais do Rio Preto do Criciúma, como forma de sugerir a implementação de atividades ecoturísticas planejadas naquela região; b) Propiciar uma melhor compreensão das forças determinantes do desenvolvimento sustentável da região de Jequié, a partir da dinâmica relacionada ao ecoturismo; c) Contribuir para uma tomada de consciência sobre os prejuízos do processo de degradação ambiental na microbacia do Rio Preto do Criciúma e do extrativismo criminoso de madeira; d) Subsidiariamente, contribuir, também, para o

desenvolvimento de estudo teórico-prático que possibilite o avanço dos modelos alternativos de desenvolvimento regional, a partir do ecoturismo.

O estudo, ora proposto, estrutura-se em quatro capítulos, sendo que as discussões, neles desenvolvidas, são baseadas em teóricos como Buarque e Bezerra (1994); Buarque (1999, 2002); Bellen (2005); Sachs (2007, 2008); Swarbrooke (2000); Wearing e Neil (2001); Western (1999), Diegues (2004), Dias (2003, 2006), Irving e outros (2005), Irving (2007), dentre outros, de igual relevância para entendimento do objeto da presente pesquisa.

No primeiro capítulo, abordam-se teorias sobre desenvolvimento sustentável, com enfoque na relação entre crescimento e desenvolvimento; transição para um novo modelo de desenvolvimento, ecodesenvolvimento, desenvolvimento local e desenvolvimento sustentável local.

No segundo capítulo, ainda como alicerces para o entendimento do objeto de estudo, são inseridos conceitos de turismo numa perspectiva econômica e ambiental; conceitos de turismo sustentável e considerações sobre o turismo sustentável no Brasil. Neste capítulo, também é inserida a discussão acerca do desenvolvimento sustentável, com abordagem sobre o conceito de ecoturismo, como sendo uma forma sustentável de turismo baseado nos recursos naturais, que focaliza principalmente a experiência e o aprendizado sobre a natureza. Também são abordados conhecimentos teóricos do ecoturismo e sua relação com o desenvolvimento sustentável, destacando a multidimensionalidade dessa atividade turística que conseguiu captar o interesse tanto de empresas turísticas como de pesquisadores e acadêmicos.

O terceiro capítulo destina-se às informações sobre o Município de Jequié. Neste capítulo também são inseridas informações sobre a região do Rio Preto do Criciúma, objeto deste estudo, destacando-se as características da comunidade local, sua percepção em relação à paisagem, ao local, à cultura, à fauna, à flora e a outros atributos naturais.

No quarto capítulo são discutidos e analisados os questionamentos dos dados obtidos através das entrevistas com autoridades; pessoas que vivenciam e contribuem para a implantação de um projeto ecoturístico na região do Rio Preto do Criciúma e, principalmente, com proprietários rurais e moradores da localidade,

atores e principais interessados em quaisquer projetos que venham a ser implementados naquela região. Foram entrevistadas dezenove pessoas, selecionadas pelas valiosas contribuições oferecidas ao desenvolvimento do presente trabalho.

A última parte deste trabalho é constituída das considerações finais, onde são enfocadas a visão do autor sobre o tema abordado, como forma de tentar responder ao questionamento inicial da presente pesquisa.

1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1.1 CRESCIMENTO *VERSUS* DESENVOLVIMENTO

Amartya Sen (1999) advoga que a economia e a ética estavam interligadas desde Aristóteles, por duas questões centrais de fundo: o problema da motivação humana (como deveríamos viver?) e a avaliação das conquistas sociais. Na concepção do economista, o desenvolvimento de um país está essencialmente ligado às oportunidades que ele oferece à população de fazer escolhas e exercer sua cidadania. E isso inclui não apenas a garantia dos direitos sociais básicos, como saúde e educação, como também segurança, liberdade, habitação e cultura. Para o autor citado, vivemos em um mundo de opulência sem precedentes, mas também de privação e opressão extraordinárias. O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de cidadão.

Sachs (2008), por sua vez, diz que a outra origem da economia- as questões logísticas que Sen (1999) chama de “abordagem de engenharia”-se tornou preponderante, hoje, a ponto de fazer a ética ser praticamente esquecida. Para o autor, o desenvolvimento, distinto do crescimento econômico, cumpre o papel de reaproximação da economia com a ética, sem esquecer a política, na medida em que os objetivos do desenvolvimento vão além da mera multiplicação da riqueza material.

O crescimento é uma condição necessária, mas, de forma alguma, suficiente (muito menos é um objetivo em si mesmo) para se alcançar as metas de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos. No contexto histórico em que surgiu, a ideia de desenvolvimento implica a expiação e a reparação de desigualdades passadas, criando uma conexão capaz de preencher o abismo civilizatório entre as antigas nações metropolitanas e a sua antiga periferia colonial, entre as minorias ricas modernizadas e a maioria ainda atrasada e exausta dos trabalhadores pobres. O desenvolvimento traz consigo a promessa de tudo,- a modernidade inclusiva propiciada pela mudança estrutural.

Sachs (2008), considera ainda que outra maneira de encarar o desenvolvimento consiste em conceituá-lo em termos da apropriação efetiva das

três gerações de direitos humanos: direitos políticos, civis e cívicos; direitos econômicos, sociais e culturais – entre eles o direito ao trabalho digno, criticamente importante; direitos coletivos ao meio ambiente e ao desenvolvimento.

Defende também que igualdade, equidade e solidariedade estão, por assim dizer, embutidas no conceito de desenvolvimento, com consequências de longo alcance para que o pensamento econômico sobre o desenvolvimento se diferencie do economicismo redutor. Em vez de maximizar o crescimento do PIB, o objetivo maior se torna promover a igualdade e maximizar a vantagem daqueles que vivem nas piores condições, de forma a reduzir a pobreza, fenômeno vergonhoso, porquanto desnecessário, em mundo de abundância.

> O crescimento, mesmo que acelerado, não é sinônimo de desenvolvimento se ele não amplia o emprego, se não reduz a pobreza e se não atenua as desigualdades. De acordo com o mesmo raciocínio, não é suficiente promover a eficiência alocativa. O desenvolvimento exige, conforme mencionado, um equilíbrio de sintonia fina entre cinco diferentes dimensões: social, ambiental, territorial, econômica e política Ele exige que se evite a armadilha da competitividade espúria e, em última instância, autodestrutiva, com base na depreciação da força de trabalho e dos recursos naturais. (SACHS, 2008, p.14).

Furtado (1983), também faz distinção entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento, considerando que desenvolvimento compreende a idéia de crescimento, superando-a:

> Com efeito: ele se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa. Essa complexidade estrutural não é uma questão de nível tecnológico. Na verdade, ela traduz a diversidade das formas sociais e econômicas engendrada pela divisão do trabalho social. Porque deve satisfazer às múltiplas necessidades de uma coletividade é que o conjunto econômico nacional apresenta sua grande complexidade de estrutura. Esta sofre a ação permanente de uma multiplicidade de fatores sociais e institucionais que escapam à análise econômica corrente [...] O conceito de crescimento deve ser reservado para exprimir a expansão da produção real no quadro de um subconjunto econômico. Esse crescimento não implica, necessariamente, modificações nas funções de produção, isto é, na forma em que se combinam os fatores no setor produtivo em questão. (FURTADO, 1983, p. 90).

Dessa forma, entende-se que o crescimento econômico não necessariamente seja capaz de garantir o desenvolvimento, ou seja, pode haver crescimento na geração de riqueza sem que haja distribuição desta e consequente melhora na qualidade de vida da população em geral.

Perroux (1967), por sua vez, postula que o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia. Seus principais aspectos estão relacionados às variações da estrutura econômica nacional, que consiste no aparecimento e desaparecimento de indústrias e em taxas de crescimento diferenciadas para as diversas indústrias no decorrer do tempo. O aparecimento de uma indústria nova (ou grupos de indústrias) ou o crescimento de uma indústria existente possui efeitos de propagação na economia através de preços, fluxos e antecipações. Para analisar essa modalidade de crescimento é preciso considerar o papel desempenhado pela indústria motriz, pelo complexo de indústrias e pelo crescimento dos pólos de desenvolvimento.

O autor considera ainda que o crescimento e o desenvolvimento de um conjunto de territórios e de populações não serão conseguidos senão através da organização consciente do meio de propagação dos efeitos do pólo de desenvolvimento. São órgãos de interesse geral que transformam o crescimento duma indústria ou duma atividade em crescimento duma nação em vias de formação e os desenvolvimentos anárquicos em desenvolvimento ordenado (PERROUX, 1967).

Logo, para alcançar o desenvolvimento econômico é preciso realizar transformações de ordem mental e social em uma população, o que possibilitaria o aumento cumulativo e duradouro do produto real, ou seja, a condição essencial para o desenvolvimento seria o rápido despertar das multidões (no homem consiste todo o desenvolvimento). Nos países subdesenvolvidos, que se caracterizam por serem economias desarticuladas, duais e nas quais grande parte da população não tem acesso às condições mínimas de conhecimento, saúde, moradia, etc., é essencial realizar estas transformações para estimular a propensão a poupar, o investimento, o trabalho, a inovação e a elaboração e a execução de planos de desenvolvimento. O papel das instituições é fundamental neste sentido, alterando estruturas nacionais e taxas de crescimento, o que repercute inclusive no desenvolvimento cultural.

Em meio às discussões acerca dos conceitos de crescimento e desenvolvimento, é importante considerar as contribuições da teoria de crescimento econômico de Myrdal (1968), pela qual o economista busca investigar as causas das

desigualdades regionais, bem como sua ampliação entre regiões e países. Para ele, a origem do surgimento das desigualdades interregionais está no círculo vicioso da pobreza de Nurkse (1957), que descreve um processo de causação circular acumulativo no qual, caso não haja intervenção governamental, ocasionará crescentes disparidades.

Uma vez desencadeado o processo de desenvolvimento em uma dada localidade, economias internas e externas crescentes garantem a continuidade do crescimento econômico, em detrimento de outras regiões. Em outros termos, prevalecendo o livre jogo das forças de mercado, haverá um processo acumulativo descendente na região periférica, e ascendente na região central, provocando um aumento das desigualdades inter-regionais no país. Os meios pelos quais o processo acumulativo se desenvolve são os fluxos de migração, de capital e de bens e serviços. Esses movimentos, originários da região em expansão, produzem tanto estímulos desfavoráveis - efeitos regressivos, como favoráveis - efeitos propulsores, ao desenvolvimento das demais regiões do interior.

Os efeitos regressivos (*backwash effects*) ocorrem através do comércio interregional que beneficia as regiões mais prósperas e prejudica as regiões mais pobres. Provocam migrações de caráter seletivo das regiões mais pobres. Provocam migrações de caráter seletivo das regiões periféricas para a região central. A população mais jovem, em idade ativa para o exercício do trabalho, e de melhor qualificação técnica, move-se em direção a região em crescimento, permanecendo no local as pessoas mais idosas, inativas e crianças, ou seja, os indivíduos menos produtivos e que mais precisam de gastos públicos e assistência social.

O capital, por sua vez, flui também para onde a taxa de remuneração dos investimentos é maior e mais segura. Os empresários realizam empreendimentos nas regiões que apresentam maior ritmo de crescimento. O próprio sistema bancário efetua a drenagem dos recursos financeiros, captando as poupanças das regiões mais pobres rumo aos investimentos nas regiões mais ricas. Além da atração do capital e da mão-de-obra especializada para as regiões mais prósperas, adiciona-se também a deficiência de infraestrutura e de serviços públicos, existentes nas regiões mais atrasadas. O resultado final desse processo acarreta na ampliação do grau de desigualdade existente entre as regiões.

Os efeitos propulsores (*spread effects*), também de caráter acumulativo, derivados da região em expansão, por seu turno atuam de forma totalmente inversa a dos efeitos anteriores Produzem aspectos positivos ao desenvolvimento das regiões mais atrasadas. Entre eles, cabe salientar, a redução do desemprego disfarçado, a transferência do progresso tecnológico e o aumento das transações comerciais nessas regiões, principalmente no tocante a produção de matérias-primas, bens de consumo intermediário e de consumo final. Em outras palavras, insumos e produtos, das regiões periféricas, necessários à industrialização da região central.

Em síntese, os efeitos propulsores, oriundos da região central, exercem estímulos positivos na produção e no emprego das atividades econômicas das regiões vizinhas. Já os efeitos regressivos executam a drenagem dos fatores produtivos dessas regiões para a área central. Contudo, como os efeitos regressivos são mais fortes que os efeitos propulsores nas regiões mais pobres e mais fracos nas mais ricas, isso ocasionará a criação e ampliação das disparidades interregionais. Por essa razão, a ação do Estado na economia torna-se imprescindível.

Para o economista, quanto mais alto for o nível do desenvolvimento de um país, tanto mais fortes tenderão a ser os efeitos propulsores, e menores os efeitos regressivos. O alto nível de desenvolvimento se traduz em melhores transportes, comunicação, padrões educacionais mais elevados, entre outros. Isso ocorre porque os países desenvolvidos iniciaram políticas estatais que visavam maior igualdade regional. Desse modo, as forças de mercado que provocam efeitos regressivos foram anuladas e as que promovem efeitos propulsores apoiadas**.**

Souza (1999) ao se referir ao conceito de desenvolvimento econômico, considera que não existe uma definição universalmente aceita de desenvolvimento. Para o autor, uma primeira corrente de economistas, de inspiração mais teórica, considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Já uma segunda corrente, voltada para a realidade empírica, entende que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente. Para os economistas que associam crescimento com desenvolvimento, um país é subdesenvolvido porque cresce menos do que os desenvolvidos, embora apresente recursos ociosos, como terra e mão-de-obra. Ele não utiliza integralmente os fatores

de produção de que dispõe e, portanto, a economia expande-se abaixo de suas possibilidades.

O autor citado considera que, associados a essa noção, emergem os modelos que enfatizam apenas a acumulação de capital, solução simplificadora da realidade, que coloca todos os países dentro da mesma problemática. A ideia é de que o crescimento econômico, distribuindo diretamente a renda entre os proprietários dos fatores de produção, engendra automaticamente a melhoria dos padrões de vida e o desenvolvimento econômico. Contudo, adverte o autor, a experiência tem demonstrado que o desenvolvimento econômico não pode ser confundido com crescimento, porque os frutos dessa expansão nem sempre beneficiam a economia como um todo e o conjunto da população. Mesmo que a economia cresça a taxas relativamente elevadas, o desemprego pode não estar diminuindo na rapidez necessária, tendo em vista que a tendência contemporânea de robotização e de informatização do processo produtivo.

> Associados ao crescimento econômico podem estar ocorrendo outros efeitos, tais como: a) a transferência do excedente de renda para outros países reduz a capacidade de importar e de realizar investimentos; e a apropriação desse excedente por poucas pessoas aumenta a concentração da renda e da riqueza; b) os baixos salários limitam o crescimento dos setores que produzem alimentos e outros bens de consumo popular, bloqueando a expansão do setor de mercado interno; c) há dificuldades para implantação de atividade interligada às empresas que mais crescem, exportadoras ou de mercado interno. (SOUZA, 1999, p.5-6).

A segunda corrente encara o crescimento econômico como uma simples variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas. Nesse sentido, observa o autor, o desenvolvimento caracteriza-se pela transformação de uma economia arcaica em uma economia moderna, eficiente, juntamente com a melhoria de vida do conjunto da população.

Embora uma evolução sobre o conceito tenha ocorrido nas últimas décadas, a atual busca pelo desenvolvimento continua primando pelo crescimento econômico, em primeiro plano. Em alguns casos de determinadas regiões e países, é possível identificar um real avanço para estágios de desenvolvimento econômico com melhora de alguns indicadores socioeconômicos, porém, estes casos são a minoria entre muitos. Ainda que se tenha observado a distinção conceitual entre crescimento e desenvolvimento, as políticas e ações econômicas se orientam pelo uso intensivo

de recursos em privilégio ao objetivo de aumentar a produção, o consumo e a riqueza. Segundo o autor, a sustentação desse tripé econômico seria o grande desafio para o desenvolvimento da sociedade (SOUZA, 1999).

Para Vasconcelos e Garcia (1998), o desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia).

Por sua vez, Sen (2000) questiona este atual modelo de desenvolvimento econômico, qualificando-o como uma política cruel de desenvolvimento. Tal modelo tende a esgotar a base de recursos naturais, além de ampliar as distorções sociais. Por isso, de acordo com o autor, a base de desenvolvimento de uma região não deve estar apenas na busca pela dimensão econômica, mas sim, na dimensão sociocultural, em cujo contexto os valores e as instituições são fundamentais. Para o autor, o desenvolvimento econômico não é apenas uma consequência da inovação tecnológica e da existência de progresso técnico, mas também de um terceiro fator de produção: os recursos humanos e a acumulação de capital social.

1.2 TRANSIÇÃO PARA UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

A transição para um novo paradigma de desenvolvimento, segundo Buarque (2002), não só demanda novas concepções e percepções, como torna viáveis novas proposta de organização da economia e da sociedade. A mudança da estrutura produtiva, com criação de novos produtos e serviços, especialmente as atividades terciárias e quaternárias, permite reduzir o impacto ambiental e as pressões do processo econômico sobre os ecossistemas.

A conscientização para essa transição se dá, inicialmente, na década de 1960 e início dos anos1970 como resultado do efeito combinado da crise do petróleo com a publicação do primeiro Relatório do Clube de Roma, *Os limites do crescimento,* em 1960. O relatório põe por terra a ideia de inesgotabilidade dos recursos naturais, disponíveis à exploração humana e mostra as perspectivas reais de esgotamento, a médio e longo prazo, de importantes matérias-primas e fontes energéticas. Como

consequência desses eventos, realiza-se em 1972 a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em Estocolmo, e inicia-se um amplo movimento ambientalista nos países desenvolvidos, abrindo, segundo Buarque (2002), um novo debate ideológico sobre estilos de desenvolvimento.

Para o autor, a realização da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Meio Ambiente (ECO-92), no Rio de Janeiro, em 1992, foi resultado da mobilização internacional sobre as questões ambientais. A conferência, que mobilizou países e a comunidade científica e ambientalista de todo o mundo, propagou a proposta de desenvolvimento sustentável e aprovou a Agenda 21, com os postulados centrais de um modelo de desenvolvimento sustentável e a busca de comprometimento das nações com as gerações futuras. Considera ainda que o conceito de desenvolvimento sustentável resulta do amadurecimento das consciências e do conhecimento dos problemas sociais e ambientais e das disputas diplomáticas, mas também de várias formulações acadêmicas e técnicas que surgem durante as três últimas décadas com críticas ao economicismo e defesa do respeito ao meio ambiente.

Ainda segundo o autor, ao mesmo tempo, outras instâncias mundiais adotam propostas semelhantes, ainda que com denominações diferenciadas e ênfases distintas, como o conceito de desenvolvimento humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), difundido a partir da década de 1990. O Programa considera que o desenvolvimento humano deve ser capaz de aumentar as potencialidades das pessoas por meio de melhores condições de educação, treinamento, saúde, habitação, meio ambiente e alimentação, assegurando que os frutos do desenvolvimento econômico sejam traduzidos em melhorias das condições de vida das pessoas.

Por sua vez, Carvalho (1991 apud FARIA; CARNEIRO, 2007) pondera acerca do conceito e dos benefícios atribuídos ao desenvolvimento sustentável por considerar que o mesmo está relacionado ao contexto das relações de forças em que foi elaborado, tendo como matriz o projeto desenvolvimentista liberal, na sua versão relativa ao meio ambiente. Conforme aquele autor, o desenvolvimento sustentável reafirma o atual modelo de desenvolvimento, aperfeiçoando-o, na medida em que propõe um melhor manejo dos seus custos sociais e ambientais. O fato de advogar uma sociedade mais produtiva, com menor custo socioambiental,

não implica necessariamente uma opção por uma ordem mais justa e participativa. Pode-se chegar a um alto nível de eficiência, como novas e “limpas” tecnologias, e até mesmo com uma diminuição dos índices de pobreza absoluta, sem que se altere significativamente o grau de participação política e a ética das relações sociais.

Para Faria e Carneiro (2007), o antagonismo entre crescimento econômico e sustentabilidade é próprio de uma sociedade capitalista, na qual a preocupação em garantir a continuidade do processo de industrialização, afetado pelo esgotamento dos recursos, esbarra em uma lógica de mercado, alheia a estratégias de médio e longo prazos que priorizem benefícios sociais e ambientais em oposição à acumulação de renda e consequente disparidade econômica. No campo político internacional, o tema reflete a dicotomia Norte/Sul, na qual o meio ambiente estabelece o ponto de tensão entre as estratégias de desenvolvimento. Do ponto de vista político, busca-se uma transformação nos meios de produção e consumo na organização social e nas vidas pessoais.

Também se debruçando sobre a discussão em torno do conceito de desenvolvimento sustentável, Sasaki (2006) ressalta que este apresenta ênfase e a urgente necessidade de se estabelecerem políticas ambientais e exalta a responsabilidade com gerações futuras, bem como com os problemas globais de natureza social, econômica, ambiental, cultural e espacial. A autora adverte que em todas as áreas do conhecimento, a tentativa de se elaborar conceitos sólidos sobre novos paradigmas não é fácil e, portanto, quem se lança ao desafio está susceptível de incorrer em situações de não entendimento do conceito em questão. Ela cita, inclusive, o fato de que alguns ambientalistas indicam que esse conceito foi tomado como a “bandeira” para a perpetuação de um capitalismo que continuará a se expandir explorando o homem e a natureza, contudo de uma forma branda. Desta forma, ela considera que o conceito de desenvolvimento sustentável não foge à regra da ambiguidade de conotações e interpretações.

1.3 ECODESENVOLVIMENTO

O conceito de ecodesenvolvimento, lançado por Maurice Strong em junho de 1973, consistia na definição de um estilo de desenvolvimento adaptado às áreas rurais do Terceiro Mundo, baseado na utilização criteriosa dos recursos locais, sem

comprometer o esgotamento da natureza, pois nestes locais ainda havia a possibilidade de tais sociedades não se engajarem na ilusão do crescimento mimético. Com a Declaração de Cocoyoc no México em 1974, também as cidades do Terceiro Mundo passam a ser consideradas no ecodesenvolvimento.

Sachs (1986), por sua vez, desenvolve conceitualmente o termo, criando um quadro de estratégias ao ecodesenvolvimento. Parte da premissa deste modelo se baseia em três pilares: eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica.

Entre as condições para tornar o conceito operacional, destaca-se a necessidade do amplo conhecimento das culturas e dos ecossistemas, sobretudo em como as pessoas se relacionam com o ambiente e como elas enfrentam seus dilemas cotidianos; bem como o envolvimento dos cidadãos no planejamento das estratégias, pois eles são os maiores conhecedores da realidade local.

Há de observar que, apesar de alguns autores tratarem ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável como sinônimos, considera-se necessário, do ponto de vista deste estudo, estabelecer a diferença entre os termos, baseado no que ensina Layrargues (1997), segundo o qual, enquanto o ecodesenvolvimento postula com relação à justiça social, que seria necessário estabelecer um teto de consumo, com um nivelamento médio entre o Primeiro e Terceiro Mundo, o desenvolvimento sustentável afirma que seria necessário estabelecer um piso de consumo, omitindo o peso da responsabilidade da poluição da riqueza. Enquanto o ecodesenvolvimento reforça o perigo da crença ilimitada na tecnologia moderna, e prioriza a criação de tecnologias endógenas, o desenvolvimento sustentável continua acreditando firmemente no potencial da tecnologia moderna, e ainda propõe a transferência de tecnologia como o critério de “ajuda” ao Terceiro Mundo. Enquanto o ecodesenvolvimento coloca limites à livre atuação do mercado, o desenvolvimento sustentável afirma que a solução da crise ambiental virá com a instalação do mercado total na economia das sociedades modernas.

Segundo Sachs (2007), a difusão seminal de ecodesenvolvimento, a partir de 1972, acompanhou as primeiras iniciativas voltadas para a promoção de outro tipo de crescimento econômico e de uma repartição qualitativamente diferente de seus frutos. Por implicação, as concepções dominantes acerca das finalidades básicas, dos mecanismos de planejamento dos critérios de avaliação de políticas, programas

e projetos de modernização passaram a ser focalizados de uma perspectiva radicalmente diferente.

No plano das finalidades, foram evidenciadas as limitações de uma concepção que faz da ideologia economicista o princípio norteador da evolução das sociedades contemporâneas. No plano das estratégias de planejamento, desmistificou-se a persistência de uma visão tecnocrática e autoritária, que não assume de maneira convincente a participação autêntica da sociedade civil organizada nas tomadas de decisão. E no plano dos critérios globais de avaliação, tornou-se mais nítida a dependência dos sistemas políticos contemporâneos quanto à utilização indiscriminada de indicadores agregados extraídos da análise econômica quantitativa, pois tais indicadores tendem a desconsiderar a complexidade envolvida na avaliação dos custos socioambientais das dinâmicas de crescimento, expressos- entre outros- na degradação intensiva e muitas vezes irreversível de ecossistemas e paisagens, nos riscos de modificações climáticas devidas à intensificação do efeito estufa, na perda progressiva do controle social dos rumos da inovação tecnológica, na uniformização dos estilos de vida, da hipertrofia do consumo de bens supérfluos, na anomia e no aumento das desigualdades, da violência e da insegurança.

Ao se referir a ambiente e estilos de desenvolvimento, Sachs (2007) considera que o termo meio ambiente abrange, por um lado, o inventário dos recursos naturais, identificados e identificáveis, existentes em quantidades finitas na Terra; e, por outro lado, a qualidade do ambiente. Esta última constitui um elemento importante da qualidade de vida e, além disso, condiciona a disponibilidade e a qualidade dos recursos renováveis. Na verdade, para o autor, a linha divisória entre os recursos renováveis e os não renováveis não é dada em definitivo. Os danos podem acabar por destruir os recursos renováveis; a reciclagem permite um emprego repetitivo destes ou daqueles recursos não renováveis. De modo geral, porém, a distinção entre esses dois grupos de recursos naturais continua válida e útil.

Sachs (2007) diz ainda que o ecodesenvolvimento integra a dimensão da conservação dos recursos naturais em nome da solidariedade diacrônica com as gerações futuras. Se o meio ambiente for tomado no sentido de hábitat total do homem, torna-se natural incluir, numa estratégia de ecodesenvolvimento, as formas

de organização e as técnicas de prestação de serviços sociais, educativos e culturais, adaptados às condições específicas de cada região. Para o autor, o conceito de ecodesenvolvimento pretende ser operacional. Constitui uma diretriz de ação, cujo valor só pode ser julgado à luz da prática.

Em particular, segundo o autor, torna-se necessário promover a coleta e a circulação de informações acerca das experiências de ecodesenvolvimento, identificadas e descritas por antropólogos, historiadores e estudiosos da geografia humana, bem como sobre as ecotécnicas elaboradas e aplicadas pelas diferentes culturas indígenas, camponeses e, cada vez mais, por este ou aquele laboratório de pesquisa. Isto com um triplo objetivo: inspirar a imaginação dos pesquisadores e dos responsáveis pelo planejamento regional, ajudar na formação de agentes de ecodesenvolvimento e, ocasionalmente, sugerir experiências de adaptação, especialmente entre ecozonas semelhantes.

Por conseguinte, tem ocorrido um vasto programa de pesquisas comparativas e interdisciplinares, de viagens no espaço e no tempo, promovidas por meio de uma rede de colaboração científica, na qual a responsabilidade fundamental caberia aos países do Terceiro Mundo, dada a necessidade de encorajar, sobretudo, os intercâmbios e cooperação entre ecorregiões semelhantes situados espaços geograficamente distintos.

A partir desses intercâmbios, aprofundados mediante estudos de caso pontuais, seria possível definir pontos de interesse em torno dos quais se organizaria a colaboração de biólogos, tecnólogos e planejadores - três profissões que, segundo Sachs (2007), até agora têm dialogado muito raramente. Seus intercâmbios resultariam na formulação de prioridades de pesquisa em matéria de ecotécnicas e de formas de organização do ecodesenvolvimento:

> Sem esperar os resultados de todas essas medidas, é possível empreender, desde já, ações demonstrativas, com a finalidade de mostrar que as estratégias de desenvolvimento regional ou microrregional se beneficiariam se fossem direcionadas no sentido do ecodesenvolvimento. A elaboração de cenários de ecodesenvolvimento permitiria, numa primeira fase, que se avaliassem os conhecimentos concretos - e as lacunas - nesta matéria, que se testasse a abordagem participativa e unificada do planejamento e se formassem agentes de ecodesenvolvimento. (SACHS, 2007, p.75).

Sachs (2007) ao se referir à economia e à ecologia, postula que uma estratégia de desenvolvimento socioeconômico a longo prazo e ecologicamente

consciente deve aspirar à minimização das retiradas sobre os estoques de recursos naturais não renováveis. Para ele, é possível conceber-se de maneira diametralmente oposta, por um lado, estilos de desenvolvimento caracterizados ao mesmo tempo por uma elevada taxa de expansão, pela gestão dos recursos naturais e do meio e por uma utilização social equitativa do produto e, por outro, um não crescimento que, nem por isso, deixa de desperdiçar recursos afetados a produções socialmente não prioritárias e de saquear a natureza e o ambiente. Para o autor, não é propriamente o crescimento que se deve questionar, mas o seu caráter selvagem.

O interesse do conceito de estilo de desenvolvimento reside na atenção que ele atribui às escolhas que se situam no nível das finalidades e dos instrumentos, do *quê* e do *como.* Toda a sociedade possui um estilo de desenvolvimento, na maioria das vezes implícito e não declarado. Explicitar os estilos de desenvolvimento ecologicamente prudentes e socialmente justos é, portanto, uma tarefa de primeiríssima importância para uma economia política ampla e consciente de sua dupla dimensão ética.

1.4 ABORDAGENS CONCEITUAIS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O conceito de desenvolvimento sustentável provém de um longo processo histórico de reavaliação crítica da relação existente entre a sociedade civil e seu meio natural. Por se tratar de um processo contínuo e complexo, observa-se que existe uma variedade de abordagens que procura explicar o conceito de sustentabilidade. O termo desenvolvimento sustentável foi primeiramente discutido pela *World Conservation Union*, também chamada de *International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources* (IUCN; UNEP; WWF, 1980). Nesse texto afirma-se que, para que o desenvolvimento seja sustentável devem-se considerar aspectos referentes às dimensões social e ecológica, bem como fatores econômicos, dos recursos vivos e não vivos e as vantagens de curto e longo prazo de ações alternativas. O foco do conceito é a integridade ambiental e apenas a partir da definição do Relatório Brundtland, a ênfase desloca-se para o elemento humano, gerando um equilíbrio entre as dimensões ambiental e social.

Segundo Sachs (2007), o *Relatório Brundtland* elaborado a partir da *World Commission on Environment and Development*, no período de 1983 a 1987, traz uma das definições mais conhecidas que afirma que o desenvolvimento sustentável é o que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades.

Goldsmith et al (1972 apud BELLEN, 2005), advogam que uma sociedade pode ser considerada sustentável quando todos os seus propósitos e intenções podem ser atendidos indefinidamente, fornecendo satisfação ótima para seus membros. O desenvolvimento é sustentável quando o crescimento econômico traz justiça e oportunidade para todos os seres humanos do planeta, sem privilégios de algumas espécies, sem destruir os recursos naturais finitos e sem ultrapassar a capacidade de carga do sistema.

Para Costanza (1991 apud BELLEN, 2005), o conceito de desenvolvimento sustentável deve ser inserido na relação dinâmica entre o sistema econômico humano e um sistema maior, com taxa de mudança mais lenta, o ecológico. Para ser sustentável essa relação deve assegurar que a vida humana possa continuar indefinidamente, com crescimento e desenvolvimento da sua cultura, observando-se que os efeitos das atividades humanas permaneçam dentro de fronteiras adequadas, de modo a não destruir a diversidade, a complexidade e as funções do sistema ecológico de suporte à vida.

O termo desenvolvimento sustentável, para Bellen (2005), pode ser visto como palavra-chave dessa época, e existem para ele numerosas definições. Apesar dessa grande quantidade de definições do conceito, ou talvez devido exatamente a isso, adverte o autor, não se sabe exatamente o que o termo significa. As duas definições comumente mais conhecidas, citadas e aceitas são a do *Relatório Brundtland* e a do documento conhecido como *Agenda 21.* A mais conhecida definição, do *Relatório Brundtland,* apresenta a questão das gerações futuras e suas possibilidades. Ela contém dois conceitos-chave: a necessidade, referindo-se particularmente às necessidades dos países subdesenvolvidos, e a ideia de limitação, imposta pelo estado da tecnologia e de organização social para atender às necessidades do presente e do futuro.

A questão da ênfase do componente social no desenvolvimento sustentável, na opinião de Bellen (2005) está refletida no debate que ocorre sobre a inclusão ou

não de medidas sociais na definição. Esse debate aparece em função da variedade de concepções de sustentabilidade que contém componentes que não são usualmente mensurados, como o cultural e o histórico. Os indicadores sociais são considerados especialmente controversos, pois refletem contextos políticos e julgamento de valor. A integração de medidas é ainda mais complicada por causa das diferentes dimensões. Para o autor, a definição do *Relatório Brundtland* não estabelece um estado estático, mas um processo dinâmico que pode continuar a existir sem a lógica autodestrutitiva predominante. As diferentes forças que atuam no sistema devem estar em balanço para que o sistema como um todo se mantenha no tempo.

Sachs (2008) também conceitua desenvolvimento sustentável como o que acrescenta uma outra dimensão – a sustentabilidade ambiental – à dimensão da sustentabilidade social. Ela é baseada no duplo imperativo ético de solidariedade sincrônica, com a geração atual, e de solidariedade diacrônica, com as gerações futuras. A sustentabilidade ambiental nos impele a buscar soluções triplamente vencedoras, eliminando o crescimento selvagem, obtido ao custo de elevadas externalidades negativas, tanto sociais quanto ambientais. Outras estratégias, de curto prazo, levam ao crescimento ambientalmente destrutivo, mas socialmente benéfico, ou ao crescimento ambientalmente benéfico, mas socialmente destrutivo.

Os cinco pilares do desenvolvimento sustentável são:

> Social, fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais, por causa da perspectiva de disrupção social que paira, de forma ameaçadora, sobre muitos lugares problemáticos do nosso planeta; Ambiental, com as suas duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como "recipientes" para a disposição de resíduos); Territorial, relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades; Econômico, sendo a viabilidade econômica a *conditio sine qua non* para as coisas acontecerem; Político, a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem. (SACHS, 2008, p.15).

São muitas as discussões e reflexões, do ponto de vista político e acadêmico-científico, na busca por novos modelos e alternativas de desenvolvimento, como forma de enfrentar os desafios e problemas econômicos, sociais e ambientais contemporâneos. Dentre as novas concepções de desenvolvimento endógeno, humano, local, destaca-se a proposta de desenvolvimento sustentável.

À luz dessas discussões, Bursztyn (2007) advoga que o desenvolvimento não pode ser compreendido somente com avanços técnico-operacionais provenientes de uma modernidade técnica. Para o autor, é necessário enraizar os critérios econômicos em diretrizes exteriores às simples “economicidades”. Esse enraizamento se dá na subordinação dos desejos da modernidade técnica aos imperativos de uma modernidade ética. Cabe a essa modernidade ética encontrar novos padrões relacionais preocupados não em balizar um “contrato social” entre partes em condições de reciprocidade e simetria, e sim, entre relações de poder assimétricas e, no limite, unilaterais e não-recíprocas.

O autor citado observa que pensar em uma modernidade ética remete-se ao princípio da sustentabilidade como responsabilidade para com as gerações futuras. É preciso ter consciência da vulnerabilidade delas com respeito a decisões e intervenções realizadas hoje, uma vez que, em alguns casos, são processos irreversíveis, ou seja, não será possível corrigir em tempos futuros os efeitos indesejáveis de processos desencadeados hoje. A questão da sustentabilidade, para o autor, refere-se ao “empenho ético-político por fazer vigentes compromissos valorativos”, no sentido de garantir justiça social nas políticas de desenvolvimento. É fundamental repensar os paradigmas que sustentam a sociedade capitalista globalizada, uma vez que esta parte da premissa da neutralidade ética da técnica.

Bursztyn (2007) considera ainda que para criar alternativas ao modelo vigente, com base nas premissas do desenvolvimento sustentável, é necessário colocar em prática técnicas eticamente moldadas no sentido de garantir a efetividade da iniciativa. O compromisso com a ética da sustentabilidade é multidimensional, implicando em um processo de avaliação de multicritério, segundo objetivos socioeconômicos, político-institucionais, culturais e ambientais. Requer uma nova forma de conhecimento, capaz de pensar a complexidade da sustentabilidade, em suas diferentes escalas (global/local; presente/futuro) e na integridade de suas múltiplas dimensões, que são interdependentes e interferentes.

Para Buarque (2002), mesmo com as imprecisões e ambiguidades que ainda cercam os conceitos, os esforços recentes de desenvolvimento têm incorporado, de alguma forma, os postulados de sustentabilidade, procurando assegurar a permanência e a continuidade, a médio e a longo prazos, dos avanços e melhorias

na qualidade de vida, na organização econômica e na conservação do meio ambiente.

O autor critica o modelo de desenvolvimento ultrapassado, ao considerar que como toda formulação teórica, os conceitos e concepções de desenvolvimento e planejamento têm uma base histórica e surgem para fazer face aos novos desafios e às mudanças da realidade. Para ele, as mudanças intensas, a que o mundo está submetido, tornam as velhas concepções e organizações ultrapassadas e inadequadas às novas condições socioeconômicas, tecnológicas, políticas e ambientais. Essas novas condições estimulam o surgimento de novas ideias e conceitos para explicar a realidade e para organizar as iniciativas e ações da sociedade, diante das circunstâncias históricas.

Dahl (1997 apud BELLEN, 2005), considera que o termo desenvolvimento sustentável é claramente um conceito carregado de valores, e existe uma forte relação entre os princípios, a ética, as crenças e os valores que fundamentam uma sociedade ou comunidade e sua concepção de sustentabilidade. Para ele, um dos problemas do conceito refere-se ao fato de que a sociedade deve saber aonde quer ir para que depois se possa medir se esses objetivos ou direção estão sendo seguidos ou alcançados. Para alcançar o desenvolvimento sustentável deve-se chegar a uma concepção que seja compreensiva e, ao mesmo tempo, compreensível do conceito. Ou seja, que consiga captar o conceito de desenvolvimento sustentável ao mesmo tempo em que transmite essa concepção para os atores da sociedade de uma maneira mais clara. Entretanto, o próprio autor reconhece que dar forma a essa concepção não é tarefa fácil. Alguns métodos que procuram avaliar a sustentabilidade partem da suposição sobre algumas características e metas da sociedade. Outros procuram observar as metas e os princípios que emergem da própria sociedade. Todas essas concepções são importantes para que se tenha um retrato mais elaborado sobre esse sujeito complexo que é o desenvolvimento sustentável.

À luz das discussões acerca da sustentabilidade, compreende-se que as questões ambientais apresentam-se como desafios para as ciências resolverem. Particularmente a teoria econômica deve ter especial atenção aos novos desafios que estão presentes na inclusão da natureza, ou seja, na visão ecológica, dentro da relação tradicional entre custos e benefícios. Entende-se, pois, que os fenômenos

ambientais, também chamados de ecológicos, apresentam-se com características complexas e distintas; portanto, apontar soluções para estes problemas ambientais, alguns de dimensões globais, devem incorporar as novas perspectivas do desenvolvimento sustentável.

1.5 DESENVOLVIMENTO LOCAL

Nos últimos anos, as teorias de desenvolvimento regional sofreram grandes transformações, de um lado, provocadas pela crise e pelo declínio de muitas regiões tradicionalmente industriais e, de outro, pela emergência de regiões portadoras de novos paradigmas industriais. Esse fenômeno está associado às mudanças radicais nas formas e nos modos de produção e de organização industriais, bem como à globalização e à abertura das economias nacionais. Segundo Amaral Filho (2001):

> Uma estratégia de desenvolvimento com base nos novos paradigmas tem por objetivo munir um determinado local, ou região, de fatores locacionais sistêmicos capazes de criar um pólo dinâmico de crescimento com variados efeitos multiplicadores, os quais se auto-reforçam e se propagam de maneira cumulativa, transformando a região num atrator de fatores e de novas atividades econômicas. Para isso, recomenda-se a implantação ou o desenvolvimento de projetos econômicos de caráter estruturante, que envolva uma cadeia de atividades interligadas. Os projetos de desenvolvimento podem estar ligados a algum tipo de vocação da região, como a existência de atividades típicas ou históricas, ou a alguma atividade econômica criada pelo planejamento em virtude da vontade política das lideranças locais ou regionais. Não há receita pronta para esse tipo de desenvolvimento. (AMARAL FILHO, 2001, p.278).

Por sua vez, Buarque (1999) conceitua desenvolvimento local como um processo registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais.

Ainda segundo o autor, apesar de constituir um movimento de forte conteúdo interno, o desenvolvimento local está inserido em uma realidade mais ampla e

complexa, com a qual interage e da qual recebe influências e pressões positivas e negativas. Dentro das condições contemporâneas de globalização e intenso processo de transformação, o desenvolvimento local representa também alguma forma de integração econômica com o contexto regional e nacional, que gera e redefine oportunidades e ameaças, exigindo competitividade e especialização. O desenvolvimento local está associado, normalmente, a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto.

Mesmo quando decisões externas – de ordem política ou econômica – também tenham um papel decisivo na reestruturação socioeconômica do município ou localidade, o desenvolvimento local requer sempre alguma forma de mobilização e iniciativas dos atores locais em torno de um projeto coletivo. Do contrário, advoga Buarque (1999), o mais provável é que as mudanças geradas desde o exterior não se traduzam em efetivo desenvolvimento e não sejam internalizadas na estrutura social, econômica e cultural local ou municipal, desencadeando a elevação das oportunidades, o dinamismo econômico e aumento da qualidade de vida de forma sustentável.

Castels e Borja (1996 apud BUARQUE, 1999), dizem que as experiências bem-sucedidas de desenvolvimento local decorrem, quase sempre, de um ambiente político e social favorável, expresso por uma mobilização e, principalmente, de convergência importante dos atores sociais do município ou comunidade em torno de determinadas prioridades e orientações básicas de desenvolvimento. Representa, neste sentido, o resultado de uma vontade conjunta da sociedade que dá sustentação e viabilidade política a iniciativas e ações capazes de organizar as energias e promover a dinamização e transformação da realidade. O conceito genérico de desenvolvimento local pode ser aplicado para diferentes cortes territoriais e aglomerados humanos de pequena escala, desde a comunidade e os assentamentos de reforma agrária, até o município ou mesmo microrregiões homogêneas de porte reduzido.

Nas discussões acerca do desenvolvimento local deve-se considerar, também, a identidade territorial e a sinergia social como elementos construídos historicamente, cuja identidade surge como resultado de processos políticos, sociais e culturais, que levam habitantes de um determinando território a consolidar a

percepção de que, apesar das diferenças e divergências, por acaso existentes, também têm fortes afinidades e muitos interesses em comum.

A eficácia da ação local, como condutora de um modelo de desenvolvimento capaz de promover a qualidade de vida das comunidades e contribuir para a preservação ambiental, passa pelo fortalecimento dos municípios, conforme determina a Constituição Federal. Contudo, o local não é suficiente para afirmar o princípio da autonomia, daí a descentralização das instâncias decisórias e serviços ser fundamental, não só para o fortalecimento do local, como para incentivo da gestão comunitária, no que se refere ao desenvolvimento de um modo de organização voltado à preservação do meio ambiente.

Dowbor (1998 apud SANTOS, 2009) postula que é na instância local que os diversos atores sociais (administração pública, empresas privadas, universidades, sindicatos, organizações comunitárias) podem ser organizados em torno de objetivos sociais e econômicos convergentes. Na mesma linha, Moura e Meira (1998), também citados por Santos (2009), afirmam ser o desenvolvimento local relacionado às práticas que têm como palco a localidade- vista enquanto região, cidade e outras unidades menores- e como atores, organizações e grupos locais, cuja gestão ou co-gestão está voltada para projetos potencializadores da economia local, com objetivo de gerar emprego e renda.

Para Brose (2000 apud SANTOS, 2009), o desenvolvimento local é um processo que se inicia a partir de alguma ruptura, seja ela econômica, social ou política. Momento em que um grupo resolve alterar uma situação existente. Isso significa que, ao reduzir as políticas de desenvolvimento para a dimensão local, quebra-se o paradigma de políticas de planejamento padronizadas, que consideram as características sociais, culturais e ambientais homogêneas nas suas propostas.

Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais, a viabilidade e a competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais. Esse modelo de desenvolvimento requer sempre alguma forma de mobilização e iniciativas dos atores locais em torno de um projeto coletivo.

Faz-se necessário observar que o sucesso de projetos de desenvolvimento local está condicionado à existência de um ambiente político e social favorável, através da mobilização dos atores sociais do município ou comunidade em torno de determinadas prioridades e orientações básicas de desenvolvimento. O que representa, neste caso, o resultado de uma vontade conjunta da sociedade que dá sustentação e viabilidade política a iniciativas e ações capazes de organizar as energias e promover a dinamização e transformação da realidade.

A estratégia de desenvolvimento local pressupõe que as ações baseadas nas condições de cada localidade e região e que tratam de utilizar eficientemente as potencialidades de desenvolvimento, devem ser combinadas com políticas setoriais e regionais que propiciam as administrações centrais, com o fim de fomentar a reestruturação produtiva e a mudança estrutural da economia.

Na perspectiva de um desenvolvimento local de base, isto é, de baixo para cima, a capacidade de decidir sobre esse desenvolvimento não é entendida como algo de exclusividade do Estado ou das elites econômicas e tem na sociedade civil o ator principal desse processo de construção coletiva. Esse processo cria um potencial para que o efeito econômico dessas experiências chegue à esfera política e produza um ciclo de crescimento que contrarie as lógicas de exclusão.

A noção é de que o desenvolvimento local também apresenta vários significados, comportando as diferentes dimensões em que se exerce a cidadania e que tem condições de criar um espaço de interação dos cidadãos, recuperando a iniciativa e a autonomia na gestão do que é público.

Oliveira (2001 apud CALDAS; MARTINS, 2007) adverte que tratar as questões do desenvolvimento local tendo como referência a França ou a Inglaterra é diferente de tratar do mesmo tema no Brasil, país dependente e periférico. O perigo, segundo os autores, está presente quando o desenvolvimento local tende a substituir a cidadania Quando o conceito tende a ser utilizado como sinônimo de cooperação, de negociação, de convergência de interesses, de apaziguamento do conflito.

Para Barquero (2002), o processo de globalização traduz-se por um aumento da concorrência nos mercados, o que implica a continuidade dos ajustes do sistema produtivo de países, regiões e cidades. Dado que as empresas não competem de

forma isolada, fazendo-o juntamente com o entorno produtivo institucional do qual fazem parte, esse processo estimula a formação de uma nova organização do sistema de cidades e regiões, de acordo com a nova divisão internacional do trabalho.

Para o autor, o desenvolvimento econômico local é o processo de crescimento e mudança estrutural que ocorre em razão da transferência de recursos das atividades tradicionais para as modernas, bem como pelo aproveitamento das economias externas e pela introdução de inovações, determinando a elevação do bem-estar da população de uma cidade ou região. Este conceito está baseado na idéia de que localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais, bem como de economias de escala não aproveitadas, que formam seu potencial de desenvolvimento. O desenvolvimento local leva em conta as características locais, seja fortalecendo, descobrindo ou fomentando. No sentido do fortalecimento das características locais, e, conseqüentemente, do fortalecimento do capital social, acontece o desenvolvimento endógeno.

Do ponto de vista regional, o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico, implicando numa contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região.

> O desenvolvimento endógeno propõe-se a atender às necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida. Mais do que obter ganhos em termos da posição ocupada pelo sistema produtivo local na divisão internacional ou nacional do trabalho, o objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto. Além de influenciar os aspectos produtivos (agrícolas, industriais e de serviços), a estratégia de desenvolvimento procura também atuar sobre as dimensões sociais e culturais que afetam o bem-estar da sociedade. (BARQUERO, 2002, p. 39).

O desenvolvimento endógeno necessita da criação de um entorno institucional e econômico favorável, proporcionado pela conjugação do aproveitamento dos recursos e dos serviços locais, bem como da cooperação entre os atores; até porque estes possuem condições de promover mudança de rota. Tal cooperação também significa acúmulo de capital social, o que, segundo Moraes

(2003), significa relações institucionalizadas na forma de normas ou redes sociais. Ressalta-se assim a importância do capital social para o desenvolvimento endógeno.

1.6 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL

O posicionamento da Comissão *Bruntland* sobre desenvolvimento sustentável tornou-se referência para pesquisadores das mais diversas áreas, base para qualquer modelo de planejamento, dado ao fato de que grande desafio que se apresenta para a humanidade é o de compatibilizar o desenvolvimento garantindo acesso aos recursos ambientais de forma a diminuir desigualdades sociais e culturais, gerando novas maneiras de se viver, mudanças de comportamento que visem atitudes ambientalmente compatíveis e socialmente responsáveis.

Buarque (1999) considera que os esforços pelo desenvolvimento local têm incorporado, de alguma forma, os postulados de sustentabilidade, procurando assegurar a permanência e a continuidade, no médio e longo prazos, dos avanços e melhorias na qualidade de vida, na organização econômica e na conservação do meio ambiente.

O crescimento das atividades econômicas e da população, nos níveis e padrões de consumo atuais, tende a degradar e destruir o meio ambiente e os recursos naturais, levando, no futuro, a um estrangulamento das possibilidades de desenvolvimento e a um comprometimento da qualidade de vida da população. Parte dos recursos naturais não é renovável e se esgota com a exploração econômica. E mesmo os renováveis, como as florestas e recursos hídricos, se forem explorados numa intensidade superior ao seu próprio ritmo de autorreprodução, começam também a se esgotar os recursos e provocar uma desorganização do meio ambiente. Este processo de degradação tem uma escala mundial e tende a criar uma forçada solidariedade entre os povos, na medida em que as formas insustentáveis de agressão ao meio ambiente em cada local contribuem para a deterioração geral da natureza e da sobrevivência do planeta. A dimensão ambiental ganhou, desta forma, uma dimensão planetária e transformou-se em um problema global altamente explosivo.

Ainda segundo Buarque (1999), a relação entre degradação e a capacidade de recuperação e regeneração da natureza depende, antes de tudo, do estilo de

desenvolvimento, com as mediações da estrutura produtiva do padrão de consumo e da base tecnológica. Como cada ecossistema tem sua própria dinâmica e, portanto, capacidade de carga dos impactos da economia e da sociedade, a sustentabilidade do desenvolvimento tem seu limite definido pela natureza, diante da qual organiza sua forma de produção e consumo. Desta forma, ele considera que o desenvolvimento local sustentável é o processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômicos, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações.

Para o citado autor, o conceito acima contém três grandes conjuntos interligados e com características e papeis diferentes no processo de desenvolvimento: a) a elevação da qualidade de vida e a equidade social constituem objetivos centrais do modelo de desenvolvimento, orientação e propósito final de todo esforço de desenvolvimento no curto, médio e longo prazos; b) a eficiência e o crescimento econômicos constituem pré-requisitos fundamentais, sem os quais não é possível elevar a qualidade de vida com equidade – de forma sustentável e continuada- representando uma condição necessária, embora não suficiente, do desenvolvimento sustentável; c) a conservação ambiental é um condicionante decisivo da sustentabilidade do desenvolvimento e da manutenção no longo prazo, sem a qual não é possível assegurar qualidade de vida para as gerações futuras e equidade social de forma sustentável e contínua no tempo e no espaço.

Para Sachs (1994), são elementos essenciais para um desenvolvimento sustentável: a) necessidade de se deter o consumo excessivo, principalmente nos países industrializados; b) em lugar de se considerar as metas ecológicas e econômicas como conflitantes, ter a percepção de que os sistemas econômicos dependem dos sistemas ecológicos de sustentação da vida; c) início da transição na direção da trajetória do ecodesenvolvimento. Mas ressalta-se que qualquer projeto desenvolvimentista sustentável passa necessariamente pela participação dos grupos e das comunidades locais. As comunidades devem ser conscientes de seu papel e da sua força de organização para avançarem na contribuição para preservação da natureza e da melhoria da qualidade de vida. Considerando os três pontos acima, pode-se observar que a promoção do meio de vida sustentável deve se tornar parte

da linha mestra da estratégia de desenvolvimento e não terá sucesso sem a participação dos grupos e das comunidades locais. Comunidades estas conscientes de seu papel e do seu poder de força e que, organizadas, podem avançar, contribuindo para a preservação da natureza e para melhoria da qualidade de vida.

2 TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

2.1 CONCEITOS DE TURISMO NUMA PERSPECTIVA ECONÔMICA E AMBIENTAL

Em um cenário de novas configurações socioeconômicas, o turismo surge como uma das atividades que mais geram renda, distribui riqueza, cria empregos, combate a pobreza e promove o entendimento entre as pessoas e os povos. Sobre o assunto, Trigo (1998), assim se posiciona:

> O turismo está entrelaçado com o entretenimento, à indústria cultural eletrônica e imprensa, o esporte e a saúde [...]. O turismo é discutido atualmente como uma das forças transformadoras do mundo pós-industrial [...]. Com a implementação de novas tecnologias, como a informática e as telecomunicações e a engenharia genética, o turismo está ajudando a redesenhar as estruturas mundiais, influenciando a globalização e, em última análise, a nova ordem econômica internacional. (TRIGO, 1998, p.9).

O turismo, com sua multidimensionalidade é um tema recorrente, que tem demandado estudos, pesquisa e discussões no âmbito da economia, da geografia política, da sociologia e da ecologia,dentre outros campos Daí entendê-lo como um fenômeno que congrega o antigo e o moderno, o simples e complexo, o plural e o singular, enfim, que se resume numa atividade dinâmica e heterogênea que envolve multiplicidade de símbolos e significados (SASAKI, 2006).

Por conta da sua importância e fascínio, o turismo em suas diversas modalidades tem sido objeto de amplas discussões, colocando, de lados opostos, os que o defendem, como uma alternativa de desenvolvimento econômico, e os que o condenam, pelos impactos negativos ao meio ambiente. Deste dualismo, surgem pensamentos mais conciliatórios, que relativizam os efeitos negativos desta pratica, bem como os seus resultados positivos.

Para Oscar de La Torre Padilha, (1994 apud DIAS, 2006), o turismo é um fenômeno de caráter econômico, social e cultural, que consiste no traslado voluntário e temporário de forma individual ou em grupo, do lugar de residência habitual por motivos de recreação, descanso, cultura e saúde, para outro lugar no qual não se realiza atividade remunerada e onde podem ou não existir atividades, espaços, bens e serviços planejados, construídos e operados para seu usufruto.

O homem atual, influenciado por fatores sociais, econômicos, culturais, ambientais e psicológicos, necessita de recreação e lazer durante seu tempo livre, necessidades que se manifestam mediante a realização de viagens turísticas.

> Nos âmbitos geral e social, o turismo permite o encontro entre homens de países, continentes, raças, idiomas, culturas, ideologias e religiões diferentes; e é nesse encontro que se estabelece a comunicação, que possibilita a compreensão recíproca. Nessa confrontação entre asa civilizações e as culturas,o turista se transforma em um receptor de experiências e valores, que posteriormente transfere para o patrimônio do seu país., enriquecendo-o. Desse intercâmbio cultural surgem novas formas artísticas e novas manifestações da criatividade humana, o que denominamos aculturação. (RIPOLL, 2003, p.23).

Segundo a autora, o turismo promove a identificação e a integração, solidifica as tradições e a herança cultural, agindo em aspectos tão importantes como a utilização do tempo livre e as novas formas que têm tomado as técnicas pedagógicas e de aprendizagem de forma geral. O processo de intercâmbio também se realiza no traslado nacional, mediante as diferenças étnicas, usos e costumes locais, em razão da existência de áreas com diferentes graus de desenvolvimento social, econômico e cultural, que oferecem a possibilidade de uma maior unidade nacional.

Dias (2003), por sua vez, defende que conceituar o turismo não é fácil, por sua característica de ser multifacetado, e cada área do conhecimento que tem relações com o turismo define-o de acordo com seus interesses específicos. Algumas acentuam os aspectos sociais, outras os econômicos, os antropológicos, os geográficos e assim por diante. Segundo ele, uma das definições mais utilizadas e que atende às necessidades de várias áreas de estudo é a divulgada pela Organização Mundial do Turismo (OMT), que busca universalizar uma definição para facilitar o controle estatístico e outras operações no âmbito do turismo em todo o mundo:

> O turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidades de lazer, negócio ou outras. (DIAS, 2003, p.11).

O turismo, segundo o autor, é uma atividade econômica que se desenvolveu com as características atuais – como fenômeno de massas - em decorrência do desenvolvimento propiciado pela Revolução Industrial, que teve seu início na Inglaterra, no século XVIII. Essa revolução introduziu na sociedade moderna um

modelo econômico que tem como seu objetivo principal a geração de renda, por meio da expropriação e exploração dos recursos naturais. De fato, o capitalismo industrial, durante os séculos XVIII ao XX, promoveu o desenvolvimento das sociedades baseado na intensa apropriação dos recursos naturais. Isso proporcionou melhora nas condições de vida – ao se comparar com a situação existente na época pré-industrial – que resultou em formidável aumento populacional que, por sua vez, passou a exercer pressão cada vez mais sobre os recursos naturais.

Dias (2006) considera, também, que o turismo apresenta uma relação particular com o território no qual é praticado, pois os lugares escolhidos para a prática da atividade turística são modificados, em um processo denominado *turistificação*, o qual ocorre para atendimento da demanda do turista, que necessita, durante seu período de estada. Acentuam-se também os benefícios que essa atividade pode trazer para a comunidade receptora. Na realidade, segundo o autor, o turismo é um fenômeno de várias dimensões - política, econômica, social, cultural, educativa, ambiental, entre outras - que,quando devidamente exploradas, podem trazer inúmeros benefícios, tanto para os turistas, quanto para os residentes de um destino turístico.

Em qualquer das definições, salienta o autor, pode-se identificar concordâncias quanto ao entendimento de que o turismo é uma atividade humana, cuja essência é a prática de lazer em tempo livre e que, além de envolver o deslocamento e a recepção de quem se desloca, sustenta-se na utilização dos recursos e na prestação de serviços, o que gera diversas repercussões na sociedade em que se desenvolve.

Paiva (1995 apud OLIVEIRA JÚNIOR, 2010) postula que o processo histórico de desenvolvimento do turismo mostra que, se nos séculos passados, esta atividade era usufruída apenas pela burguesia, no século XX, o turismo inseriu-se na lógica do fordismo, havendo uma generalização do seu consumo, com a criação de diversos serviços e dos pacotes que facilitaram a incorporação da classe média e setores da classe trabalhadora no processo do turismo de massa. Nesse sentido, a comercialização do turismo transcende o campo das motivações que, de pessoais, passam a ser culturais, criadas e induzidas. O processo produtivo do turismo é

essencialmente comercial, envolvendo a mercadização de produtos, na maioria das vezes não tangíveis, como é o caso das paisagens.

Oliveira Júnior (2010) cita Molina (1998), que identifica quatro etapas na história do turismo. A primeira chamada de pré-turismo, simbolizada no *Grand Tour*, ocorrida na Europa entre os séculos XVII e XVIII. A segunda etapa é a do turismo industrial, que se iniciou no século XIX, estendendo-se até o início da Segunda Guerra Mundial. Nessa fase, surgem os primeiros grandes hotéis, configura-se o auge dos balneários costeiros, aparecem os primeiros destinos na América Latina; ocorre a expansão do transporte de superfície e se criam empresas turísticas no âmbito das estruturas governamentais, em diversos países. Nesse período, as empresas tinham pouca diversificação dos serviços.

A terceira fase desse processo, que Molina (1998 apud OLIVEIRA JÚNIOR, 2010), chama de "turismo industrial consolidado", ocorre a partir dos anos 1950, quando há um crescimento exponencial do turismo internacional. Este crescimento iniciou-se fundamentalmente como resultado da expansão do turismo de "sol e praia", até que outras modalidades e destinos passaram a se destacar. É nessa fase que se registram os deslocamentos massivos que geram, por sua vez, importantes conseqüências sociais, políticas, culturais, ambientais e financeiras, que criam situações benéficas e conflitivas. Nessa etapa, o turismo organiza-se como "indústria[1]" - de forma primordial, monolítica e burocrática - relacionada com a lógica do mercado de massa, incluindo um conjunto de empresas que se guiam por um código conceitual e operativo no qual dominam os princípios de uniformização, centralização e maximização. É nessa fase que o Estado assume um papel de dirigente da organização e gestão da atividade.

A última etapa indicada por Molina (1998 apud OLIVEIRA JÚNIOR, 2010), é a do turismo pós-industrial, que se inicia em meados dos anos 1980, quando se observam novas tendências que conformam uma nova cultura turística que influencia tanto a demanda quanto os prestadores de serviços e os governos. Nessa etapa, configura-se um novo modelo que coloca novos requisitos para a indústria do turismo.

---

[1] Apesar das divergências entre a utilização do termo "indústria turística, já que alguns autores acreditam que não existe uma indústria de turismo, e sim a oferta de uma rede de serviços, e por isso utilizam "empresa turística, adota-se, neste trabalho o primeiro termo, já que há um consenso entre teóricos em relação ao assunto.

O caráter moderno do turismo, à luz do que nos ensina Molina (1998), citado por Oliveira Júnior (2010), complementa-se com as novas tecnologias que desempenham papel determinante, afetando o comportamento da demanda, o desempenho empresarial, a função do setor público, o papel das comunidades locais e a estrutura dos produtos e serviços. Além disso, nesse período, observam-se as profundas transformações ocorridas nas concepções, metodologias para seu conhecimento, tecnologias de desenho e operação, práticas de mercado e papel social do turismo no século XX, havendo, além disso, pressões por mudanças em aspectos do turismo convencional. Um dos aspectos criticados estava nos processos degradativos produzidos pela expansão econômica da indústria turística, tendo em vista que se ampliavam os locais onde havia esvaziamento ou mudança do público, dos atrativos, comprometendo os ganhos da atividade.

Em termos modernos, ensina Dias (2003), considera-se como marco inicial da popularização do turismo a viagem de Thomas Cook em 1841. A inovação da viagem de Cook foi tornar as viagens acessíveis a um maior número de pessoas, o que ele conseguiu organizando a viagem com um pacote de serviços, tais como: transporte, acomodação e atividades no local de destino. Desse modo, Cook tornou as viagens atrativas e possibilitou que um maior número de pessoas pudesse gozar férias em lugares distantes do seu local de residência.

O turismo converteu-se na atividade econômica mais importante do mundo, caracterizando-se por um crescimento espetacular. O autor cita dados da Organização Mundial do Turismo (OMT), segundo os quais, de 1950 a 2000, houve um crescimento anual de 5% nos deslocamentos internacionais de turistas.

> Esses números referem-se apenas ao turismo internacional; podemos supor que devam ser muito mais expressivos, se considerarmos os turistas que se deslocam dentro do seu próprio país. As projeções da OMT são de mais de 1,5 bilhões de pessoas viajando entre países. O movimento na economia gerado por esse enorme fluxo de pessoas é extraordinário e difícil de ser dimensionado, pois o turismo produz efeitos nos mais diferentes setores produtivos.(DIAS, 2003, p.9).

Ainda segundo Dias (2003), ao citar dados do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC), o turismo é a atividade econômica que mais cresce na atualidade, Superou setores tradicionais, como a indústria automobilística, a eletrônica e a petrolífera.

Entretanto, o autor adverte que:

> O turismo, como qualquer outra atividade apresenta aspectos positivos e negativos, que devem ser avaliados frequentemente devido à dinâmica e capacidade de estar em constante mutação. Um destino turístico pode ter um *boom* de procura de um momento para o outro, mas também pode entrar em decadência com a mesma velocidade com que cresceu. Nesse aspecto, o turismo, mais que outra atividade, é bastante dependente do planejamento e do contínuo monitoramento do espaço geográfico onde se desenvolve a atividade.(DIAS, 2003, p.11-12).

2.2 CONCEITOS DE TURISMO SUSTENTÁVEL

Segundo Dias (2003), com crescimento da crise ambiental, aliada ao aumento da consciência ecológica das nações desenvolvidas como as em desenvolvimento, o turismo, no final da década de 1980, vê surgir uma demanda por um tipo alternativo ao até então predominante modelo de “sol e praia”. O novo tipo é resultado de uma mudança de valores e hábitos, em que as pessoas buscam melhorar sua qualidade de vida, o que inclui a procura por ambientes saudáveis emoldurados por natureza exuberante.

> O turismo alternativo foi desenvolvido na Europa com o intuito de satisfazer as necessidades de uma clientela com aspirações e motivações, decorrentes de uma nova realidade contemporânea, bem como de tentar atender às exigências do meio ambiente. Talvez isso tenha sido, além de uma estratégia de expansão capitalista (em vista da saturação do turismo tradicional), um resultado da emergência das questões ambientais que vêm ocupando gradativamente o centro do cenário político internacional. (MAGALHÃES, 2002, p.28).

Irving e outros autores (2005) postulam que, em um cenário permeado por controvérsias e resultados paradoxais, a reflexão sobre os rumos que o desenvolvimento da atividade turística deve seguir para promover seu potencial positivo, minimizando seus impactos negativos, parece fundamental para o delineamento de estratégias futuras.

Promover e praticar turismo de base sustentável requer, assim, um novo olhar sobre os problemas sociais, a diversidade cultural e a dinâmica ambiental dos destinos diante de uma economia globalizada e sujeita a nuances de imprevisibilidade, ditadas por um mercado que transcende as peculiaridades locais e/ou as especificidades de um destino turístico. Assim, a sustentabilidade no turismo depende de uma concepção estratégica e duradoura de desenvolvimento, apoiada numa interpretação interdisciplinar e integral da dinâmica regional, resultado de uma sinergia mutante, apoiada na noção de "espaço" material e imaterial, lugar concreto

e abstrato, cenário de interações, conflitos e transformações, ponto de contato simbólico entre local e global.

Segundo Irving e Camphora (2005 apud IRVING et al, 2005), muitos caminhos podem conduzir à perspectiva de sustentabilidade, mas não existem itinerários já mapeados, fixos. A sustentabilidade, tomada como referência, acolhe aspectos materiais e imateriais das várias dimensões envolvidas em seu significado. Não é, dessa forma, desejável demarcar competências determinantes, sejam de caráter ambiental, social, econômico ou político; quaisquer dessas dimensões pensadas isoladamente instalam uma abordagem parcial capaz de obscurecer articulações entre interesses e práticas aparentemente dissociados. No turismo, a busca de sustentabilidade equivale à oportunidade de redimensionar espaços, paisagens, culturas e economias através de ações que qualificam o uso articulado de bens e serviços, gerando benefícios de ampla escala.

Para Spínola (2005) a definição de desenvolvimento sustentável subjacente a todas as discussões em torno do tema é razoavelmente simples e bastante conhecida, implicando um tipo de desenvolvimento sensato, que utilize de forma equilibrada os recursos disponíveis, possibilitando a sua regeneração. A essa definição, que se preocupa exclusivamente com a questão ambiental, deve-se agregar as variáveis econômicas e sociais, onde a comunidade também é incluída, e a sua qualidade de vida passa a ser um aspecto de grande relevância, combinando justiça social, eficiência econômica e prudência ecológica.

A autora considera que o conceito de turismo sustentável foi originado por todo esse debate, principalmente em função de dois fatores: a) o turismo, a partir da década de 1970 passou a ser visto como uma estratégia de desenvolvimento econômico para áreas periféricas e b) o crescimento do turismo de massa, no mesmo período, começou a configurar-se em uma ameaça para essas mesmas regiões.

O desenvolvimento turístico tradicional gerou um modelo de crescimento intensivo baseado no objetivo central de incremento do número de visitantes, independente da capacidade de acolhida do território, a prioridade dos lucros a curto prazo, a criação de uma oferta homogênea e estandardizada, a escassa presença da cultura e tradições locais na configuração desta oferta e, em geral, uma forte pressão ambiental. Havia chegado a hora de se pensar em limites para a atividade.

Ainda segundo a autora, a expressão turismo sustentável surgiu na década de 1980, quando estudantes e profissionais da área começaram a considerar as implicações e a incorporar as propostas do *Relatório Brundtland* às suas atividades. Neste momento inicial o termo turismo sustentável era utilizado como sinônimo de turismo verde, ou seja, uma forma de turismo sensível às questões ambientais. Ainda hoje, ao se analisar as práticas adotadas pelas empresas turísticas e pelos planejadores da atividade em prol da sustentabilidade da atividade, percebe-se o grande predomínio da questão ambiental, que se faz presente em decisões como conservação de energia, reciclagem e redução de refugos, a introdução de aeronaves mais silenciosas e econômicas no transporte aéreo ou a divulgação de normas de conduta para os visitantes.

Sasaki (2006), por sua vez, diz que, por muito tempo, o turismo foi entendido como uma atividade econômica não poluente como as atividades do setor primário e secundário. Muitas vezes, essa atividade foi chamada de “indústria sem chaminés”, pela crença de que era uma atividade econômica de forte representatividade e que não causava danos ambientais. Todavia, com o crescimento da consciência dos impactos ambientais que a atividade causava, e que depois se estendeu para os impactos sociais, essa visão “limpa” acerca do turismo foi superada, e o reconhecimento dos seus impactos foi cada vez mais evidente. Assim, começou-se a pensar em propostas que pudessem fazer do turismo uma atividade “sustentável”, vindo depois a ser consolidado um termo específico para a atividade: turismo sustentável.

Para a autora, como o próprio nome diz, o discurso em torno do conceito de turismo sustentável é influenciado pelo conceito de desenvolvimento sustentável. E, assim como esse, o conceito de turismo sustentável apresenta múltiplas perspectivas e um largo histórico para consolidação e aceitação de suas propostas. Afinal, o turismo sustentável ganhou destaque no cenário acadêmico nos últimos anos e estimulou a realização de inúmeras conferências de âmbito nacional e internacional, as quais produziram documentos explicativos sobre a gestão de um turismo, efetivamente, durável / racional.

A expressão turismo sustentável teve sua popularização a partir da publicação do *Relatório Brundtland*, em 1987. Cabe lembrar, entretanto, que outras denominações, a exemplo de “turismo verde”, demonstram a existência de

preocupações com os impactos ambientais do turismo antes do referido relatório. A Declaração de Manila sobre Turismo Mundial, em 1980, e a Declaração sobre Turismo e Meio Ambiente, de 1982, ambas da OMT, exemplificam essas preocupações.

Essas declarações, conforme postula Sasaki (2006), são importantes para a contribuição da tomada de consciência dos problemas de natureza socioambiental provenientes da atividade turística. Contudo, cabe salientar, lembra a autora, a importância da primeira, porquanto ela foi divulgada antes da publicação do relatório Nosso Futuro Comum (1987) e considera que a satisfação das necessidades turísticas não deve constituir uma ameaça para os interesses sociais e econômicos das populações das regiões turísticas e para o meio ambiente, especialmente para os recursos naturais.

A Declaração sobre Turismo e Meio Ambiente, de 1982, conforme Sasaki (2006), expressava que a atividade turística assumia uma postura interdependente com o meio ambiente e tinha como fim o bem-estar do indivíduo que gozava de seu tempo livre de férias. Assim, segundo essa declaração, a única forma aceitável de turismo seria aquela que se preocupasse com a gestão dos recursos naturais, ou seja, aquela que buscasse proteger e reduzir os impactos ambientais, sociais e econômicos das populações locais.

O relatório do Fundo Mundial para a Vida Selvagem entende por turismo sustentável aquele que:

> [...] opera dentro das capacidades naturais de regeneração e produtividade futura dos recursos naturais; reconhece a contribuição que as pessoas e comunidades, costumes e estilos de vida fazem à experiência do turismo; aceita que estas pessoas devam ter uma participação equitativa nos benefícios econômicos do turismo; e é guiado pelos desejos das pessoas e comunidades locais nas áreas visitadas. (DIAS, 2003, p.59).

Ceballos-Lascurain (1996 apud IRVING et al, 2005), o define como um tipo de turismo que é desenvolvido e gerenciado, de maneira tal, que toda a atividade (de alguma forma focalizada no recurso de patrimônio natural ou cultural) possa continuar indefinidamente. Assim, sustentabilidade se associa à permanência em tempo e espaço, construção intra e intergeracional; integração entre passado, presente e futuro; continuidade e inovação.

A UNEP (2005), também citada por Irving et al (2005), diz que o turismo sustentável não representa uma forma especial de turismo. Em realidade, todas as formas de turismo deveriam ser sustentáveis e esse deveria, em tese, ser o compromisso central em planejamento. A sustentabilidade do turismo é consequência, portanto, da responsabilidade de todos os segmentos nele envolvidos, embora seja evidente e necessário o papel de liderança dos governos neste processo.

Prega, portanto, que promover o turismo sustentável não representa apenas controlar e gerenciar os impactos negativos. Mais do que isso, o turismo, na contemporaneidade, ocupa uma posição privilegiada da economia globalizada para gerar benefícios ao desenvolvimento local e promover a responsabilidade de proteção da natureza. Assim, planejamento turístico, desenvolvimento e proteção de recursos renováveis não podem mais ser interpretados como forças opostas e contraditórias, mas como aspirações comuns que podem ser mutuamente reforçadas. As políticas e ações para planejamento turístico devem ser desenhadas, de maneira a otimizar e promover os benefícios e reduzir os custos e impactos negativos das atividades vinculadas, em sentido amplo.

Becker (1996 apud BERENSTEIN, 2001) indaga acerca da capacidade de o turismo poder se transformar num vetor de desenvolvimento, capaz de realizar a passagem para um novo modelo de produzir sustentável, saindo daquela ótica do desenvolvimento rápido a qualquer preço. E também ser um vetor de desenvolvimento dentro dos parâmetros do novo modo de produzir, que considera a natureza e que poupa recursos.

Segundo Oliveira (2000 apud BERENSTEIN, 2001), a criação de grande número de áreas protegidas no mundo todo é uma tentativa de atrair turistas enquanto se protege o meio ambiente contra uma mudança substancial derivada de outras atividades, inclusive do próprio turismo. É preciso levar em conta que os rendimentos vindos do turismo podem contribuir significativamente para a manutenção de áreas protegidas, além de encorajar tanto os indivíduos como as organizações a conservarem o meio ambiente do qual tiram seus lucros.

Solla (1999) postula que o turismo se encaixa com naturalidade no conceito de desenvolvimento das populações com base em pressupostos como justiça social e conservação dos recursos naturais, ao lembrar a existência concreta de

programas que incluem o turismo como uma das medidas para se chegar à diversificação econômica e contribuir para o renascimento de espaços rurais em crise. Assim, ele acredita que quando se diz que o turismo e o desenvolvimento local são dois fenômenos sobre os quais existe um empenho para que funcionem como amigos íntimos, não se está, de modo algum, dizendo falsidades.

A OMT, assim define turismo sustentável como aquele que:

> Atende as necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras e ao mesmo tempo protege e fomenta as oportunidades para o turismo futuro. Concebe-se como um caminho para a gestão de todos os recursos de forma que possam satisfazer as necessidades econômicas, sociais e estéticas, respeitando ao mesmo tempo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas que sustentam a vida. (DIAS, 2003, p.68).

Swarbrooke (2000) considera que, para que haja um relacionamento mais sustentável entre turismo e o meio ambiente, é necessário que:

> Se crie um pensamento holístico sobre o conceito de ecossistemas, ou seja, que não haja mais uma separação dicotômica, como por exemplo, vida selvagem, montanhas, florestas tropicais etc., mas se compreenda o meio ambiente como um conjunto de relações interdependentes entre meio físico, natural e seres humanos; haja um controle sobre os impactos negativos do turismo através de um sistema de planejamento e uso do solo; exista um trabalho preventivo de conscientização que incentive práticas ambientalmente corretas; seja dada manutenção compatível com as dimensões do problema, ou seja, é preciso certificar-se de que o grau de interesse de ação seja proporcional ao problema em questão; desperte-se a consciência do turista e do trade turístico; o preço pago pelos turistas em seu tempo de férias seja suficiente para cobrir os custos dos impactos gerados pela atividade turística, pois, caso contrário, ou a população local terá de subsidiar o turista ou os problemas ambientais não serão solucionados. (SWARBROOKE, 2000, p.84-85).

O turismo sustentável possui benefícios porque:

> Estimula uma compreensão dos impactos do turismo nos ambientes natural, cultural e humano; gera empregos locais, tanto diretos quanto indiretos em outros setores de suporte e de gestão de recursos; assegura uma distribuição justa de benefícios e custos; estimula indústrias domésticas lucrativas – hotéis, e outros tipos de alojamento, restaurantes e outros serviços de alimentação, sistema de transporte, artesanato e serviços de guias locais; diversifica a economia local, principalmente em áreas rurais onde o emprego agrícola pode ser esporádico ou insuficiente; procura tomar decisões em todos os segmentos da sociedade, inclusive populações locais, de forma que o turismo e os outros usuários dos recursos possam coexistir. Ele incorpora planejamento e zoneamento assegurado o desenvolvimento do turismo adequado à capacidade adequada ao ecossistema. Cria facilidade de recreações que podem ser utilizadas pelas comunidades locais, e não só por turistas domésticos ou internacionais. Ele também estimula e auxilia a cobrir gastos com a

> preservação de sítios arqueológicos, construções e locais históricos. Do ponto de vista do meio ambiente, demonstra a importância dos recursos naturais e culturais para a economia de uma comunidade e seu bem estar social, e pode ajudar a preservá-lo. Monitora e administra os impactos do turismo, desenvolve métodos confiáveis de obtenção de respostas e opõe-se a qualquer efeito negativo. (SWARBROOKE, 2000.p.14).

Ainda segundo Swarbrooke (2000), em 1997, Clarke sugeriu que o desenvolvimento do conceito de turismo sustentável envolvia quatro abordagens que são, em ordem cronológica:

> 1.*opostos polares*, em que o turismo sustentável e o de massa eram vistos como opostos polares. Teríamos que renunciar ao turismo de massa se quiséssemos desenvolver o turismo sustentável. 2.*um continuum,* em que o turismo sustentável e o de massa não eram mais vistos como opostos polares, mas reconhecia-se que havia diferentes nuances de turismo sustentável e de massa, as quais se fundiriam em algum ponto central. 3.*movimento,* uma abordagem cuja sugestão era a de que uma ação positiva poderia tornar o turismo de massa mais sustentável. 4.*convergência*, como a idéia de que todos os tipos de turismo podem se esforçar para serem sustentáveis. (SWARBROOKE, 2000, p.13).

Atualmente, segundo Sasaki (2006), busca-se colocar em prática a última abordagem citada por Clarke e todos os eventos supracitados apresentaram os marcos da transição paradigmática de uma lógica embasada, fundamentalmente, nos aspectos econômicos para o socioambiental, com enfoque centralizado para o desenvolvimento sustentável.

Isso é importante, segundo a autora, na medida em que esses eventos não foram iniciativas solitárias de acadêmicos e ambientalistas, mas, sobretudo, uma iniciativa das entidades máximas que têm o poder de monitoramento, regulação e acompanhamento do negócio turístico mundial, fatores que são imprescindíveis para o sucesso de uma nova política de gestão turística: a sustentável.

Muitas iniciativas têm sido desenvolvidas com o propósito de promover o turismo sustentável. Dentre elas, o desenvolvimento de normas que estabeleçam os requisitos mínimos para o turismo sustentável. No contexto de uma região específica, a sustentabilidade da atividade do turismo, como o desenvolvimento sustentável de uma forma geral, está relacionada com as atividades e responsabilidades de múltiplos atores, não podendo ser restrita a uma única organização. Contudo, lograr o objetivo do desenvolvimento sustentável passa necessariamente pelas organizações adotarem práticas sustentáveis para suas atividades.

2.3 TURISMO SUSTENTÁVEL NO BRASIL

Irving (2007) considera que, para o desenvolvimento no espaço rural e a questão do turismo, a cada ano, a demanda vem com maior vigor. Cada vez mais as entidades voltadas ao ensino e ao estudo do turismo pesquisam novas abordagens e projetos referentes ao desenvolvimento sustentável do espaço rural, destacando-se uma abordagem em múltiplas faces; a questão da pobreza, a conservação ambiental, a problemática do patrimônio. Hoje, existe uma tendência, não só no Brasil, mas mundialmente, de entender o turismo segundo uma nova visão de desenvolvimento regional. Durante muito tempo, o turismo foi entendido como uma atividade operacional, distanciada de um panorama macro, um setor isolado no planejamento de governo e distante de uma visão estratégica de desenvolvimento.

Atualmente, segundo a autora, essa visão pertence ao passado. Agora, trabalha-se na direção de se buscar todas as potencialidades locais. A área do turismo rural está associada ao turismo de natureza, ao ecoturismo e pode promover o desenvolvimento local. No entanto, para que se entenda a dinâmica de desenvolvimento sustentável associada ao turismo, há de fazer alguns levantamentos. Identificar, por exemplo, quais são os planos e programas de governo que estão incidindo naquele local. É necessário também, identificar um tipo de demanda que seja diferente da demanda básica de infraestrutura e serviços; buscar o entendimento da população local sobre patrimônio; pesquisar quais são os agentes sociais capazes de contribuir para a construção de parcerias, parcerias reais que envolvam não só os setores privado e governamental, mas as universidades, institutos de pesquisas, entidades de classe, etc.

Para uma melhor definição da relação do ecoturismo com o espaço rural, considera-se o que pensa Beni (2001), para o qual turismo rural apresenta características próprias bem definidas, tendo suas origens em duas vertentes: uma internacional, já encampada no Brasil, onde o desenvolvimento da oferta de serviços no meio rural surge como alternativa de aumento da renda, agregação de valor à propriedade e fixação do homem ao campo e uma segunda, residente naquelas propriedades não produtivas com valor histórico-patrimonial e patrimonial, capazes de absorver uma demanda diferencial e inclui nesta vertente os modernos hotéis-fazenda e os acampamentos de férias.

Já Martinez e Monzonís (2000) postulam que a definição de turismo rural é dificultada devido à complexidade em se determinar o *rural* e o *espaço rural,* pois conceitualmente são dadas definições muito distintas. Em algumas associações, o espaço rural é reconhecido como sendo o *espaço agrícola*, enquanto, para outras, os critérios de classificação levam em consideração os dados populacionais, reconhecendo como rurais todos aqueles municípios com menos de 2 mil habitantes. Já em outras, se considera rural todo o espaço que se encontra além do espaço urbano, ou então aquele onde se desenvolvam produções baseadas, principalmente, no setor agropecuário. A visão a ser desenhada é o desenvolvimento de recursos e preservação do espaço rural. As comunidades campesinas e os indivíduos devem desenvolver destinações turísticas rurais, culturalmente e ambientalmente sustentáveis, através de educação e interpretação, parcerias e redes de agenciamento, comunicação e promoção controlada e planejamento integrado e participativo.

Para Moraes (2000), o ecoturismo como o segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do meio ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas.

Assim, o ecoturismo se identifica com o espaço natural Unidades de Conservação (UC) e com o espaço rural, enquanto áreas de ocupação agro-silvo-pastoril ou mesmo de nenhuma ocupação humana, devendo portanto, contribuir para a conservação dos ecossistemas

No desenvolvimento do turismo, deve-se imaginar, segundo Irving (2007), uma forma para que os sujeitos atores sociais possam ser gradativamente incorporados ao processo, não apenas como observadores. Isso não tem acontecido frequentemente no Brasil. A população de determinado destino turístico é observada como um agente distante do processo de mudança que se estabelece na intervenção dos territórios. Enquanto essa concepção prevalecer, adverte a autora, o planejamento turístico jamais irá chegar à visão de sustentabilidade do processo.

A autora considera o turismo sustentável como uma visão de turismo integrada a uma concepção de planejamento regional que tem como ponto de partida a possibilidade de ser economicamente rentável, mas que tivesse a

obrigação e o compromisso de preservar o patrimônio natural, valorizar o aspecto cultural e ser capaz, também, de promover o engajamento dos atores sociais no processo de tomada de decisões. Esses atores são o setor privado, o setor público, a comunidade, os que habitam aquele local e irão sofrer o impacto do desenvolvimento da atividade turística e todos os outros agentes que, direta ou indiretamente, influenciem ou recebem influência do processo turístico.

Irving (2007) diz que no Brasil se vem trabalhando nos últimos anos com essa abordagem, mas ainda em processo de contracultura. Para a autora, não se pode ter a ilusão de que haverá um novo modelo de planejamento em turismo. O que existe é a permanente hipótese de um turismo convencional, que detém a maior movimentação de recursos, turistas, mas em compensação, possui um tempo mais curto de sustentação.

Ao considerar que o turismo nunca se desenvolveu com tanta velocidade no mundo como acontece hoje, a autora destaca o turismo de natureza, o turismo de contato com o ambiente natural como os que vêm surgindo como uma fonte de renda e uma potencialidade de desenvolvimento.

No caso brasileiro, na região Sudeste, percebe-se que houve, durante muitos anos um grande descaso com a natureza, principalmente com a falsa visão do modelo de desenvolvimento que insistia em percebê-la como ilimitada. Nessa falsa ideia de capacidade ilimitada de renovação da natureza, o rural foi sendo abandonado, em detrimento do processo de urbanização.

> Vivemos um fenômeno inverso, chamado “Reencantamento” pela natureza, “ressignificação” do espaço rural, ou seja, o homem urbano está precisando sair do seu lugar de origem para voltar ao espaço não urbano, para se resgatar, para retornar a um outro tipo de parâmetro. E com essa “ressignificação” do espaço rural, o turismo rural e o turismo ecológico passaram a ganhar um significado agregado ao mercado. O número de turistas está crescendo, vindos inclusive do exterior para conhecer os ciclos de fazendas de café. Esse não é um caso isolado; é um fenômeno que está acontecendo no Brasil e no mundo. (IRVING, 2007, p. 30-31).

Dias (2003), por sua vez advoga que, no Brasil, no período de final dos anos 1980 e início dos 1990, com o uso generalizado dos meios de transporte, particularmente do automóvel, e com uma profunda modificação da forma de vida do homem nas grandes cidades, ocorreu uma busca de maior contato do homem com a natureza. Essa busca do natural traduziu-se, nos grandes centros, na intensificação de deslocamentos nos finais de semana e nos feriados prolongados para sítios,

chácaras, fazendas e outros locais em áreas rurais. As administrações públicas, particularmente as municipais, não estavam preparadas para essa demanda, e autorizaram empreendimentos em áreas de mananciais, a destruição de ecossistemas importantes, a implantação de loteamentos próximos a rios e represas com a consequente destruição das matas ciliares e um sem número de decisões administrativas tomadas em função de um desenvolvimento desordenado.

Embora as alterações no meio ambiente fossem significativas, as decisões que foram tomadas pelas administrações municipais trouxeram melhorias em infraestrutura e, em alguns casos, na forma de vida de núcleos rurais que até então permaneciam isolados e em muitos casos esquecidos pelas autoridades. Desse modo, mesmo dentro do quadro de destruição ambiental que é possível assinalar, não se deve deixar de apontar os benefícios trazidos para as comunidades com o aumento do turismo. O autor cita como benefícios trazidos para as comunidades com o aumento do turismo: a) construção de novas vias de comunicação, facilitando o acesso do turista, e seu uso pela população local. Somam-se a isso a melhoria dos sistemas de comunicação local: telefone, televisão etc; b) maior valorização das áreas naturais como recursos turísticos, permitindo que essas áreas sejam olhadas por seus proprietários com outros olhos, agora como fontes de renda; c) criação de novos postos de trabalho em áreas rurais. Aumento da necessidade de prestadores de serviço para o atendimento do turista.

O autor adverte, entretanto, que existe uma série de aspectos negativos que devem ser considerados e de modo geral, estão relacionados com os impactos no meio ambiente: a) grande urbanização de áreas rurais, sem planejamento e infraestrutura sanitária adequada. Particularmente importantes são as áreas próximas a represas, a santuários paisagísticos, praias de rara beleza etc; b) aumento de resíduos de todo tipo, particularmente os sólidos, que modificam a paisagem e o meio ambiente, a exemplo de sacos de lixo e os vasilhames de bebidas em lugares públicos; c) com o aumento de pessoas nas zonas rurais, há uma fuga da fauna silvestre e a diminuição de sua capacidade de reprodução. As espécies vegetais, por sua vez, são recolhidas de forma irresponsável, quando não destruídas pelo volume de trânsito no local; d) modificações significativas e irreversíveis na paisagem, pela proliferação de infraestruturas e construções,

citando-se como exemplo a abertura de novas vias de comunicação, instalações turísticas de todo tipo etc.

Deste modo, lembra o autor, a exploração desordenada dos recursos naturais para fins turísticos, embora tenha gerado e continue gerando dividendos econômicos para muitas regiões, provoca tais impactos no meio ambiente que podem acabar com os mesmos recursos naturais que motivaram a demanda turística.

> É importante diferenciar esse aspecto do turismo de outras atividades, pois mantém estreita relação com o meio ambiente: um uso turístico intenso a curto prazo provocará a médio e a longo prazos clara diminuição da demando, pelo motivo de que o recurso natural que atraiu o visitante não mais existirá ou estará tão degradado que não será mais atrativo. (DIAS, 2003, p. 25).

A natureza e a intensidade da expansão do turismo, impõem que o desenvolvimento desta atividade deve ser cercada de preocupações, tendo em vista que o ambiente é principal produto vendido aos turistas. Esse fato é especialmente significativo no caso do Brasil, que praticamente concentra toda sua oferta em destinos nos quais a natureza é a principal atração.

As condições ambientais são tão importantes no desenvolvimento das atividades turísticas que Mathieson e Wall (1990 apud DIAS, 2003), consideram que destinos que não disponham de condições apropriadas de clima, geologia, flora e fauna raras vezes são selecionados para o desenvolvimento do turismo, e que a criação de comodidades e de infraestrutura por si só são insuficientes para que tal desenvolvimento ocorra. Outras características, entretanto, podem colaborar nesse sentido, tais como uma história rica ou a exclusividade de peculiaridades arqueológicas ou culturais.

Em razão dessa realidade do turismo e o seu dinamismo, impõe-se a necessidade de se instruírem novas formas de utilização dos recursos naturais para fins turísticos, que levem em consideração as limitações de uso do atrativo e as condições de manutenção de sua existência de forma duradoura. Na obra citada, os autores observam que devem ser analisados os impactos não só sobre o ambiente natural, mas também sobre o ambiente artificial criado pelo homem.

Ao se referir ao aproveitamento dos recursos naturais para o turismo sustentável no Brasil, Dias (2003) considera que embora o país apresente condições extremamente favoráveis para o crescimento das novas atividades que constituem o

turismo alternativo (variedade e diversidade geográfica, de climas e de solos, existência de variados e diversificados ecossistemas e grandes atrativos naturais), o modelo turístico predominante é o convencional e seu crescimento dá-se fundamentalmente com a construção de grandes centros turísticos constituídos por alta concentração de hotéis, áreas de recreações e zonas comerciais e, também, com o fortalecimento dos centros tradicionais de recepção do turismo, particularmente nas praias.

Como iniciativa para incentivar o turismo no Nordeste brasileiro, foi criado em 1992 o Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste (Prodetur) para implantar infraestrutura básica para viabilizar a construção de megaprojetos hoteleiros ao longo do litoral nordestino. Em função do programa, nas áreas ecologicamente viáveis, distantes dos grandes centros urbanos e até então protegidos por seus limites naturais, foram construídos grandes complexos turísticos e hoteleiros, seguindo o modelo de Cancun. Esses megaempreendimentos cumprem a função de excluir a população residente e acentuar os problemas ecológicos, ao degradar áreas de intensa fragilidade ambiental, como falésias, praias, dunas e mangues (SEABRA, 2001 apud DIAS, 2003).

Por outro lado, lembra o citado autor, há preocupação dos governos estaduais situados em zonas de alto potencial ambiental em desenvolver polos turísticos alternativos, com financiamento externo e linhas de crédito do governo federal. Um desses programas foi o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (Proecotur) que abrange nove estados: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Como objetivo geral, buscou viabilizar o desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia Legal, como uma das bases para o desenvolvimento sustentável da região.

Dias (2003) lembra então que são várias as iniciativas que visam a um aumento da capacidade de recepção do turismo no Brasil, incluindo-se a preocupação com o meio ambiente natural, com mais força em alguns projetos e menos em outros. De todo modo, considerados os aspectos positivos e negativos, o Brasil tem tudo para tornar-se um polo mundial de turismo voltado para a natureza, com a utilização (preferencialmente sustentável) de belezas naturais únicas, ecossistemas específicos e paisagens que perduram o ano todo.

Também em relação ao turismo sustentável no Brasil, Sasaki (2006) considera que a aplicabilidade dessa modalidade turística se refletiu de diferentes formas. Afinal, lembra a autora, o desenvolvimento turismo sustentável perpassa, sobretudo, pelo desenvolvimento e expansão de uma consciência sobre os limites e possíveis impactos negativos da atividade.

O fortalecimento da ideia de se compatibilizar o turismo com o meio ambiente se dá, efetivamente, com a instituição da Política Nacional do Meio Ambiente pela Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre o controle e monitoramento das políticas ambientais, implantando-se diretrizes que se destinam a tentar compatibilizar crescimento econômico com preservação ambiental estabelecendo, conforme Silva (2003 apud SASAKI, 2006), padrões de qualidade ambiental, zoneamento, avaliação de impacto, licenciamento de atividades potencialmente poluidoras, criação de unidades de conservação, sistema de informações ambientais, cadastro técnico de atividades e instrumentos de defesa ambiental, além de penalidades disciplinares ou compensatórias.

Sasaki (2006) lembra ainda que a referida lei é que instituiu o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) integrado pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), o que evidencia que a adoção de padrões que compatibilizem atividade turística com a perspectiva da sustentabilidade é um dos modos de acompanhar a atividade periodicamente. Com esse propósito, foi criado também o Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS), em 2002, que tem o objetivo de gerir um Programa de Certificação do Turismo Sustentável. Assim, criaram-se alguns princípios para subsidiar o monitoramento do Turismo Sustentável brasileiro:

> 1-respeito à legislação vigente-o turismo deve respeitar a legislação vigente em todos os níveis no país, as convenções internacionais e os Princípios e Critérios do Turismo Sustentável; 2- Direitos das populações locais- o turismo deve buscar mecanismos e ações que promovam a equidade socioeconômica, a defesa dos direitos humanos, de uso da terra e a qualidade ambiental; 3-Considerar o patrimônio e o valor das culturas locais- o turismo deve reconhecer e respeitar o patrimônio histórico-cultural das regiões receptoras e ser planejado, implementado e gerenciado em harmonia às tradições e valores culturais; 4-Desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos – o turismo deve contribuir para a geração de emprego e renda, fomentando e qualificando a capacidade local para o desenvolvimento de empreendimentos turísticos; 5- Conservação do ambiente natural - o turismo deve adotar práticas de mínimo impacto sobre o ambiente natural, de forma a contribuir para a manutenção das dinâmicas e processos naturais em seus aspectos físicos e biológicos, considerando o contexto cultural e socioeconômico existente; 6- Sustentabilidade da atividade- a viabilidade econômica do turismo deve considerar os custos

> sociais e ambientais; 7- Planejamento e gestão responsável –o turismo deve ser implementado com base em um processo planejado que demonstre o compromisso permanente com os princípios do turismo sustentável. (SASAKI, 2006, p.96-97).

Conforme nos ensinam Faria e Carneiro (2007), dada a complexidade do fenômeno turístico, identificar que fatores concorrem para a sua sustentabilidade não constitui tarefa fácil. Tanto mais quando se constata que o conceito de sustentabilidade, por si, já apresenta uma série de incongruências. A profusão de fatores-sociais, econômicos, políticos e culturais, além daqueles ambientais – atrelados à noção de sustentabilidade, confere ao termo uma gama de interpretações, cujas implicações variam de acordo com o contexto no qual tais fatores se inserem e as prioridades que são definidas nos planos de desenvolvimento.

3 ECOTURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

3.1 ABORDAGEM CONCEITUAL DO ECOTURISMO

O conceito de ecoturismo e a sua origem têm apresentado diversas explicações, que são frequentemente questionadas ou redefinidas. Laarman e Durst, citados por Fennel (2002), em sua antiga referência ao ecoturismo, definiram o ecoturismo como um turismo na natureza no qual o "viajante" é atraído a um destino por causa de seu interesse em um ou mais aspectos da história natural desse destino, combinando educação, recreação e aventura. Em 1993, os autores identificaram uma diferença conceitual entre o ecoturismo e turismo na natureza e estabeleceram um escopo mais estreito e outro mais amplo para essa definição. O conceito mais estreito descreve a atividade de pessoas que promovem atividades turísticas orientadas à natureza. No conceito mais amplo, aplica-se o turismo que utiliza recursos naturais, focalizando ambientes relativamente intocados como: reservas selvagens, parques e habitats protegidos.

À luz das divergências conceituais, Fennel (2002) considera o ecoturismo como sendo uma forma sustentável de turismo baseado nos recursos naturais, que focaliza principalmente a experiência e o aprendizado sobre a natureza: é gerido eticamente para manter um baixo impacto, é não predatório e localmente orientado (controle, benefícios e escala). Ocorre tipicamente em áreas naturais, e deve contribuir para a conservação ou preservação destas.

Para Spínola (2005) em uma primeira instância, ecoturismo significaria um deslocamento de pessoas interessadas em conhecer o nosso planeta, nossa casa, e seus habitats. Mas, na prática, cada segmento social envolvido com a atividade tem o seu entendimento sobre o tema. A autora cita Pires (1998), que faz uma compilação de definições de ecoturismo, levando em consideração a ótica de diferentes setores da sociedade, a exemplo do "trade" turístico, dos organismos oficiais, das organizações não governamentais, das populações residentes, do público turista e do meio acadêmico. Cada um desses setores tende a conceber a sua própria ideia de ecoturismo: a) para o "trade" turístico, o prefixo "eco" se constitui em um argumento de persuasão utilizado pelas suas campanhas de comunicação. Trata-se de vender um destino ou produto dito ecológico, o que muitas vezes não

acontece, para obter uma maior participação de mercado; b) os turistas têm o seu conceito particular e circunstancial do ecoturismo, bastante marcado por suas expectativas pessoais e variando, em enorme medida, em função do seu nível de experiência acumulada; c) as comunidades anfitriãs entendem o ecoturismo através da sua própria inserção, como uma forma de (re) valorização de recursos naturais e culturais do seu meio. Cabe salientar que, em alguns casos específicos, como acontece no turismo em unidades de conservação integral, onde essa participação não é fomentada, a leitura do significado do ecoturismo possa ser diametralmente oposta, configurando-se, mesmo, em uma reação antagônica para com a atividade; d) Os governos e as organizações não-governamentais compartilham de uma compreensão do ecoturismo enquanto um meio útil para se lograr o desenvolvimento conservacionista de regiões economicamente marginalizadas no interior do país, vinculando esse conceito à geração de benefícios locais, ao manejo sustentado do patrimônio natural e à conscientização ambiental.

Ainda segundo Spinola (2005), a existência de uma gama tão numerosa e diversa de agentes com interesses e percepções distintas sobre a mesma atividade torna mais improvável ainda a possibilidade de uma definição que seja universalmente aceita. Entretanto, conforme a citada autora, a despeito das divergências conceituais que ainda persistem no meio especializado, é possível identificar alguns princípios básicos que devem ser atendidos na prática da atividade: a) sustentabilidade econômica, ambiental, social e cultural; b) o aspecto educativo e de conscientização e c) a participação da comunidade local.

Penelope Figgis, no prefácio da obra de Wearing e Neil (2001) “Ecoturismo-*impactos, potencialidades e pos*sibilidades”, ensina que o ecoturismo, ou seja, a ideia de que o turismo baseado na natureza poderia proporcionar benefícios sociais e ambientais, brotou na consciência popular no final da década de 1980, tornando-se praticamente um fenômeno da década de 1990. Em diversos países, o ecoturismo transformou-se em um importante tema de debate, gerando um sem número de conferências e novos cursos e estimulando políticas de desenvolvimento em todos os níveis de governo, na indústria do turismo e no movimento ambientalista. O extraordinário aumento do interesse pelo assunto, pode ser catalisado a partir da publicação do Relatório Brundtland, conhecido como *Our*

Common Future ("Nosso Futuro Comum"), em 1987, pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas.

A partir das indagações sobre como satisfazer as necessidades humanas sem destruir a estrutura ecológica do planeta, o ecoturismo surgiu, segundo autora, para oferecer uma opção de desenvolvimento sustentável a países, regiões e comunidades locais, proporcionando um incentivo para conservar e administrar as regiões naturais e a fauna selvagem e, em consequência, a crucial biodiversidade da vida. O ecoturismo pode ser uma alternativa à extração voraz de recursos florestais e minerais, além de poder gerar as divisas necessárias, trazendo receitas para administrar adequadamente as áreas de proteção.

A autora adverte que nem sempre foi fácil obter esses benefícios, dado ao fato de o ecoturismo permitir o desenvolvimento em áreas de proteção e ambientes frágeis. A distribuição dos benefícios para as comunidades locais também é um processo repleto de problemas e muitas vezes inadequado para compensar o apelo imediatista mais lucrativo das indústrias extrativistas.

Wearing e Neil (2001), por sua vez, consideram que apesar das interpretações conflitantes e do oportuno aproveitamento do termo "ecoturismo" pela indústria do turismo, uma coisa é certa:

> O crescente interesse global e o aumento exponencial do ecoturismo não podem ser explicados como qualquer das muitas tendências no ramo do lazer. Pelo contrário, essa tendência reflete uma mudança fundamental no modo como os seres humanos observam a natureza e se relacionam com ela. (WEARING; NEIL, 2001, p.1).

Originalmente concebido como alternativa à crescente ameaça, tanto à cultura quanto ao meio ambiente, imposta pelo turismo de massa, a ênfase inicial do ecoturismo recaiu sobre um turismo comedido, que tivesse impacto mínimo sobre os ecossistemas naturais. Porém, o termo turismo alternativo é interpretado por muitos autores de modo divergente e, com freqüência, completamente contraditório. Para alguns, trata-se de um requintado pacote turístico para pessoas ricas em lugares exóticos, principalmente áreas desertas; para outros, é definido como a perambulação de jovens mochileiros com recursos financeiros limitados (BUTLER 1990; COHEN, 1972 apud WEARING ; NEIL, 2001). Desta forma, postulam que a definição de ecoturismo, particularmente como turismo alternativo é conflituosa e

difícil de determinar com precisão já que o termo ecoturismo, em si, abrange uma ampla gama de elementos.

Para os autores, Hector Ceballos-Lascurain é amplamente reconhecido como o primeiro a usar o termo ecoturismo. Em 1981, ele começou a usar o termo espanhol *turismo ecológico* para designar essa forma de turismo. Então, em 1983, o termo se reduziu para *ecoturismo*, e ele o empregou em debates. Nesta ocasião, ele lutava pela conservação das áreas de floresta tropical do estado mexicano de Chiapas e por uma estratégia para manter a integridade dos ecossistemas florestais envolvidos na promoção do turismo ecológico da região.

Ainda segundo Wearing e Neil (2001), o termo ecoturismo apareceu escrito pela primeira vez na edição de março/abril de 1984 da *American Birds* como propaganda para uma atividade turística dirigida por Ceballos-Lascurain. A definição do termo, como a conhecemos, apareceu pela primeira vez em 1987, em um documento intitulado “O futuro do ecoturismo”, que foi reproduzido no *México Journal,* na edição de 27 de janeiro de 1988

É oportuno observar que, para este trabalho, opta-se pela diferenciação entre as expressões turismo ecológico e ecoturismo, à luz da definição de Selva e Coutinho (2000 apud FARIA; CARNEIRO, 2007), para os quais o turismo ecológico é considerado o segmento no qual turistas e promotores de viagens procuram o contato direto com os mais diferentes ambientes naturais, entretanto, sem a preocupação com o equilíbrio ecológico, ou mesmo com a compreensão dos fluxos e dinâmicas que são estabelecidas no ambiente. Para os autores, a expressão ecoturismo, por sua vez, surgiria para designar a modalidade de turismo cujas bases estão fincadas nas propostas do desenvolvimento sustentável: comprometimento com as gerações futuras, justiça social e eficiência econômica; considerando o ambiente nas suas múltiplas conexões - natural, econômicas, sociais e culturais.

Ceballos-Lascurain identificou o ecoturismo como uma forma de viagem na qual o ambiente natural é o foco principal, e é esse elemento que nos oferece um ponto de partida simples, porém essencial para entender o fenômeno do ecoturismo como uma forma específica de turismo alternativo. A centralidade do ambiente natural para o ecoturismo abrange duas facetas principais, segundo Wearing e Neil (2001): envolve a viagem para ambientes naturais não devastados e essa viagem é predominantemente para experimentar o ambiente natural.

Wearing e Neil (2001) consideram que nos últimos anos, o foco do ecoturismo sobre o ambiente natural facilitou a evolução para *slogans* chamativos que abarcam diversas formas de turismo: turismo natural, turismo inóspito, turismo de baixo impacto e turismo sustentável, entre outros. Todas essas diversas formas de turismo enfocam o ambiente natural em alguma medida e, embora alinhados e relacionados estreitamente com o ecoturismo, devem ser distintos dele, já que há diversos aspectos no turismo baseado na natureza. Neste caso, lembram os autores, o mais importante é em que grau a experiência do turista depende da natureza.

As preocupações fundamentais do ecoturismo incluem a degradação ambiental, os impactos sobre as comunidades locais e a necessidade de um gerenciamento turístico de alta qualidade para garantir a sustentabilidade. A definição global do turismo baseado na natureza, portanto, não é totalmente apropriada para definir o ecoturismo.

> Dentro dessa circunstância, encontramos o 'turismo de baixo impacto' (TBI), forma particular de turismo que aumenta nosso entendimento sobre a base natural do ecoturismo. O turismo de baixo impacto se concentra em estabelecer o gerenciamento dos recursos naturais nativos por meio de incentivos ao setor privado, investimentos na infraestrutura do negócio do turismo baseado na comunidade rural e treinamento dos habitantes da área rural para participarem do negócio turístico. (WEARING; NEIL, 2001, p.7).

O ambiente natural, reforçam os autores, é fundamental para o ecoturismo, que dirige seu foco para os aspectos biológicos e físicos. A conservação de áreas naturais e o manejo de recursos sustentáveis são, portanto, essenciais para o planejamento, o desenvolvimento e o gerenciamento do ecoturismo. Valentine (1991 apud WEARING; NEIL, 2001), chama a atenção para a "interação de duas vias"- entre o ecoturismo e o meio ambiente do qual ele depende-, sugerindo que uma característica do ecoturismo é contribuir tanto para a conservação quanto para a fruição da natureza. Ou seja, o ecoturismo implica um foco sobre a natureza como motivação principal da viagem, para maior conhecimento e consciência da natureza. Contudo, isso também implica a noção de que a atividade do ecoturismo pode contribuir positivamente para a conservação da área do turismo ou da comunidade anfitriã.

Para Basso (2007), embora ainda seja cedo para uma correta abordagem sobre o turismo em área natural e seus conceitos, uma vez que seu desenvolvimento é recente, é interessante observar a evolução epistemológica em construção do

conceito de ecoturismo, numa tentativa que perpassa a simples prática de observação ou contemplação da paisagem, e abarca posições políticas, neologismos, princípios de áreas científicas como a sociologia e a biologia, entre outros. Embora aparentemente desvinculados da análise da evolução conceitual que está por trás das políticas públicas brasileiras, importa trazer aqui conceitos externos justamente para promover o entendimento de como se deu essa “inserção” de diferentes visões e ideologias em um conceito, inicialmente simples e descritivo.

Para a autora, com a evolução do conceito, observa-se a inserção de outras práticas, premissas e princípios, cuja característica principal é a preocupação com a preservação do meio ambiente e a promoção de melhoria da qualidade de vida das populações locais. Ela explica que a Sociedade Internacional de Ecoturismo (TIES), por exemplo, quando descreve a atividade, lhe atribui responsabilidades, e em consequência, a melhoria do bem estar da comunidade local. Observa-se, então, a inserção de responsabilidades a aqueles que programam e participam de atividades turísticas em áreas naturais, ampliando a complexidade do conceito. O ecoturismo passa a ser entendido como uma atividade que minimiza impactos no meio ambiente; promove atenção e respeito ambiental e cultural; provê benefícios financeiros diretos para conservação e a comunidade local; aumenta a sensibilidade dos países para a atmosfera política, ambiental e social; dá suporte aos direitos humanos e acordos trabalhistas, entre outros.

Basso (2007) observa ainda que, inicialmente, o turismo em áreas naturais foi denominado turismo ecológico, e embora ele já apresentasse princípios em sua delimitação conceitual, derivava de uma abordagem simples de turismo de observação ou contemplação da paisagem natural, com sua biodiversidade de flora e fauna. Quando os órgãos de defesa do meio ambiente iniciam políticas integradas com os órgãos de turismo, ideias de conservação ambiental e sustentabilidade social são inseridas à definição, resultando no termo ecoturismo. Nos últimos anos, porém, observa-se um tímido resgate, por meio dos órgãos de turismo, da simplicidade do conceito; em consequência, o desenvolvimento, ou continuidade de programas paralelos para o ecoturismo em órgãos ambientais, mantém sua complexidade.

A autora adverte que, na busca de entender essa construção - assim como foi feito com o conceito pioneiro de Ceballos-Lascurain - atenta-se mais uma vez à

existência de diferentes correntes paradigmáticas, não apenas na academia, mas nos próprios órgãos de governo, a conceber suas próprias ideias. Torna-se, portanto, difícil estabelecer uma relação metodológica que revele eficazmente a atividade na prática, e na teoria.

Para Silva e Coutinho (apud BASSO, 2007), a incompatibilidade na utilização dos termos ecoturismo e turismo ecológico é a mesma na teoria e na prática, pois os princípios do primeiro se assentam na promoção de suporte a conservação e proteção ambiental, por meio da potencialização da responsabilidade do operacional com a utilização sustentada dos recursos (gerar parcerias com agentes locais e ONGs, desenvolver atividades de baixo impacto ambiental, monitorar constantemente as atividades praticadas, proporcionar educação ambiental, entre outros); enquanto o segundo não estaria concentrado na manutenção do desenvolvimento sustentável.

Basso (2007) observa, também, que, na prática, existe um desafio para os empreendimentos vincularem lucratividade com o “ecologicamente correto”, principalmente no que diz respeito aos empreendimentos privados. Nesse sentido, a execução efetiva do ecoturismo muitas vezes não corresponde à sua definição teórica, causando a impressão para alguns, de seu conceito ser uma falácia. A realidade, levada a senso comum quase que de forma invisível por sua sutileza, parece transformar o entendimento do ecoturismo num conjunto de atividades preocupadas com a conservação e a educação ambiental, mas não necessariamente ecologicamente correto em toda a sua complexidade operacional. Esta constatação aponta para o que realmente importa: encontrar as soluções ao desafio da sustentabilidade econômica e ambiental, pois o conceito continuará na “ideologia” enquanto estes desafios não forem solucionados.

Swarbrooke (2000) considera que o ecoturismo significa simplesmente que a principal motivação para a viagem é o desejo de ver ecossistemas em seu estado natural e sua vida selvagem, assim como sua população nativa. Contudo, muitas vezes se considera o ecoturismo como sendo mais do que isso. Seus defensores afirmam que ele se relaciona também com o desejo de ver os ecossistemas preservados e que a população local viva melhor por conta dos efeitos do turismo.

Mesmo sem considerar esse último aspecto, para o autor, muitas pessoas veriam uma relação íntima entre ecoturismo e turismo sustentável, uma vez que o

ecoturismo é visto como um turismo em pequena escala; mais ativo do que outras formas de turismo; uma modalidade de turismo na qual a existência de uma infraestrutura de turismo sofisticada é um dado menos relevante; empreendido por turistas esclarecidos e bem educados, conscientes das questões relacionadas à sustentabilidade, além de ávidos por aprender mais sobre estes temas; menos espoliativo das culturas e da natureza locais do que as formas "convencionais" de turismo.

À luz das divergências conceituais sobre o ecoturismo, entende-se que essa modalidade de turismo deve transcender a acepção simplista de que se trata apenas da contemplação de cenários, da proteção de espécies animais e vegetais. Há se de considerar que o ecoturismo deve propor alternativas consistentes para o desenvolvimento sustentável, assegurando alternativa de renda para as populações locais, ao tempo em que gera recursos para a conservação das riquezas naturais existentes nesses locais. Desta forma, projetos ecoturísticos, ao serem elaborados, devem considerar os conflitos porventura existentes, a cultura local, as relações da comunidade, as atividades antropogênicas, clima, condições ecosanitárias, paisagem natural, condições da fauna e flora, hidrologia, morfologia, potencialidades do espaço, critérios legais, e leis do mercado entre outros componentes.

3.2 ECOTURISMO E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Spínola (2003a), ao citar dados da OMT, publicados no Jornal O Estado de São Paulo, em dezembro de 2001, considera que embora ainda não concorra com as modalidades de turismo de massa, o ecoturismo é o segmento do setor que mais cresce no mundo, notadamente nas regiões menos dinâmicas, a exemplo dos países da África (onde a atividade se baseia na caça e observação dos grandes mamíferos e dos gorilas de Ruanda, preservados nos parques nacionais); Caribe, com destaque para a Costa Rica e Belize; Nepal; Ilhas Galápagos; países do Pacífico, Indico e Atlântico Sul, além de áreas deprimidas do interior da Europa e Estados Unidos.

Para a autora, a mensuração da dimensão econômica da atividade é uma tarefa complexa do ponto de vista metodológico e os dados disponíveis a esse

respeito constituem-se em aproximações, fruto de estimativas elaboradas com base nos dados globais levantados para o turismo, nas informações fornecidas pelas operadoras especializadas ou na motivação alegada pelos turistas entrevistados nas pesquisas de turismo receptivo nos países e regiões em que elas são realizadas com uma frequência regular. Existem, ainda, as estatísticas derivadas da visitação de parques nacionais e outras categorias de unidades de conservação onde a atividade é permitida.

Oliveira Júnior (2010) postula que o ecoturismo, como parte do comércio do lazer, surge como resultado de preocupações econômicas e do processo de modernização do turismo que, para garantir sua rentabilidade e atrair novas demandas, promove a sua segmentação. No que concerne ao surgimento do turismo ecológico, algumas das várias causas incluem o interesse por experiências distantes dos circuitos convencionais de turismo;o cansaço com o turismo convencional; a visão dos ecologistas de que esta é uma nova forma de proteger a natureza;a visão dos governos de países em desenvolvimento que o veem como uma importante fonte de divisas.

O autor cita Jafari (1994), o qual destaca a multidimensionalidade do ecoturismo, ao mostrar como tal atividade conseguiu captar o interesse, tanto de empresas turísticas como de pesquisadores e acadêmicos, que criaram entidades organizadas em vários países, as quais promoveram muitas conferências sobre o tema.

Em relação ao fato de o ecoturismo ter sido eleito como alternativa especial por atores diversos, como empresas turísticas, pesquisadores, acadêmicos e ambientalistas, e em torno do qual se construiu a designação de “turismo do futuro”, Oliveira Júnior (2010) baseia-se na análise de Falcão (1996), segundo a qual, na sociedade atual, em que o consumo de bens imateriais assume grande relevância, o turismo e o lazer colocam-se como instrumentos potenciais de integração de alguns países ou regiões periféricas no contexto do comércio internacional, com o espaço assumindo caráter de objeto de consumo, sendo, dessa forma, produzido, reproduzido e comercializado.

Em síntese, a qualidade do espaço, que caracteriza e identifica o lugar onde o turismo se desenvolve, é um pressuposto fundamental para a sua realização. Boullon (2000 apud OLIVEIRA JÚNIOR, 2010) aponta para o fato de que na década

anterior à de 1990, quando há a difusão comercial da palavra ecoturismo, alguns países menos desenvolvidos tinham começado a utilizar este conceito como estratégia de *marketing* para captar o turismo dos países mais desenvolvidos. Não por acaso, estão em evidência os países que possuem grande biodiversidade, a exemplo da Costa Rica e do Brasil.

Oliveira Júnior (2010), recorre a estudos da Organização dos Estados Americanos (OEA 1998) e de outros órgãos internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), *World Conservation Union (*IUCN), *Conservation International* (CI) *The Ecotourism Society* (TIES) e o trade turístico, para os quais o ecoturismo passou a ser considerado como opção de desenvolvimento viável, algo que poderia ser enquadrado na ideia de desenvolvimento sustentável difundida nas conferências internacionais anteriormente mencionadas.

Cater (1994 apud OLIVEIRA JÚNIOR, 2010) afirma que o mundo subdesenvolvido tem uma grande vantagem comparativa, em termos de variedade e extensão do seu rico ambiente natural. Além disso, considerando que esses países têm dificuldades econômicas, o desenvolvimento do ecoturismo coloca uma oportunidade de capitalização, utilizando-se das atrações naturais. Nessa linha, o autor cita Rabahy (1990), o qual observa que os países com nível intermediário de desenvolvimento e, preferencialmente, receptores, reservam um papel destacado ao turismo e têm nele uma alternativa básica de desenvolvimento. E isso ocorre porque o turismo pode expandir as receitas dos países, ter efeito multiplicador sobre outras atividades econômicas, gerar emprego, possibilitar a correção de desequilíbrios regionais internos, entre outros efeitos.

Segundo Rabahy (1990 apud OLIVEIRA JÚNIOR, 2010), a importância do turismo numa economia depende, basicamente, de suas precondições naturais e econômicas. Com o lançamento da Política Nacional de Turismo (1996/99), por parte do Governo Federal, em 1995, o turismo passou a ser colocado como prioridade estratégica para a geração de emprego e renda no País e para a diminuição das desigualdades entre as diversas regiões. Nesse documento, o Estado estabelece um conjunto de objetivos para o ecoturismo, como dotar a atividade de uma estrutura legal, promover a articulação e o intercâmbio de informações entre o setor público e o privado, fomentar a formação e a capacitação

de pessoal, promover o desenvolvimento de tecnologias e a implantação de infraestrutura nos destinos ecoturísticos prioritários, buscando o engajamento das comunidades locais.

O autor adverte, entretanto, que, consciente das riquezas naturais do País, o governo incluiu o ecoturismo como mais uma alternativa de desenvolvimento na suposição de promover a distribuição de benefícios de uma região mais rica para outra mais pobre, o que, todavia, tende a criar novos riscos para o meio ambiente.

Fennell (2002) cita Barbier (1987) para dizer que, nos últimos anos, ocorreu uma grande mudança paradigmática no pensamento desenvolvimentista representando um desafio fundamental ao consenso convencional sobre o desenvolvimento econômico. Esse novo enfoque enfatiza as necessidades básicas dos pobres e defende uma sensibilidade maior para o desenvolvimento de base. Os países menos desenvolvidos não poderão, portanto, experimentar um progresso real enquanto as estratégias que estão sendo formuladas e implementadas não forem ambientalmente sustentáveis. O autor recorre ainda a Brookfield (1975) o qual diz que o estudo do desenvolvimento liga-se diretamente ao estudo de todas as mudanças na utilização humana do meio ambiente e fornece elementos de evidência empírica para a sua combinação com outras teorias na tarefa de gerar um paradigma homem-meio ambiente mais dinâmico.

Para Wearing e Neil (2001), baseados no que ensina Goldfarb (1989), o turismo tornou-se elemento central na estratégia de desenvolvimento de muitos países. Ele é particularmente atraente aos governos por oferecer uma alternativa a outras formas de desenvolvimento econômico pela geração de empregos, por sua capacidade de gerar divisas e por seu poder de promover o crescimento regional. Em muitos casos, contudo, o turismo não cumpriu tais expectativas. Embora seja bastante considerado por sua capacidade de gerar níveis significativos de receita e benefícios sob a forma de infraestrutura, tais benefícios são frequentemente limitados pelo expressivo impacto que geram nas comunidades locais, como o aumento da poluição, a elevação dos preços locais e a exportação dos lucros para fora da comunidade.

Os autores postulam que, enquanto o mundo ocidental almeja uma variedade cada vez maior de produtos de baixo custo, produtividade e prestação de serviços, colhem-se padrões de desemprego em larga escala, refletidos em tendências

globais à degradação ambiental sob a forma de poluição atmosférica, declínio da biodiversidade, assoreamento, degradação do solo e aquecimento global. Assim, como as áreas naturais e selvagens estão em declínio marcante, tanto de qualidade quanto de quantidade, a demanda de turismo para essas áreas é notadamente crescente. Porém, o turismo como "indústria" é digno de crítica, pois, em muitos casos, contribui para o declínio das áreas naturais. O ecoturismo, por sua vez, permitiu que a "indústria" do turismo expandisse significativamente seu âmbito mercadológico. Sua importância reside na capacidade de oferecer abordagens alternativas às práticas operacionais da indústria.

> O ecoturismo não é apenas uma "indústria" ou atividade empreendida no ambiente natural; o ecoturismo pretende proporcionar uma vivência ao indivíduo ou grupo, afetando suas atitudes, valores e ações. Desse modo, o ecoturismo é tanto educação ambiental e promoção de atitudes e comportamentos que conduzem à manutenção dos ambientas naturais e do fortalecimento de comunidades receptoras, quanto à promoção de uma indústria sustentável. (WEARING; NEIL, 2001, p.215).

Desta forma, pode-se dizer que o ecoturismo apresenta três objetivos principais: sustentabilidade, conservação e fortalecimento da comunidade receptora. A preocupação unificadora é viver em harmonia com a natureza, reconhecendo o valor intrínseco de outros seres humanos.

3.3 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O crescimento do ecoturismo na atualidade, impõe que se aprofundem os estudos e discussões sobre os procedimentos de planejamento voltado para o desenvolvimento sustentável, e que se busque uma forma menos impactante desta modalidade de turismo em unidades de conservação e, desta forma, maximizar a contribuição da atividade ecoturística na gestão de UCs, conciliando o uso dos recursos naturais e culturais com a conservação dos mesmos, apresentando-se como um instrumento de educação ambiental para todos os atores envolvidos.

Para isso, o ecoturismo deve estar a todo o momento relacionado aos seus objetivos de conservação da área. As oportunidades recreativas precisam estar bastante definidas, de forma que os gestores conheçam os recursos recreacionais oferecidos e desenvolvam ferramentas para o manejo das visitações. Desta forma, é fundamental que haja um planejamento integrado do ecoturismo em Unidades de Conservação, a fim de oferecer à sociedade espaços de interação com a natureza,

ao mesmo tempo que a sensibiliza para a importância da conservação dos recursos naturais.

Segundo Coimbra de Sá (2004), citando dados da União Mundial para a Natureza (IUNC), o Brasil está entre os quatro países mais ricos do mundo em diversidade de flora e fauna, juntamente com México, Colômbia e Indonésia. Entre eles, o Brasil é campeão quando se fala em número total de organismos vivos, contando em seu território com 22% das espécies de plantas com flores do planeta, 12% das espécies de anfíbios existentes na Terra e 26% do total de espécies de primatas do mundo, entre outros números surpreendentes. Deve-se levar em conta, ainda, a grande diversidade de ecossistemas presentes no território brasileiro, o que demonstra uma riqueza ambiental que tem despertado o interesse de pesquisadores, estudantes, contempladores e turistas. Daí, observa a autora, o grande crescimento do ecoturismo.

Entende-se o ecoturismo como uma prática sustentável, focado na imagem do turismo como mecanismo para a conservação de áreas naturais e formação de uma consciência voltada para a proteção do meio ambiente, posição que é aceita pelo Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), que o define como o segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista pela interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.

Com base nesse entendimento, deve-se considerar que a criação de áreas protegidas tem se constituído em um dos principais mecanismos para a conservação da natureza, tendo em vista a degradação ambiental crescente, especialmente devido aos impactos da expansão urbano-industrial, pela devastação das florestas pela disponibilidade de fundos internacionais para a preservação e pela possibilidade de geração de renda através do ecoturismo.

Rodrigues (1999), por sua vez, considera que o ecoturismo é um meio de desencorajar atividades mais predatórias, em favor de um turismo mais leve e seletivo, com ênfase na natureza mais preservada e/ou pouco alterada. É visto ainda como uma atividade que pode ser usada para financiar além da conservação ambiental, o desenvolvimento socioeconômico de áreas mais deprimidas, beneficiando as comunidades locais.

Ainda segundo o autor citado, com o aumento da procura por parte dos turistas de atividades desenvolvidas nas áreas protegidas, passa-se a ter uma maior necessidade de planejamento do uso solo e de gestão desses espaços. Além disso, torna-se vital a determinação e o monitoramento dos impactos produzidos pela prática do ecoturismo, bem como a definição de limites de uso das áreas protegidas. Diretrizes e normas de uso que vão constar no Plano de Manejo, instrumento técnico de gerenciamento das Unidades de Conservação (UC's).

A correta gestão do ecoturismo deve promover o equilíbrio, maximizando o prazer do visitante e, ao mesmo tempo, minimizando os impactos negativos do uso turístico. Entretanto, verifica-se que em alguns casos o turismo tem se revelado predatório aos ecossistemas naturais nas áreas onde é praticado. Seja pela implantação de infra-estrutura inadequada, ocupação desordenada do território, especulação imobiliária, seja pela falta de conscientização ambiental daqueles que os visitam.

Para Moraes (2000) as UC's, legalmente instituídas pelo Poder Público, com objetivos e limites definidos, e sob regimes especiais de administração às quais aplicam-se as garantias adequadas de proteção, são as principais preferências para a prática do ecoturismo atualmente no Brasil, principalmente por suas belezas e relíquias cênicas, históricas, faunísticas, florísticas, que se podem conhecer de forma a interagir com esses ambientes e suas populações tradicionais que moram em seu entorno.

O conjunto de UC's, devidamente selecionadas, integra o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), e tem como objetivo atender da forma mais ampla possível aos Objetivos Nacionais de Conservação da Natureza, destacando-se particularmente a proteção de parcela significativa de todos os ecossistemas naturais existentes no País, com propósito de preservar populações geneticamente viáveis, representativas do maior número possível de espécies e subespécies vegetais e animais, além disso, protegendo a diversidade biológica existente no território nacional.

Segundo Costa (2002), as Unidades de Conservação dividem-se em dois grupos: Unidades de Proteção Integral (UPI) que são compostas pela Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural e Refugio de

Vida Silvestre. As principais características desse grupo são a proteção dos atributos naturais, que representam os objetivos primários para a implantação dessas unidades de conservação; somente uso indireto dos recursos naturais, ou seja, a utilização dos recursos deve se justificar pela preservação dos mesmos; manutenção dos ecossistemas em estado natural, com o mínimo indispensável de alteração, proporcionando pesquisas e monitoramento desses ambientes, cujas informações podem orientar públicos de turistas específicos.

Unidades de Uso Sustentável (UUS) compostas por Área de Proteção ambiental (APA); Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional (FLONA), Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN). Esse grupo tem como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de uma parcela dos seus recursos naturais. O uso sustentável permite da exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável.

A partir dessa definição, Coimbra de Sá (2004) faz a descrição das UPI, iniciando com a Estação Ecológica, que tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas, que dependem da autorização prévia do órgão responsável pela sua administração. É proibida a visitação pública, com exceção para objetivos educacionais.

A Reserva Biológica tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais, sem interferência humana direta ou modificações ambientais. A pesquisa científica é permitida.

O Parque Nacional é constituído de terras públicas, que exigem desapropriação, caso necessário. Tem como objetivo a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza, e de turismo ecológico e ecoturismo.

O Monumento Natural tem como objetivo preservar sítios naturais raros, singulares, ou de grande beleza cênica. Esta unidade pode ser constituída em terras

particulares, desde que seja possível compatibilizar seus objetivos com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.

O Refúgio da Vida Silvestre pode ser constituído em terras publicas ou particulares, desde que haja compatibilidade entre os objetivos da unidade e as atividades dos proprietários. Visa a proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora e da fauna locais, residentes ou migratórias. A visitação pública está sujeita às normas e restrições do plano de manejo.

Em relação às UUS, a autora descreve que APA é uma área terrestre e/ ou, aquática, de configuração e tamanho variáveis, submetida à modalidades de manejo diversas, podendo compreender, entre outros, as áreas sob proteção integral ou atuar como zona-tampão para resguardar áreas incluídas em categorias mais rigidamente protegidas. Nenhum tipo de empreendimento potencialmente poluidor, a exemplo de indústrias, pode ser instalado nesta área. No entanto, observa a autora, o disciplinamento do uso e o zoneamento, estabelecidos no plano de manejo, permitem que haja zonas de interesse turístico, onde o ecoturismo é permitido e incentivado, desde que cumpra os conceitos exigidos para a sustentabilidade do local.

A Área de Relevante Interesse Ecológico normalmente é uma área de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional. Seu objetivo é manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível da área, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza. Essa categoria de unidade pode ser estabelecida em terras públicas ou privadas, podendo ser determinadas normas e restrições para a utilização da propriedade particular, respeitando-se os limites constitucionais.

A FLONA é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas, que tem como objetivo o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas. Esta unidade é constituída em terras de posse e domínio público e, portanto, as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas de acordo com a lei. É permitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação.

A RESEX constitui áreas naturais ou pouco alteradas, ocupadas por grupos sociais que tenham como fonte de sobrevivência a coleta de produtos da flora nativa, e que a realizem segundo formas tradicionais de atividade econômica puramente extrativista e de acordo com Planos de Manejo pré-estabelecidos. Seu objetivo é proteger os meios de vida e a cultura desses grupos, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais. A visitação pública é permitida, desde que seja compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no plano de manejo.

A Reserva de Fauna é uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequada para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos. São terras de posse e domínio públicos e, portanto, áreas privadas que se encontram dentro de seus limites devem ser desapropriadas.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável constitui terras de domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser, quando necessário, desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei. Trata-se de uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. São permitidas e incentivadas a visitação pública (desde que compatível com os interesses locais), a pesquisa científica voltada à conservação da natureza, à melhor relação das populações residentes com seu meio e à educação ambiental.

Ainda segundo Coimbra de Sá (2004) a RPPN consiste de uma área privada, gravada com perpetuidade, que tem o objetivo de conservar a diversidade biológica. Sua constituição será feita a partir do desejo do proprietário, através de registro em cartório, que constará de termo de compromisso assinado perante o órgão ambiental, que verificará a existência de interesse público, e será averbado à margem da inscrição no Registro Público de Imóveis. Só serão permitidas a pesquisa científica e a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais. É permitido o uso sustentável e, com isso, a implantação de infraestrutura mínima para atender os turistas. O ecoturismo, a visitação pública, o lazer e a recreação são

incentivados como forma de contribuir para a conscientização das pessoas acerca da importância de se ter contato com a natureza e conservá-la.

Spínola (2005) observa que o SNUC totaliza, então, 12 categorias distintas de manejo para as unidades de conservação, sendo sete de uso sustentável e cinco de proteção integral. Essa grande quantidade de categorias gera algumas confusões de natureza conceitual, não sendo muito claro o entendimento dos papéis desempenhados por todas elas e as diferenças, que muitas vezes são sutis, entre categorias semelhantes, como acontece, por exemplo, com os refúgios da vida silvestre e as reservas de fauna ou, as estações ecológicas e as reservas biológicas. Por outro lado, algumas categorias parecem mal posicionadas de acordo com os seus objetivos específicos, como é o caso dos monumentos naturais e dos refúgios da vida silvestre que, pela sua conceituação, poderiam ser considerados de uso sustentável e as reservas de fauna que, em função das restrições impostas ao seu uso, poderiam ser melhor enquadradas como unidades de proteção integral.

Para Diegues (2004), a conservação dos atributos naturais de uma região poderá ser bem sucedida com real integração e participação das populações tradicionais.Para o autor, quanto ao turismo, os moradores tradicionais podem desempenhar o papel de guias locais, ensinando aos visitantes o que sabem sobre o mundo natural e introduzindo-os numa cultura distinta, baseada no convívio íntimo com a natureza e seus ciclos.

O que se exige é que a prática do turismo em áreas naturais não seja pensada pelos seus gestores tão somente como fonte de crescentes ganhos financeiros, mas que este segmento do turismo, na figura de seus representantes, deixe de ignorar as populações tradicionais utilizando-se de discursos vazios, mas que seja possível, de alguma maneira, repensar humanamente na alta dívida criada, especialmente com os moradores das áreas em questão, para que hoje existisse o ecoturismo.

Ainda de acordo com Coimbra de Sá (2004), é importante considerar as definições do termo preservação, que é, conforme o SNUC, um conjunto de método, procedimento e políticas que visam à proteção a longo prazo das espécies, *habitats* e ecossistemas, além dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais. Conservação, por sua vez, ainda conforme o SNUC, é o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a

utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer às necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral.

3.4 CONCEITOS DE CAPACIDADE DE CARGA

O ecoturismo é dentre as atividades turísticas, a que apresenta o maior crescimento no Brasil, porém muitas vezes é desenvolvido por pessoas ou empresas não especializadas que visam ao lucro em curto prazo em detrimento da segurança e dos conceitos de desenvolvimento sustentável, o que pode causar impactos irreversíveis para o meio ambiente, em níveis locais e globais.

Para Souza (2005), com o crescimento acelerado da atividade, para um ecoturismo de mínimo impacto, torna-se imprescindível identificar os tipos de impactos causados frequentemente, porém, sem uma definição clara de ecoturismo é praticamente impossível contabilizar estes dados. Depois de identificados, é necessário verificar as causas. Estas, geralmente, estão relacionadas com o número de visitantes bem como o comportamento dos mesmos na área visitada.

Segundo Swarbrooke (2000) o conceito de capacidade de carga é comum na literatura do turismo sustentável. Segundo o autor, há vários tipos de capacidade de carga: a) Física: o número de turistas que um lugar pode acomodar fisicamente; b) Ambiental ou Ecológica: o número de turistas que pode ser acomodado antes que se iniciem os danos ao ambiente ou ao ecossistema; c) Econômica: o número de turistas que pode ser recebido antes que a comunidade local comece a sofrer problemas econômicos, ex.: aumento nos preços de terras e moradia; d) Social: o número de pessoas acima das quais ocorrerá perturbação social ou prejuízo cultural irreversível; e) Perceptiva: o número de pessoas que um lugar pode receber antes que a qualidade da experiência do turista comece a ser afetada negativamente; f) Infraestrutural: o número de turistas que podem ser acomodados pela infraestrutura da localidade.

> Em termo de turismo sustentável, todos os seis tipos compartilham da mesma crítica: mesmo que saibamos medir a capacidade de carga, como colocaremos isso em prática? (SWARBROOKE, 2000, p. 41).

O conceito de capacidade de carga surgiu por volta de 1950 nos Estados Unidos, para limitar o número de visitantes, porém a expectativa da experiência e o comportamento do público não eram levados em consideração. Nos anos 1980 e, principalmente, a partir dos anos 1990, de acordo com Instituto Theoros (2004), há uma revisão dos conceitos existentes, e há a inserção de outros fatores que podem influenciar as análises. Surgem então outras metodologias de controle de visitantes, que se contrapõem ou complementam a de capacidade de carga.

O conceito de capacidade de carga aplicado primeiramente no manejo de pastagens – para avaliar o numero máximo de animais que uma área pudesse suportar sem comprometer os recursos disponíveis – teve na década de1970 seu uso difundido e adaptado para o manejo do uso recreacional de áreas naturais protegidas (MAGRO, 1999 apud PECCATIELLO et al, 2007). Esta utilização surgiu da necessidade de se fixar limites para a intensidade de uso público em áreas naturais, as quais estavam se tornando cada vez mais procuradas por visitantes

Para os autores, a utilização do conceito de capacidade de carga recreativa como recurso para o planejamento e monitoramento da atividade turística a partir da descrição das condições ambientais, avaliações permanentes, exames contínuos de graus de mudança, é de grande importância, visto que, de acordo com Ruschmann (2001 apud PECCATIELLO et al, 2007), o turismo, em especial o ecoturismo é uma atividade dinâmica. Seus impactos e suas consequências mudam constantemente, tornando-se o monitoramento periódico uma necessidade imprescindível.

Para Faria & Carneiro (2007), a Capacidade de Suporte é um conceito intrínseco ao conceito de sustentabilidade. Originalmente, em ecologia, capacidade de suporte significa o tamanho máximo estável de uma população, determinado pela quantidade de recursos disponíveis e pela demanda mínima individual; ou ainda, o parâmetro da equação de crescimento populacional logístico correspondente ao tamanho em que a taxa de crescimento da população é zero. Isso indica que o crescimento das populações, bem como dos ecossistemas, é condicionado pela base de recursos existentes, e que existe um limite – capacidade máxima de suporte –, no qual tal crescimento torna-se constante.

As autoras lembram que em turismo, utiliza-se o termo capacidade de carga. Ambas têm o mesmo sentido, mas para o turismo fica mais evidente que a capacidade de suporte do meio diz respeito à carga de turistas que é capaz de

receber sem causar danos ambientais significativos. Elas recorrem a Sowman (1987) que se refere a dois fatores congregados, manifestos em todas as definições de capacidade de carga relacionados à recreação: a manutenção da integridade da base de recursos e a oferta de uma experiência recreativa de qualidade para os usuários.

A abordagem sobre o conceito de capacidade de carga é relevante, na atividade turística, considerando-se que esta representa parte do planejamento com vista a ordenar ações, como forma de evitar danos irreparáveis ao meio ambiente. Este planejamento deve ser ecologicamente suportado, capaz de direcionar o comportamento dos turistas para a educação ambiental e capaz de gerar benefícios, tanto econômicos, quanto ambientais.

As investigações sobre a capacidade de carga turística, procuram, assim, estabelecer os limites ecológicos e comportamentais além dos quais o ambiente biofísico deteriora-se e o nível de prazer declina. Neste sentido, busca-se identificar variáveis biofísicas, sociais, econômicas, comportamentais, motivacionais, infraestruturais etc., que influenciam tanto a integridade do ambiente quanto o nível de qualificação dos usuários

3.5 O PLANEJAMENTO DO ECOTURISMO

O planejamento do turismo é considerado uma ferramenta importante na atividade, pois sem o planejamento, corre-se o risco de o crescimento desordenado da atividade turística atentar contra a atratividade dos recursos e das localidades que, por sua vez, figuram como a matéria prima do turismo. O planejamento turístico é compreendido, por Ruschmann e Widmer (2000) como sendo: o processo que tem como finalidade ordenar as ações humanas sobre uma localidade turística, em como direcionar a construção de equipamentos e facilidades, de forma adequada, evitando efeitos negativos nos recursos que possam destruir ou afetar sua atratividade.

Para as autoras, o planejamento turístico pretende dispor positivamente as ações dos sujeitos sobre uma localidade ou mesmo um recurso turístico com objetivos calculados, a fim de proteger o recurso propriamente dito, ou mesmo de aperfeiçoar (tanto no sentido de ampliar, como de refrear, ou ainda em sentido estrito) seu uso turístico. O planejamento turístico é, pois, encarado como uma

ferramenta racional da gestão de destinos, que visa alterar uma realidade atual por um panorama futuro que se deseja.

Segundo Drumm e Moore (2003), o ecoturismo se tornou uma importante atividade econômica em áreas naturais em todo o mundo, propiciando oportunidades para os visitantes vivenciarem pujantes manifestações da natureza e da cultura, e aprenderem sobre a importância da conservação da biodiversidade e das culturas locais.

Ao mesmo tempo, o ecoturismo gera renda para a conservação e benefícios para as comunidades que habitam áreas rurais e remotas. As características do ecoturismo o tornam um instrumento valioso para a conservação. Sua implementação pode agregar valor econômico a serviços do ecossistema que as áreas protegidas proporcionam; gerar renda direta para a conservação de áreas protegidas; gerar renda direta e indireta para os principais interessados locais, criando incentivos para a conservação em comunidades locais; criar grupos de apoio para a conservação nos planos local, nacional e internacional; promover o uso sustentável dos recursos naturais; e reduzir as ameaças à biodiversidade. Algumas áreas têm maior potencial para colher os benefícios do ecoturismo que outras. Em áreas com baixo índice de visitação o potencial, via de regra, não é tão evidente. Em outras áreas, o turismo pode já ser um fator importante. Em ambos os casos, no entanto, o processo de planejamento de ecoturismo é essencial para a utilização de seu potencial como uma poderosa estratégia conservacionista.

Obviamente, ainda segundo os autores citados, nem todo turismo em áreas naturais é considerado ecoturismo. O turismo voltado à natureza, em oposição ao ecoturismo, pode não dispor de mecanismos para diminuir o impacto no meio ambiente, e deixar de demonstrar respeito pela cultura local. Em termos econômicos, o turismo voltado à natureza também está se desenvolvendo.

Consequentemente, verifica-se uma explosão de visitação em áreas naturais, o que, em muitos casos, está causando o desgaste dos valores que tornaram tais áreas atrativas. Graças ao seu valor ecológico, as áreas protegidas, especialmente aquelas situadas nas regiões tropicais e em países em desenvolvimento, guardam muitos dos maiores atrativos do ecoturismo mundial. Esses atrativos podem se constituir de apenas uma ou de uma combinação de espécies endêmicas raras da flora ou da fauna, de uma vida silvestre abundante, de altos índices de diversidade

de espécies, de formações geomorfológicas incomuns ou espetaculares, ou de manifestações culturais históricas ou atuais singulares e vistas em seu contexto natural. Os gestores de áreas protegidas, portanto, estão enfrentando o desafio de controlar e limitar os impactos do turismo ecológico descontrolado e, ao mesmo tempo, decidir onde e como planejar adequadamente o desenvolvimento do ecoturismo como uma opção compatível de desenvolvimento econômico.

Os conservacionistas têm, em regra, abordado a questão do ecoturismo com um entendimento limitado das questões econômicas, e uma compreensão incompleta dos mecanismos de gestão disponíveis e necessários para assegurar a sustentabilidade do turismo em áreas protegidas. Normalmente, os pontos de partida para uma iniciativa de ecoturismo têm se constituído de programas de treinamento de guias turísticos ou construção de hotéis ou pousadas. Essa abordagem conduz, quase que inevitavelmente, ao insucesso, e tem levado à criação de altas expectativas nas comunidades, que raramente se tornam realidade; transformação das atividades de ecoturismo em um sorvedouro dos escassos recursos da ONG e das áreas protegidas enquanto se luta para que os projetos alcancem seu ponto de equilíbrio; afastamento das ONGs e áreas protegidas de sua missão principal de conservação; e destruição dos atrativos naturais que originalmente atraíram os visitantes, em decorrência desse tipo de turismo.

Por outro lado, os operadores de turismo voltado à natureza têm implementado suas iniciativas com um entendimento incompleto a respeito das questões referentes à conservação e, consequentemente, vêm operando de maneira insustentável. Agora se reconhece que, para que o ecoturismo tenha êxito, os conservacionistas necessitam de um maior entendimento a respeito dos aspectos econômicos; da mesma forma, os empreendedores necessitam ter mais conhecimentos a respeito dos mecanismos de gestão necessários para assegurar a sustentabilidade da atividade. Combinar ambas as perspectivas é essencial para o êxito de um programa de ecoturismo.

Segundo Boo (1999), um dos pontos relacionados ao crescimento do ecoturismo, e que requer providências urgentes, refere-se à administração de áreas protegidas, dado ao fato de que o fluxo de visitação nessas áreas tem crescido consideravelmente nos últimos anos, e grande parte dessas áreas não está pronta para o turismo. A autora considera ainda que essas áreas estão sob a administração

de pessoas sem conhecimento em gestão de turismo. As áreas protegidas, além de enfrentar novos desafios para administrar, não dispõem de verbas, nem de pessoal, nem de equipamentos, além de abrigar diversas atividades em seu interior. Tudo isso representa uma ameaça à conservação das áreas protegidas.

É importante enfatizar o fato de que o ecoturismo apresenta grande potencial, por ser uma ferramenta a favor tanto da conservação quanto do desenvolvimento sustentável. O ecoturismo se apresenta como uma das poucas atividades em que a ligação entre desenvolvimento econômico e conservação de áreas naturais é potencialmente clara e direta. Contudo, essa ligação não levou aos benefícios esperados por muitas comunidades ou grupos de conservação, principalmente, em muitos casos, pelo predomínio do objetivo de lucro imediato. Claramente, onde houve inovação e novas práticas administrativas, que separaram o ecoturismo do turismo de massa, ocorreram resultados positivos.

Para a comunidade, o ecoturismo pode gerar receitas crescentes e prover mais infraestrutura, como estradas, eletricidade, ou o produto do ecoturismo pode ser direcionado aos projetos comunitários, como construção de escolas e clínicas de saúde, mas tudo isso tem de ser claramente identificado e especificado em seu desenvolvimento.

O ecoturismo poderá constituir-se em um dos alicerces na tentativa de alcançar um modelo sustentável de desenvolvimento, desde que ocorra em áreas naturais, beneficiando o meio ambiente e as comunidades visitadas e que promova o aprendizado, respeito e consciência sobre aspectos ambientais e culturais, gerando harmonia e equilíbrio entre os seguintes fatores: resultados econômicos, mínimos impactos ambientais e culturais, e satisfação do cliente (ecoturista) e da comunidade.

Quando bem praticado, pode ser uma alternativa sustentável de utilização e conservação dos recursos naturais dos destinos selecionados, oferece experiências únicas e autênticas ao turista, proporcionando uma vivência real como novas culturas e ambientes, além de oferecer ao mercado oportunidades de pequenas iniciativas locais, valorizando a especialização em determinados segmentos.

A atividade ecoturística deve valorizar ao máximo as comunidades locais do entorno de alguma região com atributos ecoturísticos. Para os ecoturistas é muito

importante o nível de envolvimento da comunidade local nas atividades ligadas à sua visita. O que se quer é que os habitantes do entorno ou residentes em determinada área com atributos ecoturísticos sejam os mais beneficiados com a atividade.

O que se busca é que os habitantes locais tenham na atividade uma forma de sustento e preferencialmente complementar as rendas já existentes. Sejam como guias, como proprietários de pousadas, donos de restaurantes, cozinheiros, motoristas, artesãos, etc. Enfim, a mão-de-obra utilizada na infraestrutura de determinado destino ou produto ecoturístico, deverá absorver ao máximo a mão-de-obra local.

O ecoturismo tem o potencial de criar apoio para os objetivos de conservação, tanto na comunidade local quanto entre os visitantes, pelo estabelecimento e pela sustentação de vínculos entre a “indústria” do turismo, as comunidades locais e as áreas de proteção. Como os benefícios sociais e ambientais são essencialmente interdependentes, os benefícios sociais, advindos para as comunidades como resultado do ecoturismo, podem acarretar o crescimento global dos padrões de vida, devido ao estímulo econômico gerado pela maior visitação ao local. Igualmente, os benéficos ambientais surgem quando as comunidades são induzidas a proteger os ambientes naturais para sustentar o turismo economicamente viável.

Dentre os benefícios econômicos, sociais e ambientais do ecoturismo encontram-se a diversificação da economia regional (micro e pequenos negócios); a geração local de empregos; fixação da população no interior; melhorias na infra-estrutura de transporte, comunicação e saneamento; criação de alternativas de arrecadação para as Unidades de Conservação; diminuição de impacto sobre o patrimônio natural e cultural; diminuição de impacto no plano estético-paisagístico; e melhoria nos equipamentos das áreas protegidas.

Entretanto, há se observar que o ecoturismo não é só benefício, existindo também os impactos negativos que se não forem constantemente monitorados e avaliados podem ser tão devastadores quanto os causados pelo turismo convencional de massa como o maior consumo de recursos naturais, crescimento do lixo, perda de valores tradicionais, aumento do custo de vida e adensamento urbano.

O ecoturismo como qualquer outra atividade econômica, pode produzir impactos - positivos ou negativos – sociais, econômicos e ambienteis. Mas esses impactos são decorrentes do modo como se planeja, implanta e monitora. Um planejamento turístico deve maximizar os benefícios socioeconômicos e minimizar os custos, visando ao bem- estar da comunidade receptora e a rentabilidade dos empreendimentos do setor.

Segundo Boo (1999), para o planejamento do ecoturismo, é necessário criar uma estratégia para as áreas protegidas, o que pode implicar a promoção ou limitação do turismo nestas áreas. Daí ser necessário que em primeiro lugar seja avaliada a situação atual e o potencial do turismo; determine-se uma situação *de turismo desejável e identifiquem-se os passos para concretizá-la.*

A decisão deve refletir o equilíbrio entre as necessidades do visitante, os recursos naturais, as comunidades vizinhas e os governos hospedeiros, passando-se a busca dos requisitos necessários para cada tarefa, quem as executará, quanto tempo será despendido e qual será tipo de financiamento. Por fim, a autora recomenda que seja documentada a estratégia, divulgando-a junto a potenciais fontes de assistência técnica e financeira, bem como junto a outras partes interessada.

O desenvolvimento e a gestão do ecoturismo representam uma questão fundamental no gerenciamento de recursos naturais, com a qual muitos administradores de áreas protegidas precisam lidar. Por essa razão, a primeira fase do diagnóstico começa com o exame do próprio parque[2].

A primeira seção enfoca as características dentro dos limites do parque e trata de questões como recursos naturais, infra-estrutura, sistemas de visitação e quadro de funcionários. Estes últimos geralmente são responsáveis pela supervisão dessas áreas, considerada parte de suas obrigações.

Há também áreas que não se encontram sob jurisdição imediata do administrador e que, direta ou indiretamente, afetam o turismo dentro do parque. As áreas em questão podem pertencer à esfera local, regional, nacional, e, em alguns casos, à esfera internacional,

A segunda fase constitui-se de um *workshop* (ou de uma série de *workshops),* formado por um grupo heterogêneo, com o objetivo de analisar a atual situação do

[2] A autora utiliza o termo parque para fazer referência a qualquer tipo de área protegida.

turismo no parque, decidir como ela pode ser aprimorada e criar um plano para isso. A situação do turismo pode ser incrementada por meio do aumento ou redução do número de turistas, da mudança de seus horários de visita e das atividades que desenvolvem, da melhoria das instalações e serviços oferecidos, de uma maior proteção aos recursos naturais, ou da ampliação do número de beneficiários do turismo. Nesse processo, é fundamental que os participantes sejam muito criativos.

Para decidir como melhorar a situação do turismo no parque, o grupo deve primeiro avaliar os objetivos do turismo, que podem ser: oferecer uma nova forma de proteção aos recursos, trazer divisas estrangeiras para o país, promover educação ambiental para visitantes nacionais e internacionais e criar novas oportunidades de emprego para as comunidades próximas.

Na terceira fase, uma vez que o grupo determina uma estratégia, é preciso que alguém seja indicado para registrar, publicar e divulgar as informações. Dessa maneira, a estratégia ecoturística pode chegar ao conhecimento de fontes potenciais de recursos financeiros, de doadores, de investidores, ou de
outros, que possam oferecer assistência técnica para a administração do parque a fim de viabilizar a estratégia.

A estratégia ecoturística preencherá uma outra função: tornar-se-á o plano ecoturístico oficial da área. Todo incremento ou atividade turística deverá seguir as diretrizes estabelecidas no plano. Quaisquer alterações no documento devem ser aprovadas pela comissão do parque. A estratégia deve ser incorporada ao plano geral de administração da área protegida.

Dada a importância desse documento, é fundamental que ele seja redigido com rigor profissional, imediatamente após o trabalho do *workshop.* Por essa razão, é aconselhável contratar um consultor para essa fase, de preferência o mesmo profissional das etapas anteriores.

4 O MUNICÍPIO DE JEQUIÉ: UMA CARACTERIZAÇÃO

Como citado na parte introdutória deste trabalho este capítulo destinar-se-á às informações sobre o Município de Jequié, sua localização, clima, população, além de aspectos socioeconômicos e históricos. Neste capítulo também serão inseridas informações acerca da região do Rio Preto do Criciúma, objeto deste estudo, destacando-se as características da comunidade local, sua percepção em relação à paisagem, ao local, à cultura, à fauna, à flora e a outros atributos naturais.

4.1 EVOLUÇÃO POLÍTICO-TERRITORIAL DO MUNICÍPIO

Segundo Araújo (1971), José de Sá Bittencourt adquiriu as terras onde se localiza o Município de Jequié do capitão-mor José Gonçalves da Costa. Posteriormente, como prêmio aos serviços prestados à frente da Inspetoria de Minas da Bahia, o governo de Portugal, em Carta Régia, concedeu-lhe sesmaria, em continuação às terras adquiridas. Surgiu, assim, o latifúndio Borda da Mata, com área abrangendo os territórios que hoje pertencem aos municípios de Jequié, Camamu, Ipiaú, Jaguaquara, Maracás, Boa Nova, Itagi, Aiquara e Jitaúna.

Ainda segundo Araújo (1971), com a morte do patriarca José de Sá Bittencourt, em 1828, a Fazenda Borda da Mata foi repartida entre os herdeiros em 11 propriedades, uma delas é a Fazenda Jequié ou Barra de Jequié, que coube ao filho, coronel brigadeiro José de Sá Bittencourt e Câmara, governador das armas da província da Bahia, que, devido a suas funções, afastou-se da propriedade.

Enquanto isso, na confluência do Rio Jequiezinho com o Rio de Contas, foi-se formando um pequeno povoado, que cresceu devido à sua posição geográfica, referente à comunicação e ao transporte. Situada em uma área de transição entre a caatinga e a zona da mata (úmida), o povoado foi se tornando um centro de trocas comerciais de áreas geograficamente diferentes. Nesse período, o povoado era frequentado pelos viajantes e favorável ao pouso de tropas e de rebanhos bovinos, contribuindo, assim, na instalação das primeiras rancharias e casas de comércio.

O povoado dinamizou-se quando Joaquim Fernandes da Silva comprou de Bittencourt e Câmara a Fazenda Barra de Jequié, abriu estradas, loteou e vendeu terras da fazenda. Os primeiros moradores fixaram-se próximos às margens do Rio

de Contas, em casas de taipa. Já por volta de 1865, o povoado se concentrava nas praças Caixeiro Viajante, Coronel João Borges e Luiz Viana. Com a realização de uma feira livre, em seu entorno, cresceram as atividades comerciais e de serviços, surgindo, assim, a primeira área comercial.

Com a chegada de italianos, a partir de 1880, o povoado experimentou nova estruturação, com a organização das atividades comerciais e a construção civil. Desta forma, foi elevado à categoria de Distrito de Maracás, em 13 de agosto de 1880. A emancipação política, por sua vez, ocorreu em 10 de julho de 1897, institucionalizando, assim, o Município de Jequié. Em 25 de outubro do mesmo ano, o Conselho Municipal tomou posse, data que ficou definida como dia da cidade. Em 13 de junho de 1910, o distrito sede do município passou à categoria de cidade.

Ainda segundo Araújo (1971), no início do século XX, a cidade era totalmente desprovida de iluminação e rede de esgoto, sendo a água, *in natura,* transportada em latas e barris, retratando a falta de infraestrutura e saneamento. A configuração urbana estava dividida em dois núcleos distintos, separados pelo Rio Jequiezinho, e cresciam influenciados pelas vias de comunicação. Sendo o núcleo central formado pelas praças Luiz Viana, São João, atual Coronel João Borges e Caxeiro Viajante, localizadas no eixo de circulação na direção para Vitória da Conquista, Maracás, Jaguaquara e Salvador. Enquanto o núcleo menor, formado inicialmente por chácara e pomares, por onde passa a via de acesso para Ipiaú e Ilhéus, deu origem ao bairro do Jequiezinho.

O papel dos imigrantes italianos foi decisivo no desenvolvimento comercial e de serviços, com a implantação de cinemas, hotéis, lojas de tecidos, jornais, rádios, companhias de cultura e grupos teatrais: como também, na construção civil e na abertura de vias urbanas largas; contribuíram na diversificação da agricultura com o cultivo dos hortifrutigranjeiros no planalto de Jaguaquara, Itiruçu e Maracás e fez de Jequié, no interior da Bahia, uma cidade moderna em muitos aspectos até os anos de 1950.

Para Azevedo (1989 apud SANTOS, 2009), no período compreendido entre os anos 1880 e os anos 1930 prosperaram alfaiatarias, bares, cinemas, firmas exportadoras, fotografias e impressoras, fábricas de gasogênio, de cal, de vinhos, agências de automóveis, hotéis, lojas de fazendas e miudezas. Nas duas primeiras

décadas do século XX, a cidade já se firmava como centro de produção, coletora e distribuidora de produtos e serviços.

Devido a essas características e aos conflitos e bombardeios que ocorreram em Salvador, em janeiro de 1912, Jequié foi Capital do Estado por 10 dias, com presença do governador Aurélio Viana, deputados e senadores estaduais, evidenciando assim, a relevância que a cidade desempenhava no Estado da Bahia.

Em 1914, ocorreu uma grande enchente que destruiu praticamente todo núcleo urbano inicial. Conforme Araújo (1971), nesta enchente Jequié ficou praticamente arrasada, apenas mais de uma centena de casas foram poupadas. Com isso houve deslocamento da cidade para as partes altas. A partir dessa enchente, surgiu o bairro do Jequiezinho e ocorreu a mudança da feira livre para a Praça Rui Barbosa, que era terreno de propriedade dos irmãos Grillo e foi doado com este objetivo. Nessa época, Jequié já se preparava para receber a estrada de ferro.

As novas perspectivas que se iniciavam com a chegada da Estrada de Ferro, contribuíram no crescimento da cidade e na abertura de novas ruas, praças e avenidas, como: Rua da Areia, atual Félix Gaspar, Rua da Itália, Sete de Setembro, 2 de Julho, Riachuelo, Mota Coelho, Damião Vieira e Silva Jardim, Avenida Alves Pereira e Praça Rui Barbosa no Centro; enquanto no Jequiezinho, formavam-se as ruas José Bittencourt, Artur Morais e José Moreira Sobrinho.

Nesse período surgiu também o Barro Preto, bairro formado por aproximadamente 600 garimpeiros negros que trabalhavam na construção da Estrada de Ferro. Atualmente o bairro é denominado Duque de Caxias e só durante os anos de 1990 recebeu infraestrutura urbana.

A influência dos italianos é marcante na construção civil e também na posse de terra urbana, principalmente pelos irmãos Grillo, que doaram os terrenos para a construção da estação da estrada de Ferro, da Igreja Matriz, do Hospital Prado Valadares e do Aeroporto Vicente Grillo. É neste contexto que a cidade estrutura-se e passa a desempenhar o papel de um lugar central com o aumento de fluxos de pessoas e mercadorias das diferentes áreas municipais.

4.2 MICRORREGIÃO DE INFLUÊNCIA

Segundo Spínola (2003), historicamente, a origem, evolução e estruturação urbano-regional de Jequié estão ligadas à sua posição em relação aos meios de transportes inter e intrarregionais. A microrregião de Jequié começou a ser ocupada pela pecuária extensiva e a lavoura do cacau, ainda no século XIX. Sua principal cidade, Jequié foi entroncamento de antigos caminhos de boiadas e cresceu como centro de comércio de gado bovino e comércio de cacau em amêndoa. Jequié desempenhou a função de centro comercial, inicialmente por sua situação de local de pouso e descanso de boiadas e boiadeiros, tropas e tropeiros e depois pela dinâmica que o setor terciário implementou.

Em 1930, a operacionalização da Estrada de Ferro Nazaré integra Jequié economicamente ao Recôncavo Baiano e a Salvador. A cidade passa a ser uma nova porta para os sertões e a Chapada Diamantina. As ligações rodoviárias, conectadas à estrada de ferro, especializam Jequié como centro comercial e distribuidor de bens e serviços. Na década de 1940, a abertura de novas rodovias que atravessam a cidade, intensificou o fluxo através da circulação de ônibus e automóveis, aumentando assim, a flexibilidade dos movimentos pelo território, o que não podia ser alcançado com a ferrovia.

O movimento crescente de trocas promoveu as interações de Jequié com outras localidades e a expansão urbana da cidade, promovidas pelos eixos das vias de transportes. A influência comercial e de serviço sobre a região, provocadas pelas relações de troca através das vias de transporte, foi reforçada na década de 1970 a partir da reforma administrativa do estado da Bahia que, através da Lei n.º 2321, de 1966, dividiu o território estadual em 21 Regiões Administrativas, conceituadas como um espaço contínuo definido em função da cobertura da atuação do governo sobre o território**,** tendo como centro uma sede urbana que concentraria as agências e órgãos de atendimento nas diversas áreas da atuação governamental (educação, saúde, fisco, trânsito, segurança pública, etc.). Entre as cidades escolhidas estava Jequié, classificada como núcleo urbano grande, de 2ª classe, abaixo apenas de Feira de Santana, Ilhéus e Itabuna.

Atualmente, o município de Jequié, apesar de se destacar entre as cidades que compõem a sua microrregião (devido aos vários órgãos públicos da

administração estadual e federal que ali estão sediados e pelos serviços de saúde e educação que oferece aos demais municípios vizinhos), tem perdido importância econômica devido aos fluxos de negócios estabelecidos em municípios vizinhos.

A cidade de Jaguaquara, por exemplo, se transformou num entreposto na comercialização de produtos hortifrutigranjeiros e abastece toda a região, inclusive Jequié, que dispõe de um grande manancial de águas represadas pela barragem de pedras. A cidade de Ipiaú é outro exemplo, pois, através da exploração de minérios no município de Itagiba, começa atrair para sua sede, empresários em busca de oportunidade de negócio.

O crescimento econômico de Jequié perdeu impulso principalmente com o fechamento da Estrada de Ferro de Nazaré (EFN) na década de 1960, que lhe retirou a vantagem comercial de menores custos no suprimento comercial da microrregião dado ao frete mais barato propiciado pelo transporte ferroviário.

Segundo Santos (2009) a ascensão da rede rodoviária e sua pavimentação asfáltica, juntamente com o crescimento dos setores produtivos, comercial e de serviços, contribuíram na fluidez espacial, promovendo o dinamismo de cidades como: Vitória da Conquista, Feira de Santana, Itabuna e Ilhéus, e desencadeando emancipações políticas e surgimento de novas cidades como Itagi, Jitaúna e Aiquara, que pertenciam ao município de Jequié.

4.3 DADOS ECONÔMICOS

A pecuária e a agricultura foram a base de todo desenvolvimento de Jequié. O município tem uma diversidade produtiva no que se refere à agricultura, destacando-se o cacau, o café, a cana-de-açúcar, o maracujá, a melancia, entre outros. No setor da pecuária sua força se concentra principalmente na bovinocultura e caprinocultura.

Para Rios (2011), Jequié é um município peculiar. Os três tipos de vegetação que apresenta possibilitam diversificação em sua atividade agropecuária. A principal riqueza agrícola é o cacau, cultivado na Zona da Mata. Mas, diversamente das demais regiões produtoras de cacau, Jequié não fica na monocultura. A pecuária bovina coloca o município entre os principais produtores de carne da Bahia. A cafeicultura se desenvolve em certas áreas, bem como a caprino, ovino e

suinocultura. A atividade hortigranjeira vem-se constituindo em opção econômica, em especial para a região da Barragem da Pedra (RIOS, 2011, p.15).

Segundo o autor, a atividade industrial, concentrada no Distrito Industrial, mas ainda dispersa por várias regiões da cidade, oferece possibilidade de expansão, em particular nas áreas da indústria de confecções e no fabrico de produtos alimentícios (bolacha, biscoito, derivados de milho e beneficiamento de produtos agropecuários em geral). A partir da última década do século passado, a indústria calçadista começou a desenvolver-se e tem expandido consideravelmente. Uma escola profissionalizando do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) treina pessoal para o ramo de confecções e outros.

Entre as indústrias, destacam-se as fábricas de confecções; empresas alimentícias, a exemplo da Petian, Gameleira, Moinho Paquetá, Café Jequié, Café Paquera; e calçadista, como a Ramarim (maior empregadora de Jequié, com fabricação de calçado de couro, em especial calçado feminino adulto); Totalflex, com a fabricação de embalagens plásticas, dentre outras.

Para Rios (2011), o Frigorífico Bahia Carnes, antes chamado Frigorífico do Sudoeste Baiano (Frisuba) vem-se constituindo em fator importante do desenvolvimento da pecuária regional, além de possibilitar o surgimento de indústrias de derivados bovinos, como enlatados e embutidos. Ainda em relação à industrialização de derivados do boi, é importante lembrar a atividade dos curtumes e de se esperar o surgimento de indústrias de derivados do couro, aproveitando-se a produção existente.

Segundo dados levantados junto à Câmara Municipal de Jequié, o setor de mineração é contemplado com a exploração de jazidas de granito das variedades Kashmir Bahia e Verde Bahia. Possui ainda reserva de ferro, mármore e calcário. Outro fator importante na economia do Município é o poliduto de derivados de petróleo e álcool, que proporcionou a implantação das bases de distribuição das maiores empresas do setor, tais como: Petrobrás, Esso, Ypiranga / Atlantic, Shell, Gás Butano e Minasgás. Tendo Jequié a condição de principal centro de distribuição de derivados de petróleo indo até parte de Minas Gerais e Espírito Santo.

O Comércio é bem diversificado, sendo responsável por boa parte dos postos de trabalho no município. Os 1020 estabelecimentos comerciais existentes,

conforme dados da Câmara Municipal de Jequié, baseados no Censo Empresarial de 1997 do IBGE, atuam no setor de alimentos, vestuário, eletroeletrônico, móveis, material de construção, dentre outros. O município tem uma posição estratégica na microrregião e é responsável por parte de seu abastecimento.

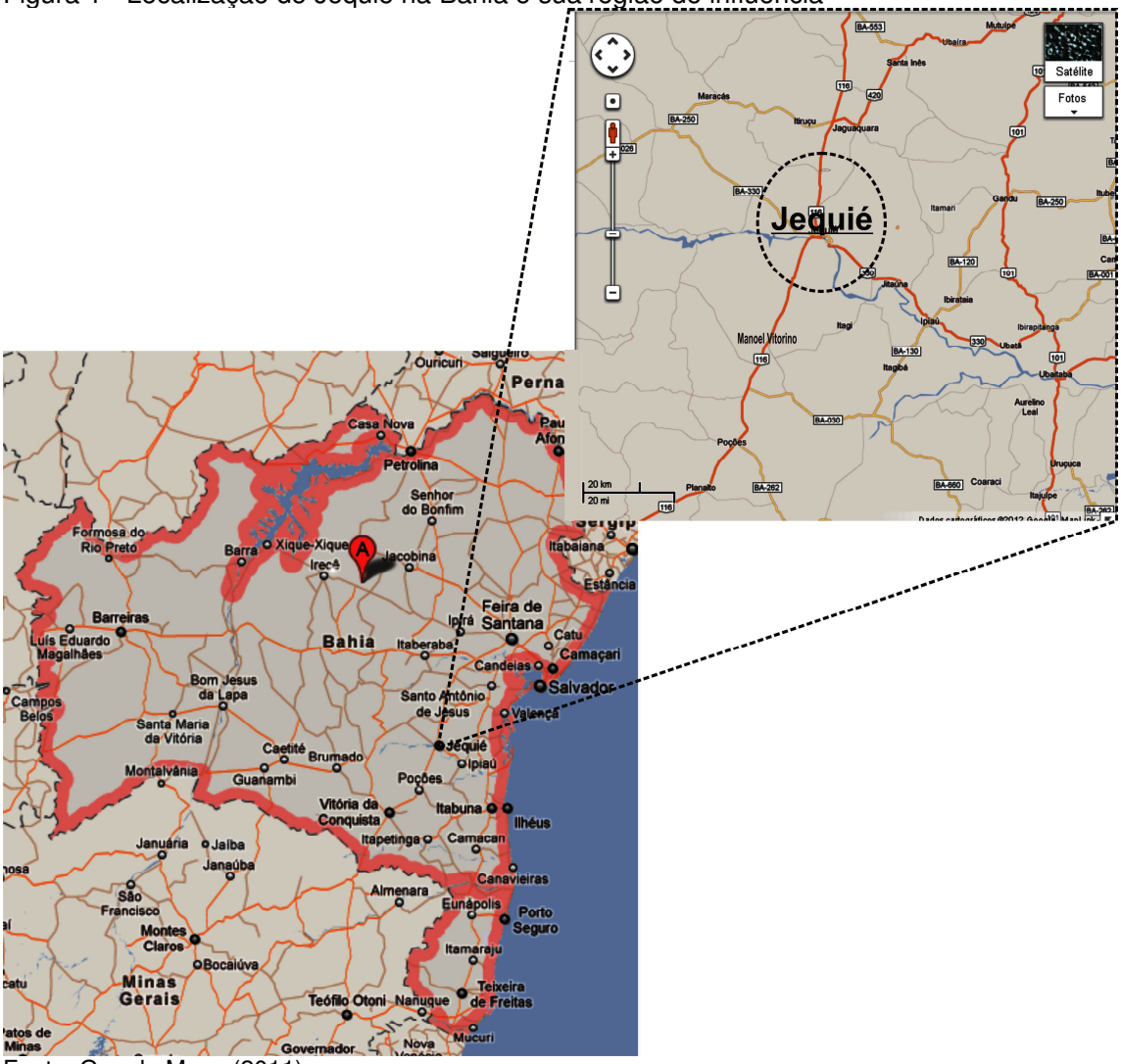
Ainda segundo dados da Câmara Municipal de Jequié, as unidades empresariais da cidade dão ocupação a aproximadamente 8.346 pessoas, com predominância dos pequenos empreendimentos. Vale ressaltar a expressiva participação de unidades classificadas como microempresas na estrutura empresarial do município: 76,88% destas empresas têm nível de ocupação de até cinco pessoas.

Jequié, conta ainda, com a estação de piscicultura, localizada no Rio das Contas, que fornece alevinos aos criadores de peixes de toda a Bahia, com capacidade para fornecer 4 milhões de alevinos por ano.

4.4 INFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS

O Município de Jequié está situado na região Sudoeste da Bahia, (figura 1), com uma área geográfica de 3.227,338 Km²; população de 151.895 habitantes, com uma densidade demográfica de 47,07 habitantes por Km². A população urbana é de 139.426 pessoas e a população rural 12.469 pessoas, conforme dados do Censo Demográfico de 2010.

Figura 1 - Localização de Jequié na Bahia e sua região de influência



Fonte: Google Maps (2011).

Jequié limita-se ao Norte com os municípios de Maracás, Manoel Vitorino e Boa Nova; ao Sul, com Jitaúna, Ipiaú e Wenceslau Guimarães; a Leste com Jaguaquara, Itiruçu e Lafaiete Coutinho e a Oeste com Itagi e Aiquara. As principais rodovias de acesso à cidade são as BR-116 (Rio- Bahia); BR- 330 e BR-101.

O município possui vários distritos: Florestal, Itaibó, Boaçu, Itajuru, Monte Branco, Oriente Novo, Água Vermelha e Barra Avenida; e povoados: Tamarindo, Campo Largo, Santa Rita, Nova Esperança, Boa Vista, Humaitá, Santa Clara; Barragem da Pedra, Rio das Pedras, Rio Preto do Costa e Marcela, dentre outros

Com um clima semiárido, frequentes e prolongados períodos de estiagem, o município está incluído na Bacia Hidrográfica do Rio das Contas, sendo os principais

rios, o próprio Rio das Contas, Jequiezinho, Ribeirão da Mata, Preto do Costa, Rio Preto do Criciúma e Pau Brasil. Apresenta uma formação vegetal arbustiva e arbórea compreendida em uma faixa de transição entre a Mata Atlântica, a Mata de Cipó (Floresta Estacional Decidual Montana) e a Caatinga, fato que lhe confere uma grande biodiversidade que necessita ser pesquisada, estudada e, sobretudo, conservada.

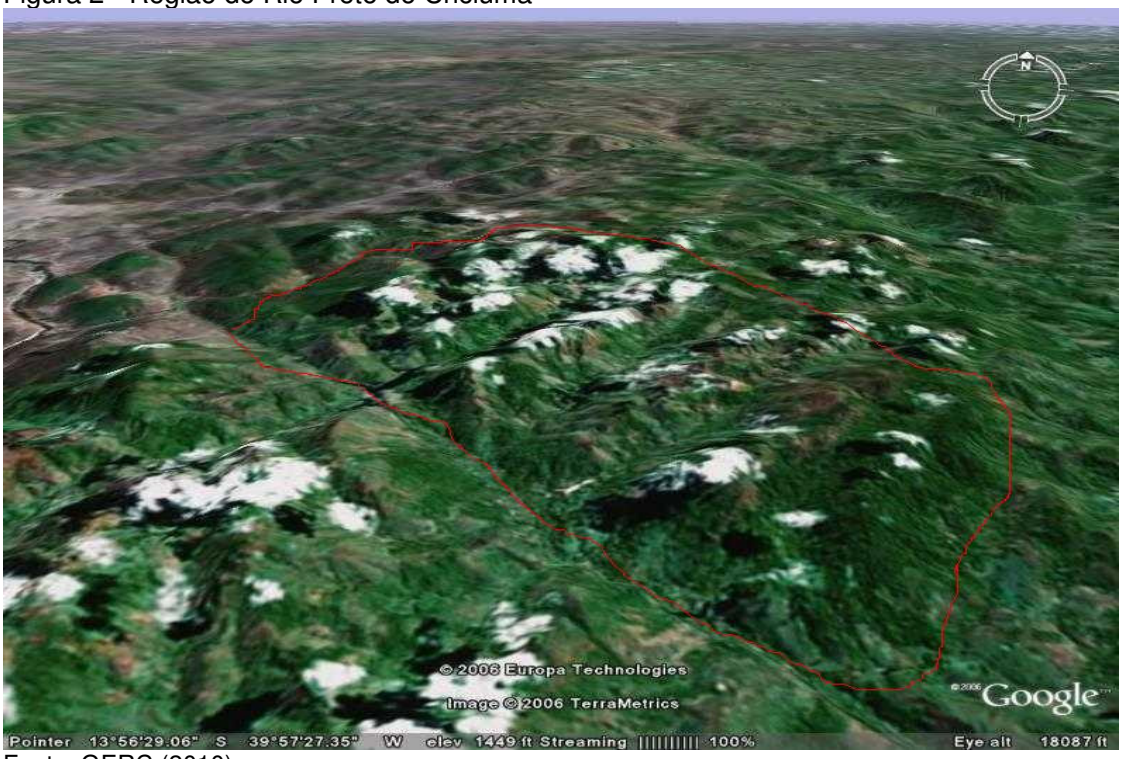
Segundo Santos (2004), em cada um dos três tipos vegetacionais existe predominância de um tipo de atividade agrícola bastante especializada, sendo a agropecuária extensiva a atividade agrícola mais comum, seguida das lavouras de cacau e de subsistência, cultivada em larga escala na zona rural e no entorno da cidade, atividade denominada de agricultura periurbana.

Ainda segundo o autor, em geral, grande parte desses biomas há tempos vem sofrendo modificações, seja para o cultivo agrícola, exploração de madeiras nobres de alto valor comercial ou retirada de lenha para confecção de carvão vegetal e queimadas para a formação de pastagens. As atividades econômicas nessas áreas transformam a configuração da paisagem natural, comprometendo, assim, o equilíbrio desses ecossistemas. Tais problemas são agravados pelo estabelecimento dos baixos níveis socioeconômicos que comumente acompanham o processo de urbanização do ambiente, agravando-se com o aumento da concentração populacional.

4.5 CONTEXTUALIZANDO A REGIÃO DO RIO PRETO DO CRICIÚMA

A região do Rio Preto do Criciúma, objeto deste estudo pertence ao distrito de Água Vermelha, no município de Jequié, Estado da Bahia, numa área de remanescentes de Mata Atlântica. A área, segundo informações da Secretária de Agricultura e Meio Ambiente de Jequié, Maria Alves da Cruz, em entrevista a este pesquisador, (conforme Apêndice E), é constituída de pequenas propriedades. O número exato das mesmas não pode ser determinado, uma vez que elas são espaçadas, distantes de 1 a 2 km uma da outra, conforme dados estimados a partir das informações sobre a área rural de Jequié, da Secretaria de Saúde do Município, através do Sistema de Informação de Atenção Básica à Saúde (SIEB).

Figura 2 - Região do Rio Preto do Criciúma



Fonte: GERC (2010).
Nota: O círculo marca a área em que se desenvolve o projeto Mãe da Mata, do GERC.

Quanto à população, ainda conforme a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, estima-se a existência de 600 pessoas que vivem sem saneamento básico, em imóveis dispersos, em pequenas propriedades. Não existe água tratada na região, sendo a mesma canalizada para as casas diretamente do Rio Preto do Criciúma e dos riachos vizinhos. Existem duas escolas na região que atendem as crianças das séries iniciais do Ensino Fundamental. Para dar continuidade aos estudos, as crianças e adolescentes são transportados para a cidade de Jequié diariamente.

A vegetação natural da região é classificada como mata pluvial tropical, formação vegetal associada à Mata Atlântica, com grau de antropização significativo em decorrência das atividades agrícolas desenvolvidas historicamente em toda a faixa de matas úmidas, especialmente retirada de madeira, implantação da cultura cacaueira e a pecuária.

As matas ciliares, pela sua localização geralmente em áreas mais planas, têm sido, ao longo dos anos, as mais atingidas, a exemplo das localizadas na área das nascentes do Rio Preto do Costa, que é responsável pelo abastecimento de água de Jequié e está localizada em um trecho com florestas remanescentes

de Mata Atlântica. Ressalta-se que em decorrência das derrubadas já apresenta diminuição no volume de água

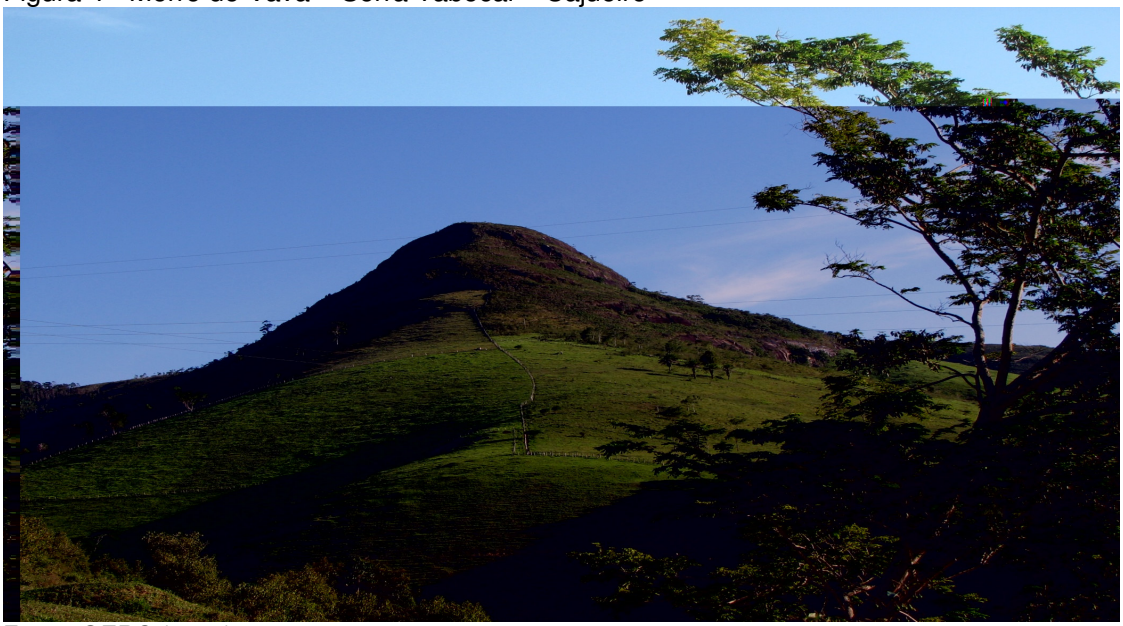
Entretanto, conforme observado *in loco,* em alguns trechos, o que resta de Mata Atlântica na região é de grande exuberância, e encanta, não só pela imponência das árvores, como também por ser uma verdadeira “caixa d’ água”, uma vez que são várias as nascentes de rios, riachos e córregos como o Rio Preto do Criciúma, o Rio Preto do Costa, o Rio da Guariba, o Riacho do Pereira, dentre outros.

À beleza dos rios, adicionam-se outros atributos não menos fascinantes que instigam à sensibilização, a uma atitude de interação com a natureza pura, caracterizada pelos sons quase mágicos da Cachoeira do Rufino, Cachoeira das Grutas, Cachoeira do Km 19, dentre outras. Um apelo fotográfico, captado pelos olhos atentos de visitantes e moradores é necessário na contemplação das várias trilhas existentes; dos vários morros que parecem tocar o céu: Morro da Areia, Morro do Vavá, o Mirante do Jafé, com 980 metros acima do nível do mar; da Pedra do Índio dentre outros. São atributos naturais que estimulam percepções, provocam mudanças dos turistas, pesquisadores, estudiosos e moradores em relação a eles mesmos, criando uma sintonia quase perfeita com o planeta, conforme se pode observar nas Figuras 3, 4 e 5.

Figura 3 - Cachoeira da Grutinha – Fazenda Guariba

Fonte: GERC (2010).

Figura 4 - Morro do Vavá – Serra Tabocal – Cajueiro



Fonte: GERC (2010).

Figura 5 - Vista panorâmica de Jequié a parir do Mirante do Jafé (980 metros acima do nível do mar)

Fonte: GERC (2010).

Na região, embora se verifiquem faixas significativas de desmatamento, ainda podem ser encontradas espécies raras e centenárias de árvores, nativas da Mata Atlântica, a exemplo do Jacarandá da Bahia, Cedro, Vinhático, Jequitibá, Castenheira-do-reino, Ipê, Louro, Massaranduba, Pau-Brasil, Cedro, dentre outros, além de várias espécies de flores, plantas medicinais, algumas, segundo o Grupo Ecológico Rio das Contas (GERC), já catalogadas por biólogos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Completa o quadro das riquezas naturais do local, a presença de várias espécies de animais: tatu, catitu, capivara, teiú, pássaros, répteis e macacos (inclusive o mico-leão-dourado, conforme relatado por agricultores). Infelizmente, com a caça predatória, alguns animais têm desaparecido. Mesmo com a fiscalização e ações preventivas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Jequié e do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), ainda existem muitos registros da extração irregular de madeira nativa (Figura 6) e da caça a animais silvestres.

Figura 6 - Na região, registra-se a extração irregular de madeira

Fonte: GERC (2010).

Na opinião do ecologista, Domingos Ailton, Secretário Executivo do GERC, entidade que desenvolve projetos ecológicos, é um local de uma beleza cênica muito rica. Uma região de morros, com manchas representativas da Mata Atlântica, de clima agradável a maior parte do ano, que e encanta os turistas e os próprios moradores. Uma grande área verde, que propicia caminhadas ecológicas, banhos de cachoeira, contemplação de pássaros, flores e grandes árvores.

4.5.1 Principais Atividades Econômicas

A região desenvolve várias atividades agrícolas a exemplo da cultura do cacau, agricultura familiar e de subsistência (aurelícolas). Como resultado dessas culturas, as matas ciliares e a vegetação dos topos dos morros têm desaparecido. O GERC, entidade, que fez um diagnóstico da região, constatou que em muitas propriedades não há os 20% de Reserva Legal com floresta nativa conforme determina o Código Florestal. Em muitos casos não há nem 1% de vegetação natural.

Durante a pesquisa de campo, observou-se que, apesar de predominar a horticultura (Figura 7), ao lado de culturas tradicionais como da abóbora, feijão, laranja, mamão e banana, existe uma tendência à diversificação do uso do solo agrícola, com a implantação de novos cultivos, com a inserção da graviola, cajá, coco, dentre outros.

Figura 7 - A horticultura é uma das atividades mais comuns entre os proprietários de pequenas fazendas

Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador (2011).

Dados levantados pelo GERC através do projeto Mãe da Mata dão conta de que alguns moradores desenvolvem atividades artesanais, em pequena escala, com plantas da região, bem como a produção de doces, que são vendidos nas feiras livres dos municípios de Jequié, de Jitaúna e Itagi. A criação de galinhas, peru e outras aves também integra as atividades econômicas da localidade.

O Rio Preto do Criciúma é uma localidade cercada de morros, tendo como peculiaridade extensas ladeiras que na maioria das vezes dificultam o escoamento dos produtos da agricultura familiar. Por conta desse fato, segundo informações da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, na pessoa da titular, Maria Alves Cruz, desde 2009 a prefeitura de Jequié vem tentando implantar alguns programas assistencialistas na região, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), política pública estabelecida no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome (MDS)

Em 2010, segundo relato da Secretária, foi intensificado o cascalhamento das estradas vicinais pela prefeitura municipal de Jequié. Além disso, a secretaria de

Agricultura, Irrigação e Meio Ambiente tem desenvolvido projetos de cursos de enxertias, clonagem e agricultura orgânica objetivando incentivar o produtor rural a plantar, colher e desenvolver atividades sustentáveis.

O Rio Preto do Criciúma é uma região bastante valorizada pela sua localização e também pelas múltiplas aptidões de culturas. Na área de recursos hídricos a região é privilegiada pela presença de várias nascentes e rios que, não fosse o desmatamento acelerado, seriam em maior número.

5 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

5.1 POTENCIALIDADES ECOTURÍSTICAS

O objetivo principal deste estudo é o de levantar as potencialidades naturais da Região do Rio Preto do Criciúma, no Município de Jequié, com vistas a analisar a viabilidade de um projeto ecoturístico na região e, desta forma, contribuir para o desenvolvimento sustentável e a conservação dos seus atributos naturais.

A região do Rio Preto do Criciúma, onde ainda existem manchas expressivas de áreas remanescentes de Mata Atlântica, apresenta uma beleza cênica extraordinária com morros, diversos mirantes, rios, riachos, cachoeiras e quedas d´água, trilhas, estas últimas, segundo levantamento do GERC apresentam-se com níveis leve, moderado e pesado, propícias à contemplação, *Trekking,* caminhada e *Mountain bike,* com percurso entre 2,5 e 7,5, Km (Figura 8), dentre outras atividades, caracterizando um enorme potencial ecoturístico.

Figura 8 - Trilha do Morro da Provisão - Percurso: 3,82 Km, em 2,5 h (a pé), com nível moderado a pesado

Fonte: GERC (2010).

Apesar de todo o potencial ecoturístico, segundo o GERC e a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Jequié, a região, que também apresenta uma rica biodiversidade para a pesquisa científica, não conta com nenhuma unidade de

conservação pública ou privada e vem passando por um processo de degradação, através da retirada ilegal de madeira, das queimadas e da caça predatória.

A bióloga Marilda Ramos, presidente do GERC, em artigo publicado no jornal "*O Ecológico*" (2007), diz que a região possui uma fauna e flora variadas, que, mesmo com o tráfico ilegal, contém uma considerada biodiversidade de espécies, tais como macacos guigós, pregos e mico; pacas, tatus; aves (tucano, periquitos e outros); jacarandá, cedro, sucupira, pau-darco, louro, vinhático, jequitibá, gendiba, castanheira-do-reino e mulungu, estas últimas espécies vegetais estão sendo usadas como cercas vivas por alguns pequenos agricultores. Em entrevista (Apêndice E), a Secretária de Agricultura e Meio Ambiente de Jequié, Maria Alves Cruz, corrobora essas informações da ecologista.

Dada a dificuldade de obtenção de fontes documentais, por parte de organismos públicos Prefeitura Municipal, através das Secretarias de Meio Ambiente e de Turismo e da esfera estadual, o Inema, recorreu-se às informações catalogadas pelo GERC, que desenvolve o projeto ecológico "Mãe da Mata" na região, bem como às entrevistas que se constituíram em instrumentos valiosos na busca de informações e, consequentemente, para a conclusão do presente estudo.

A coleta de dados foi feita através de entrevistas semiestruturadas, com utilização de questões abertas e fechadas e registro fotográfico (Figura 9), estando este condicionado à autorização do informante. Com autorização, também, dos informantes, algumas foram gravadas em cassete e fotografadas, para facilitar a catalogação e a análise dos dados. A escolha da entrevista semiestruturada é justificada pela ampla flexibilidade, uma vez que permite aprofundar elementos que surgem no decorrer da mesma.

Figura 9 - Este pesquisador com moradores da região, na coleta de dados

Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador (2011).

A partir das informações obtidas através de pesquisa de campo, com dezenove pessoas, entre ambientalistas, autoridades, produtores rurais e moradores da localidade, (conforme Apêndices A a P), percebe-se que a região do Rio Preto do Criciúma, na área pertencente ao Município de Jequié, abriga um grande potencial natural, propício à implantação de um projeto ecoturístico, que vise ao desenvolvimento sustentável, com participação das comunidades locais. Entretanto, apesar dos valiosos atributos naturais, já enumerados, constituídos de manchas remanescentes da Mata Atlântica, várias nascentes, rios, cachoeiras, trilhas, morros e uma variedade de animais silvestres, a viabilidade desse tipo de projeto depende da resolução de vários desafios, que vão desde a ausência da infraestrutura necessária à falta de apoio dos organismos públicos, da iniciativa privada e da confiança da comunidade, ainda cética em relação a este tipo de iniciativa, dada, segundo eles mesmos, à inércia da Prefeitura e do Governo do Estado que até hoje não sinalizam com ações diretas que visem à melhoria das condições de vida da população local.

O setor privado, por sua vez, ainda resiste, segundo o GERC, a investimentos na área, até que o poder público sinalize com ações concretas, como a melhoria das

vias de acesso, saneamento básico, projetos de educação ambiental nas escolas públicas da região, dentre outros.

Outro problema verificado é a falta de zoneamento na região, o que leva moradores, ainda que por falta de uma consciência ecológica mais consistente, a atitudes prejudiciais ao ecossistema, à prática do desmatamento, às vezes derrubando árvores seculares, para retirada de madeira que é utilizada na construção de casas, cercas, estufas para secar a pequena produção de cacau. Os rios da região, inclusive os Rio Preto do Costa e Rio Preto do Criciúma, responsáveis pelo abastecimento de água a Jequié, têm sido alvos de ações predatórias, com o acúmulo de lixo em suas margens, lançamento de esgoto doméstico, etc.

Questionada sobre a ausência de uma área de proteção no local, para resguardar a saúde dos rios, a preservação das matas e de animais silvestres, a titular da Secretaria de Agricultura e do meio Ambiente de Jequié, Maria Alves da Cruz, considerou que a implantação desse zoneamento nas áreas de cobertura vegetal nativa remanescente só terá os efeitos desejados na proteção e recuperação dos ecossistemas ameaçados, se houver, efetivamente, a participação dos moradores. A secretária diz ainda que estudos estão sendo feitos neste sentido, sendo necessária a inclusão de projetos de manejo nessas áreas, para que a própria comunidade, e não apenas o poder público, seja responsável pela conservação das mesmas.

5.2 A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL

Segundo Oliveira (2006 apud CARVALHO, 2010) a percepção das pessoas, sobre determinado assunto, é sempre carregada de uma visão própria de cada indivíduo, formada a partir de variáveis como meio social, história de vida, nível de escolaridade, religião, atividade econômica, entre outros.

Cada indivíduo percebe o mundo qualitativa, efetiva e valorativamente, e é a partir dessa percepção que define seu modo de relação com a sociedade. Desta maneira, apesar da percepção ser individual, ao se analisar esta impressão de uma população, de modo geral, pode ser considerado o entendimento comum, ou seja, a vontade da maioria.

A percepção dos moradores sobre o turismo é necessária para compreender como eles veem a atividade e como estão inseridos na mesma. Se a comunidade local não estiver inserida e nem aceitar o desenvolvimento turístico local, ele estará fadado ao fracasso, pois os moradores podem rejeitar o turismo e tratar mal os visitantes, afetando diretamente o desenvolvimento da atividade.

Magalhães (2002 apud CARVALHO, 2010*)* afirma que, à medida que a comunidade vai se sentindo envolvida, torna-se mais motivada em relação À sua participação no processo de desenvolvimento do turismo, o que pode levar ao surgimento do senso de responsabilidade de ser guardiã dos patrimônios natural, histórico e cultural da localidade. Neste processo, a comunidade também tem um papel importante de fiscalizador da atividade e avaliador dos reais impactos sentidos pela população local e quais as mudanças seriam melhor aproveitadas por ela. Assim, os residentes discutem o que querem e o que podem fazer para contribuir para o desenvolvimento local.

Para Ferretti (2011), o espaço enquanto suporte físico registra as marcas do trabalho humano e da natureza, em que o ser humano, não como mero espectador, imprime aos lugares onde vive. Sinaliza o potencial que o espaço físico, a partir de suas características naturais, tem para as sociedades que se propõe a explorá-lo e vivenciá-lo. Esse processo de criação (conceitual) e transformação da natureza é uma evidência da tentativa de superação do próprio homem no seu estabelecimento da construção da realidade. Esse processo pode ser fatigante tanto para a natureza como para ser humano. O lugar proposto por Tuan (1980, 1983 apud FERRETTI, 2011) onde a experimentação/percepção cria lugares (Topofilia) é ponto de partida para o entendimento da ligação das comunidades com o espaço pesquisado. No que se refere a este estudo, foram realizadas entrevistas qualitativas, construídas para possibilitar o entendimento e a articulação dos processos de percepção e de sentido de lugar.

O sentimento manifestado na percepção individual traduz-se psicologicamente como influencia do meio ambiente, pois conforme Almeida e Sartori (2008 apud SANTOS, 2009), do ponto de vista biológico a percepção está limitada por condições anatômicas e fisiológicas do homem e é processada dentro de valores culturais, geográficos e históricos.

Morin (1986 apud SANTOS, 2009), diz que não são os olhos que veem, mas nosso espírito através dos nossos olhos, apontando que a sensação também faz parte da cultura, considerando-a na interface indivíduo-sociedade. As representações da paisagem variam de indivíduo para indivíduo, já que a sua interação com o mundo é afetada por diversos fatores tais como: primeiramente, por estar sujeita às particularidades das combinações de elementos físicos, biológicos e sociais do espaço; ser dependente das características fisiológicas individuais, ou seja, das condições físicas dos órgãos sensoriais do sujeito; ser fortemente relacionada às disposições da personalidade, sendo profundamente alteradas, de acordo com a motivação, cansaço, lembranças, expectativas e valores individuais.

A percepção dos entrevistados, ao longo deste estudo, principalmente dos moradores, é de que a Região do Rio Preto do Costa é um lugar de rara beleza, com grandes riquezas naturais e das quais têm amplo conhecimento. É pleno o sentimento de respeito e de admiração pelas belezas naturais do local, daí sentirem-se privilegiados de poder conhecê-las e participar de iniciativas que visam à sua preservação. Demonstram plena identidade com o local e um profundo sentimento de pertencimento. Os mais velhos, por sinal, se deliciam em contar história da região para os visitantes.

São conscientes de que as ações perpetradas por agricultores, que insistem em desmatar para plantar, a extração irregular de madeira, o crescimento do turismo aleatório, principalmente nos fins de semana e feriados, até mesmo práticas como lavar roupas às margens dos riachos, dentre outros, são prejudiciais, daí reivindicarem informações, assistência e uma presença fiscalizadora mais efetiva dos organismos públicos, com vistas à conservação do ambiente.

Concordam que atividades ecoturísticas seriam importantes no esforço pela conservação dos recursos naturais e da cultura da região, bem como proporcionariam uma nova alternativa de renda que se somaria à conseguida no labor diário. Consideram, ainda, que o ecoturismo bem fundamentado, com a participação do poder público nas diversas instâncias, da iniciativa privada, de ONGs, seria de grande importância, a começar por provocar um novo olhar sobre o lugar. Para eles, ganharia a natureza, com toda sua riqueza melhor tratada; ganharia a comunidade local, que teria nova alternativa de renda, atrelada à conservação da

natureza; ganhariam todos, por terem a possibilidade de contemplar e ajudar a conservar atributos naturais de incomensurável valor.

Sobre o assunto, Diegues (2000), citado por Quinteiro (2006), explica que a percepção das pessoas que vivem em determinado ambiente, sobre os recursos locais é imprescindível no planejamento de estratégias, uma vez que é possível compreender melhor suas formas de relacionamento e condutas com relação a esses recursos. Quando se estuda percepção, o campo de enfoque é o processo mental, sendo por isso necessário uma adequada metodologia que vise cobrir todas as formas de expressão da percepção pelo ser humano. Dessa forma, o conhecimento acumulado pelas populações locais constitui uma poderosa ferramenta da qual desenvolvimentistas e conservacionistas podem se valer no planejamento e manutenção dessas áreas.

Durante a pesquisa, observou-se também que alguns moradores ainda se mostraram céticos ou desconfiados em relação à qualquer intervenção, seja do poder público ou da iniciativa privada, que vise a assegurar o desenvolvimento sustentável na região, bem como à conservação do meio ambiente. Exemplo desse posicionamento é o do agricultor Antônio Lino da Cruz, para quem é mais interessante e produtivo cuidar dos seus afazeres cotidianos, como arar, plantar, colher e cuidar das criações:

> Não sou a favor do desmatamento, mas acho que deveríamos ter alguma ajuda para manter essas árvores em pé, quando na verdade precisamos de madeira e espaço para nossas plantações e pastagem. Muitos dos meus vizinhos pensam assim, mas têm receio de dizer (informação verbal)[3].

Na propriedade do entrevistado encontram-se vários pés de vinhático e de outras madeiras nobres (Figura 10), ao lado de plantações de cacau, manga, jaca, dentre outros.

[3] Antônio Lino, morador da localidade, entrevista concedida a este pesquisador em 2011.

Figura 10 - Vinhático, árvore nobre, comum nas fazendas da região

Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador (2011).

Para o professor e geógrafo Alan Ricardo Ribeiro Marinho, membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Jequié, a comunidade é receptiva, tem consciência do valor de ações que visam a proteger as riquezas naturais do lugar, como um projeto ecoturístico na região, mas, ao mesmo tempo, imediatista:

> As pessoas buscam um retorno econômico imediato. Mas isso não acontece, pois para se executar um projeto de ecoturismo, de turismo ecológico, existem algumas padronizações que são feitas para garantir a sua viabilidade. Daí entendermos que tanto é importante a presença dos órgãos públicos, como dos moradores da localidade. Por conta da ausência de ações dos órgãos públicos na região, as pessoas ficam desconfiadas em relação a essa iniciativa. O GERC, por ocasião da execução do Mãe da Mata, convidou botânicos, técnicos do SEBRAE, professores universitários para palestrar e conscientizar moradores e turistas em relação aos problemas do meio ambiente e da necessidade de se conservar as belezas naturais do lugar. Mas qualquer iniciativa esbarra na necessidade de participação do poder público. (informação verbal)[4].

Apesar da desconfiança de alguns moradores, e por conta da sua experiência na área, o geógrafo diz acreditar na viabilidade de um projeto ecoturístico na região do Rio Preto do Criciúma:

> Um projeto desse tipo teria sucesso garantido porque agregaria tanto a valorização do local de vivência, como a dinamização econômica da região, onde predomina a horticultura. O GERC já iniciou o projeto "Trilhas Ecológicas", com participação de alunos da rede pública de ensino de Jequié, que ficaram maravilhados. Acredito que a participação dos

[4] Alan Ricardo Ribeiro - Geógrafo, membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Jequié, entrevista concedida a este pesquisador em 2011.

> moradores dar-se-ia, por exemplo, com a instalação de pontos de apoio em locais estratégicos, onde pudessem vender a sua produção, o artesanato local e doces fabricados com frutas da região, além do peixe que existe em abundância, por conta da presença de muitos rios. Com isso, eles agregariam uma renda adicional à sua renda local. O município, o estado, e a iniciativa privada poderiam participar, o que asseguraria, com certeza, o sucesso do empreendimento. Os ecoturistas, por sua vez, contemplariam um local de rara beleza, com grandes árvores, água limpa, um local paradisíaco. Seria uma forma de mudar a cultura do turismo voltada para o litoral, com a valorização do nosso potencial ecoturístico presente em Jequié, não só do Rio Preto do Criciúma, como em outro0s locais, a exemplo da Barragem da Pedra. (informação verbal)[5].

5.3 A PAISAGEM

Para Pires (1996 apud CAVALCANTE, 2006), a paisagem é uma categoria de percepção do ambiente criada pelo homem que pode ser definida como domínio do visível, ou seja, aquilo que a vista abarca. O homem mantém contato com a paisagem através da percepção sensorial, classificada em dez modalidades: a visão, a audição, a pressão, o tato, a temperatura, a sinestesia (o sentido muscular), a dor, o paladar, o olfato e o sentido químico comum.

Beni (2001) considera que a paisagem contém todos os tipos de energia necessários para estimular as dez modalidades sensoriais que se combinam na percepção. A visão é a mais complexa e a mais importante. Assim, entende-se também a paisagem como sendo um instante fotográfico captado pelas lentes dos olhos em momento especial, registrado na memória conforme a qualidade e interação entre o observador e a paisagem. É a possibilidade de sensibilização, de estímulo à outra percepção, de provocar uma mudança de atitude na relação dos homens entre si e com o planeta que torna a paisagem um instrumento, uma força, um componente essencial do ecoturismo.

Para Teles (2009), a paisagem possui uma ação que estimula o deslocamento, sobretudo quando se considera a capacidade de síntese da mesma para revelar os elementos da oferta que são fatores que estimulam o deslocamento. No turismo, a ideia de paisagem merece destaque especial, ao se tratar dessa categoria na perspectiva dos recursos naturais, dos elementos culturais e também

---

[5] Alan Ricardo Ribeiro - Geógrafo, membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Jequié, entrevista concedida a este pesquisador em 2011.

da estética. Identificando-a como um produto cultural, resultado do meio ambiente em interação com a ação da atividade humana, a paisagem pode despertar o interesse do turista para uma dada localidade.

O impulso à classificação das localidades turísticas passa pelos componentes paisagísticos existentes nos destinos. No caso da paisagem natural da região do Rio Preto do Criciúma, objeto desta pesquisa, a definição plena é de exuberância, riqueza e de vida.

> Não existe lugar no mundo melhor para viver. Aqui tem o dedo de Deus na paisagem, nas águas cristalinas dos rios e riachos e no verde das grandes árvores da Mata Atlântica. (informação verbal)[6].

Ao sentimento de Marinalva Carvalho Ferreira somam-se outros, igualmente de admiração e respeito. A vegetação é deslumbrante; os animais silvestres, várias trilhas, cachoeiras, morros, rios e riachos.

O jornalista e ecologista Domingos Ailton, secretário-executivo do GERC, por sua vez, assim define a paisagem do Rio Preto do Criciúma:

> Tem uma belíssima área, com grandes recursos naturais. Uma região muito rica em água, uma vez que o Rio Preto do Costa que abastece Jequié nasce naquela região, também com vários córregos e cachoeiras. Não restam dúvidas de que é um verdadeiro paraíso, aberto à visitação de todos. Sempre que visito aquela região, sou tomado por um sentimento de muita paz, sentindo-me plenamente em harmoniza como a natureza. (informação verbal)[7].

---

[6] Marinalva Carvalho, moradora, entrevista concedida a este pesquisador em 2011.
[7] Domingos Ailton, jornalista, ecologista e secretário-executivo do GERC, entrevista concedida a este pesquisador em 2011.

Figura 11 - Barragem do Cajueiro-Convergência dos rios Preto do Costa e Preto do Criciúma. No centro, a BR 330

Fonte: Arquivo Pessoal do Pesquisador (2011).

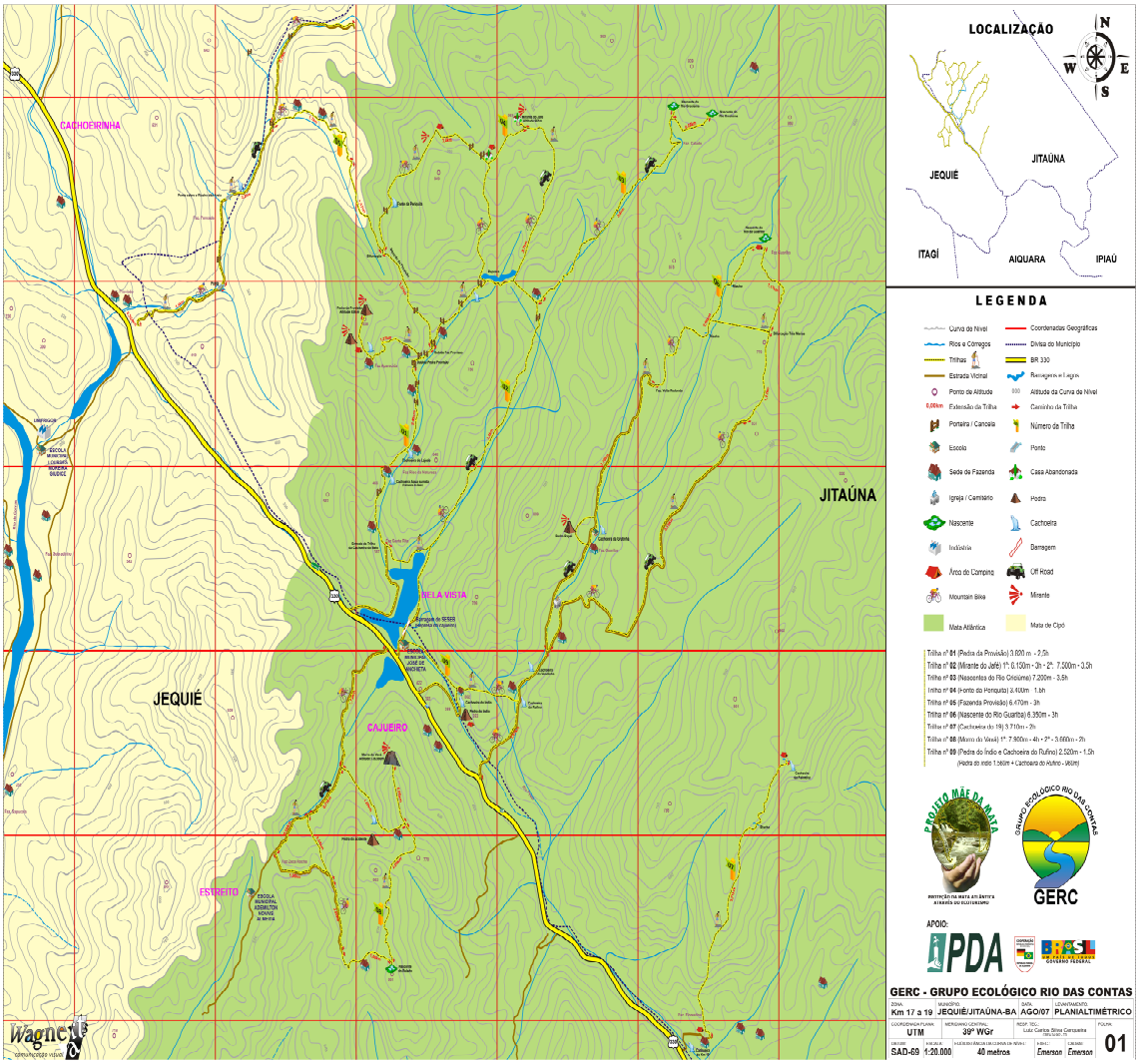
Ainda segundo Teles (2009), a busca pela qualidade dos elementos que compõem a oferta é garantidora da qualidade do produto turístico; entender a importância da conectividade desses elementos na dimensão espacial é fator importante para ações e organizações e gestão do turismo. No que concerne à região do Rio Preto do Criciúma, são muitos e valiosos os atributos naturais que poderão propiciar o desenvolvimento de atividades turísticas.

Na localidade, ainda existem fragmentos expressivos de áreas remanescentes de Mata Atlântica, e esta apresenta uma beleza cênica extraordinária com morros, diversos mirantes, trilhas, cachoeiras e quedas d'água. É uma região que, sem dúvida, apresenta muitos atributos naturais que podem propiciar atividades como caminhada, canoagem. Também a prática de diversas modalidades de esportes de aventura, tais como: *trekking*, rapel, tirolesa, arvorismo, *mountain bike*, cavalgadas e até *off-road.*

Figura 12 - Trilhas para a prática de trekking

Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador (2011).

Figura 13 - Mapa topográfico das trilhas da Região do Rio Preto do Criciúma.Projeto Mãe da Mata



Fonte: GERC (2010).

5.4 A RELAÇÃO DE IDENTIDADE DA COMUNIDADE COM O LUGAR E A PAISAGEM

Cavalcante (2006), ao citar Carlos (1996), considera que o lugar é a teia de relações humanas com a natureza de determinado grupo social no plano do vivido, que garante a construção de uma rede de significados e sentidos tecidos pela história e pela cultura, produzindo o sentimento de identidade e de pertencimento posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. O sujeito pertence ao lugar como este a ele.

O autor também alude a Veras (1995), que considera que no lugar percebe-se nitidamente o conjunto de características que lhe impõem específica caracterização e importância simbólica, resultante de sua própria relação com a paisagem, num permanente processo de troca. Este é definido por uma determinada sociedade que tem seus valores culturais e históricos próprios e cuja complexidade apresenta-se como um desafio pela necessidade de se inter-relacionar as dimensões sociais, culturais e ambientais. Assim, as experiências simbólicas têm a faculdade de interagir o natural e o cultural, o sonho e a realidade, consciente e inconsciente.

Nos contatos com moradores da região do Rio Preto do Criciúma, e mesmo através de entrevistas com ambientalistas e pesquisadores com experiências no local, observou-se que existe um sentimento de sensibilidade, de identidade e de pertencimento das pessoas em relação ao lugar. E este sentimento extrapola o abstrato, quando são observadas ações concretas de moradores, mesmo sem uma profunda consciência ecológica, com vistas à conservação, não só dos atributos naturais, como também dos elementos que constituem a história, os costumes, o labor, enfim, todo o seu procedimento cultural. Para eles, o contato permanente com a natureza pura constitui-se numa das mais importantes heranças culturais, que vêm sendo legada através de gerações:

> Em moradores antigos, observa-se uma relação de identidade com a região, e até um sentimento de nostalgia, de uma romaria que era realizada, saindo da Fazenda Provisão ia até o cume da Pedra da Provisão, onde existia um cruzeiro, local este que já encontrei a base deste antigo símbolo religioso cristão. Eles demonstram consciência de que as riquezas naturais do local devam ser conservadas. (informação verbal)[8].
>
> A relação de identidade é plena, principalmente em relação aos moradores mais velhos. Poucos são os que pretendem, de alguma forma, sair do local. Eles estão presos à cultura, às tradições do lugar. É como você mencionou, um sentimento de pertencimento. (informação verbal)[9].
>
> Sinto-me parte desta paisagem. Nasci aqui e aqui vou morrer. Não consigo pensar em outro lugar que tenha tanta beleza: rios, riachos, cachoeiras e muito verde. Respirar esse ar puro nos torna mais vivos a cada dia. (informação verbal)[10].
>
> Esta paisagem representa tudo em minha vida. Ainda sou jovem, mas tenho consciência de que se não cuidarmos agora, de nossas riquezas naturais,

[8] Luiz Carlos Ribeiro Poponet, Contador, Ecoturista, entrevista concedida a este pesquisador em 2011.
[9] Maria Alves da Cruz, secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Jequié, entrevista concedida a este pesquisador em 2011.
[10] Agnaldo Manoel dos Santos, morador, entrevista concedida a este pesquisador em 2011.

> vamos nos arrepender muito. Sinto-me, sim, parte de toda essa paisagem. (informação verbal)[11].

Assim, depreende-se que, para a comunidade do Rio Preto do Criciúma, o lugar, a paisagem e suas riquezas assumem uma posição de apropriação consciente, que permite, conforme Veras (1995 apud CAVALCANTE, 2006), uma interação entre espaço e o sujeito observador / interventor, que vai transformá-lo em algo que lhe pertence, ou algo de que se sinta fazendo parte. O lugar é parte da vida cultural, é a identidade do cotidiano, das relações que se travam e se estreitam a cada dia. É o sentido do pertencimento, a identidade biográfica dos moradores com os elementos de seu espaço vivido. Ali, cada árvore, rios, riachos, cachoeiras e demais atributos naturais têm uma história que se confunde com a história de cada habitante, mesmo em suas simplicidades, nas condições humildes, nas realidades, não tão exuberantes como o cenário, em que estão inseridos.

[11] Leonardo Santos Silva, morador, entrevista concedida a este pesquisador em 2011.

6 CONSIDERAÇOES FINAIS

Este estudo teve como objetivo estudar as potencialidades naturais da região do Rio Preto do Criciúma, no município de Jequié, e de como o ecoturismo pode contribuir para o desenvolvimento sustentável e a conservação dos atributos naturais, a partir de uma experiência naquela área. A relevância deste trabalho está na sua atualidade e, principalmente, na defesa de uma proposta de desenvolvimento, através do ecoturismo, com vistas à proteção dos recursos naturais da região, caracterizados pela presença de manchas remanescentes da Mata Atlântica e todo o seu ecossistema.

Para o desenvolvimento do estudo, foi feito um levantamento dos aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais, da região do Rio Preto do Criciúma, recorrendo-se a uma fundamentação teórico-prática relacionada ao desenvolvimento sustentável, e ao ecoturismo como modalidade de turismo voltado para a natureza .

Através da pesquisa em campo, constatou-se que o desenvolvimento de atividades voltadas para o potencial natural da localidade, atreladas à sua conservação; à criação de novas oportunidades de renda, e de investimentos dos governos municipal e estadual e da iniciativa privada; ao lado de outras diretrizes incorporadas num programa de desenvolvimento sustentável, configura-se como uma importante aspiração não só de moradores locais, como de ambientalistas e visitantes, preocupados com o acentuado nível de degradação do meio ambiente, caracterizado pelo corte ilegal de árvores nobres, o desmatamento contínuo, que dá lugar à agricultura e à pecuária, e o consequente impacto sobre os rios, cachoeiras e matas ciliares, assim como a caça predatória de animais silvestres.

Ao longo deste estudo, observou-se também que a região do Rio Preto do Criciúma é bastante valorizada pela sua localização e também pelas múltiplas aptidões de culturas. No tocante aos recursos hídricos, a região é privilegiada pela presença de várias nascentes e rios que, se não fosse o desmatamento acelerado, seriam em maior número. Entre os atrativos observados, *in loco,* e através de informações conseguidas junto ao GERC, responsável pelo projeto Mãe da Mata, e de moradores da localidade, visitantes e trilheiros, destacam-se as inúmeras trilhas; Pedra da Provisão; Morro do Vavá; Pedra do Índio; nascentes do Rio Criciúma, do Rio Preto do Costa, do Rio Guariba, dentre outros; Mirante do Jafé; Fonte da

Periquita; Cachoeira da Água Sumida; Cachoeira do Belo; Cachoeira do Km 19; Mirante da Pedra da Provisão; Rio Preto do Costa, Rio Preto do Criciúma, que abastecem Jequié, entre outros rios e riachos.

É relevante observar que, apesar de o GERC informar acerca do projeto Mãe da Mata naquela região, não houve possibilidade de maior detalhamento dos atrativos, por falta de fontes documentais. Entretanto, no curso da pesquisa de campo e através de fotos cedidas pelo grupo, foi possível constatar que se trata de uma região com muitos atrativos naturais.

Na região do Rio Preto do Criciúma observam-se manchas representativas da Mata Atlântica, com um clima agradável a maior parte do ano. Uma grande área verde, que propicia caminhadas ecológicas, banho de cachoeira, contemplação de pássaros, flores e grandes árvores, respirar ar puro e provar de água ainda pura, bem cristalina. Apesar do desmatamento, uma área muito bonita, que ainda mantém espécies nobres de árvores, como Jacarandá-da-Bahia, Cedro, Vinhático, Jatobá, Jequitibá, Ipê Roxo, Massaranduba, Pau-brasil, dentre outros.

A beleza cênica do lugar é extraordinária, com morros, diversos mirantes, abundância de rios, riachos, cachoeiras, quedas d´água, trilhas, sendo uma região de um enorme potencial ecoturístico. Observou-se também, que a região apresenta uma rica biodiversidade para a pesquisa científica, com a presença de várias plantas medicinais.

O GERC informa que tem desenvolvido ações com vistas ao mapeamento do potencial ecoturístico, visando implantar e fomentar atividades ecoturísticas, científicas e de educação ambiental na microbacia do Rio Preto do Criciúma para a conservação da Mata Atlântica e seu ecossistema. Segundo o grupo, foram desenvolvidas ações de diagnóstico socioambiental e cultural da microbacia, georeferenciamento das trilhas com identificação dos atrativos naturais, inventário das atividades de artesanato, culinária e manifestações culturais, diagnóstico das atividades agropastoris e seus impactos sobre os recursos naturais. Também foram realizadas oficinas educativas para pequenos agricultores visando a desenvolver o ecoturismo na região.

Entretanto, apesar de todos esses recursos naturais, entende-se que é preciso maior sensibilização da comunidade local, agente ativo no processo, para a

importância e a relevância que o ecoturismo representa na conservação ambiental e na sustentabilidade, como forma de proporcionar uma fonte alternativa de renda e consequente melhoria nas condições de vida da população local.

A abundância dos recursos naturais privilegia o Rio Preto do Criciúma, mas não o suficiente para que a região fosse, até hoje, beneficiada com políticas públicas e o interesse da iniciativa privada, capazes de promover a harmonização desses atributos naturais a uma consciência de sua importância e vitalidade para um desenvolvimento sustentável e o consequente benefício para a comunidade local, principalmente dos pequenos proprietários rurais. Alguns, por falta de alternativa, lançam-se a práticas por eles mesmos condenadas, mas consideradas essenciais para a sobrevivência, como desmatar para a feitura de roças e pastagens, e a extração de madeira para a construção de cercas e casas.

Em algumas propriedades visitadas durante a pesquisa de campo, moradores mostraram-se desconfiados das iniciativas de conservação, por considerar que qualquer projeto neste sentido deveria visar, antes de tudo, ao bem-estar dos moradores, que vivem, segundo eles mesmos, relegados à ausência do poder público.

Entende-se que existe preocupação com o problema de insustentabilidade em termos sociais, ambientais e econômicos na região, mas, antes de se buscar solução para qualquer que seja o problema percebido, é necessário desenvolver a sensibilidade da comunidade regional para com a questão ambiental. Isso inclui uma agenda ampla de preocupações, a exemplo de saúde, educação, transporte, emprego e renda. Esta deverá ser assegurada através do caráter permanente e intensivo das ações que deveriam ser implementadas pelos organismos públicos, federal, estadual e municipal, com a participação de empresários.

A região do Rio Preto do Criciúma convive com uma experiência de um projeto ecológico, intitulado Mãe da Mata, desenvolvido pelo GERC. Segundo o grupo, a infraestrutura do projeto é uma das mais completas, e se constitui de campanhas de conscientização das pessoas sobre a necessidade de desenvolver as atividades diárias, sem, contudo, degradar o meio ambiente, além de campanhas de reflorestamento, com doação de mudas. Mas ainda faltam recursos e apoio de outros organismos, principalmente da esfera pública, pois as pessoas querem respostas imediatas aos seus problemas.

Não se pode falar de conservação e pedir àquela comunidade, em sua maioria constituída de pessoas com poucos recursos financeiros, que evitem lavar roupas às margens dos rios e nascentes; que não derrubem as árvores nobres, remanescentes da Mata Atlântica; que conservem as matas ciliares, cachoeiras, trilhas e outros atributos naturais do local, se não for oferecida uma contrapartida, que lhes estimule a sensibilidade para com as riquezas naturais do local e ao mesmo tempo propicie atividades sustentáveis para garantir-lhe outras formas de renda.

A comunidade mostra-se consciente das riquezas do local e sua percepção sobre ela é de que deve ser conservada. Mas cobra um retorno concreto, em termos de melhorias da condição de vida, para que participe dos esforços pela sua conservação. Este posicionamento dos atores locais reverte-se de relevância para assegurar a viabilidade de quaisquer atividades socioambientais que sejam fundamentais para o desenvolvimento sustentável local, em razão do grande patrimônio natural e cultural existente.

À luz do que pensam os entrevistados deste estudo, o ecoturismo na Região do Rio Preto do Criciúma torna-se viável, dada a riqueza dos atributos naturais e por ser o ecoturismo um modelo de turismo desenvolvido de forma conservacionista, que procura conciliar a utilização turística com o meio ambiente, harmonizando as ações com a natureza, ao oferecer aos turistas um contato íntimo com os recursos naturais e culturais da região, buscando a formação de uma consciência ecológica.

Um projeto ecoturístico, como um segmento do turismo voltado à natureza, seria uma maneira de se estabelecer uma relação de harmonia entre a paisagem e o lugar, através da observação e interpretação ambiental das belezas naturais, e contribuiria para que os atores locais valorizassem sua cultura e sentissem sujeitos do seu lugar, determinando seu próprio desenvolvimento, admirando e cuidando da sua paisagem, criando possibilidades para a reconstrução de uma nova ética ambiental e respeito à diversidade cultural. Há de se observar também que, ao possibilitar a interação de ecoturistas e visitantes com as belezas do local, o ecoturismo estimularia um novo olhar sobre a natureza, bem como o respeito e a valorização da cultura local.

Compreende-se, desta forma, que a potencialidade do ecoturismo na área, reside no fato de que contribuiria tanto a valorização do local de vivência, como a

dinamização econômica da região, onde predominam a horticultura, a agricultura familiar e uma inexpressiva pecuária. A participação dos moradores dar-se-ia, por exemplo, com a instalação de ponto de apoio, como acomodações, restaurante que oferecessem um ambiente característico ou pitoresco, onde fossem servidas comidas típicas da região, com ênfase na comida caseira, e bebidas. A atividade ecoturística poderia propiciar a venda do artesanato local; produtos da agricultura familiar, como hortaliças, além de doces fabricados com frutas da região; o desenvolvimento da apicultura, na forma de cooperativa; da venda do peixe que existe em abundância, por conta da presença de muitos rios. Incluir-se-ia no elenco de serviços prestados pela comunidade local, a utilização de moradores como guias aos visitantes, já que detêm amplo conhecimento sobre a região. Com isso, eles agregariam uma renda adicional, menos impactante ao meio ambiente, à sua renda local e contribuiriam, de forma importante para a conservação das belezas naturais do local.

Para garantir a efetividade de investimentos em atividades ecoturísticas no Rio Preto do Criciúma considerar-se-á a participação do setor público para permitir o planejamento e a gestão do projeto, o que incluiria, dentre outros, investimentos na melhoria da capacidade de carga do local, com uma melhor infraestrutura no atendimento ao visitante, além de ações de assistência técnica e capacitação para empreendedores e a comunidade local, e parcerias com o setor privado para a prestação de serviços de ecoturismo na localidade.

Com isso, ganham ecoturistas e visitantes, que teriam asseguradas as condições necessárias para, de forma plena, contemplar um local de rara beleza, com grandes árvores, água limpa, um local paradisíaco e com a redução de impactos negativos ao local. São expressivos os benefícios ambientais, sociais e culturais que o ecoturismo propiciaria à região do Rio Preto do Criciúma, já que se constitui em uma atividade estratégica, para a conservação e a recuperação ambiental do espaço rural e natural, além de garantir a manutenção das atividades econômicas tradicionais, caracterizadas pela agricultura familiar e a pequena pecuária, a consequente permanência das dezenas de famílias no campo e ajudaria a formular um novo conceito de produção, com a criação de uma alternativa de renda para a comunidade local.

Além disso, seria uma forma de mudar a cultura do turismo baiano voltada para o litoral, com a valorização do potencial ecoturístico presente em Jequié, não só do Rio Preto do Criciúma, como em outros locais, a exemplo da Barragem da Pedra, no Rio das Contas e seus entornos. Mas para isso, precisar-se-ia trabalhar e criar projetos consistentes e viáveis, para que a iniciativa privada lance os olhos para o local.

Ressalta-se, entretanto, que a concentração de esforços entre os vários segmentos da sociedade civil organizada, com vistas à participação do poder público federal, estadual, municipal e da iniciativa privada consiste em grandes desafios a serem superados no tocante à implantação de um projeto ecoturístico na região, mesmo considerando tratar-se de um turismo em pequena escala, para o qual não seja necessária uma infraestrutura sofisticada do turismo tradicional, porquanto seria menos impactante à natureza e à cultural local. Para equacionar os interesses da comunidade local, conservacionistas, visitantes, empresariado e o poder público, responsável pelo processo de fiscalização dos recursos naturais da área do Rio Preto do Criciúma, é importante considerar que a natureza e todos os seus atributos são a essência do ecoturismo e que da sua preservação e conservação dependem a viabilidade e a rentabilidade de eventuais projetos.

Pensar o ecoturismo na região implica analisar os interesses dos proprietários das áreas onde se encontram os atributos naturais e conscientizá-lo da necessidade de um esforço comum para que toda aquela riqueza natural não sucumba ao processo de devastação que tem se perpetrado ao longo dos anos, com graves consequências para o meio ambiente. Mas para isso, há de se considerar também a preocupante ausência dos poderes públicos, principalmente na formulação de projeto integrado para a região, que contemple todos os interesses envolvidos.

Ao final deste estudo, pode-se afirmar que os atributos naturais observados na região do Rio Preto do Criciúma possibilitam a implantação do ecoturismo, ressaltando-se, entretanto, que a sustentação desta atividade ecoturística naquela área só será possível se houver a participação efetiva do poder público nas diversas instâncias, da iniciativa privada, de ONGs, da inserção da comunidade local. Experiências outras mostram que, com esta participação, é possível viabilizar ações pautadas pela adoção dos princípios de sustentabilidade ambiental conjugada a resultados na esfera do desenvolvimento econômico e social. Salienta-se ainda que

haja ações que estimulem a participação dos atores sociais nas decisões propostas para o desenvolvimento da localidade, ao mesmo tempo em que se garanta a conservação das suas riquezas naturais.

Entende-se, ainda, que a efetiva participação do governo nos níveis municipal, estadual e federal configura-se como importante para estimular e garantir investimentos do setor privado em atividades ecoturísticas na região do Rio Preto do Criciúma, com apoio da comunidade local no processo de planejamento e gestão dessas atividades, considerando-se que a população local é conhecedora e vivencia a realidade do lugar e, desta forma, sua participação torna-se valiosa no processo de identificação de problemas e necessidades; na avaliação de alternativas e no desenvolvimento de estratégias para proteção e/ou valorização do patrimônio natural e cultural, bem como o de auxiliar na busca de soluções para os problemas identificados.

Atividades ecoturísticas na localidade, na opinião dos entrevistados, poderiam contribuir para a valorização e a conservação da paisagem, fortalecendo os esforços pela preservação das áreas remanescentes da Mata Atlântica, alvo da extração criminosa de madeira e do desmatamento, não raras vezes, perpetrada por proprietários da própria localidade; dos inúmeros rios e riachos que tornam a região uma verdadeira caixa d´água; dos animais, também expostos à ação predatória de caçadores, dentre outras riquezas que tornam aquela região um dos mais expressivos e belos conjuntos cênicos da região Sudoeste da Bahia.

Em qualquer proposta que vise ao ecoturismo na região do Rio Preto do Criciúma, deve ser considerada, também, a importância dos fatores cognitivos e afetivos na construção dos espaços nos quis serão desenvolvidas essas atividades. É preciso levar em conta as expectativas, os valores e os interesses da comunidade receptora, como forma de garantir a sustentabilidade e a inclusão social nessa atividade. Há de se observar, ainda, a necessidade de que seja desenvolvida, de forma mais plena, uma campanha de educação ambiental, como a que vem sendo desenvolvida pelo GERC, bem como o desenvolvimento de pesquisas, como forma de a própria comunidade identificar e valorizar as riquezas naturais do lugar.

As entidades apontadas neste estudo como possíveis parceiras no processo devem desenvolver, em conjunto com os moradores, formas de cooperativismo, associativismo e estudos interdisciplinares em busca do ecoturismo de inclusão, na

condução do sentido do pertencimento. É oportuno lembrar a necessidade de existir incentivos para o desenvolvimento do empreendedorismo local com capacitação, orientação, acompanhamento e análise a partir de uma equipe técnica devidamente preparada, ação que poderia ser coordenada pela agência local do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), em parceria com a prefeitura e outras entidades. Estas ações, por sua vez, devem ser executadas por profissionais de diferentes formações, que contribuiriam com estudos sobre meio ambiente e a sustentabilidade da atividade ecoturística, o que incluiria os aspectos ecológico, social, político, cultural e econômico.

A implantação de uma unidade de conservação na área, conforme observado ao longo da pesquisa de campo, constitui-se numa antiga reivindicação e tem sido objeto de inúmeras discussões envolvendo o poder público municipal, ambientalistas e a própria comunidade local, considerando-se a necessidade de se definir limites dos espaços a serem conservados.

Dado ao fato de que até hoje não houve iniciativas dos organismos públicos na questão do zoneamento, poder-se-ia, através do esforço do GERC e de outras ONGs, dos proprietários da localidade, da UESB e outras Faculdades do município; a Associação Jequieense de Imprensa (AJI); e empresários, através da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) e SEBRAE, um esforço maior neste sentido, sugerindo-se a criação de uma RPPN, já que este grupo de UC possibilita a participação da iniciativa privada no esforço pela conservação dos atributos naturais do lugar.

Outro ponto a ser considerado, no que diz respeito aos benefícios do ecoturismo na região do Rio Preto do Criciúma é de que este poderia contribuir para despertar nos atores locais a autoestima (por serem parte importante na condução da atividade), bem como a valorização da própria cultura, do sentimento de pertencimento, por reconhecerem-se sujeitos do seu lugar. Além disso, proporcionaria novas alternativas de renda, menos impactantes ao meio ambiente, garantindo aos moradores o desenvolvimento de suas atividades laborais, ao tempo em que possibilitaria o admirar e o cuidar da paisagem, que lhes estimula a sensibilidade.

O processo de estudos acerca da possibilidade de implantação de um projeto ecoturístico no Rio Preto do Criciúma deve ocorrer com a plena participação dos moradores interessados em participar do projeto, mediados por entidades como o

GERC, cuja experiência no Projeto Mãe da Mata o credencia a este papel; a UESB, através do curso de Biologia; a Prefeitura Municipal, através das secretarias de Cultura e Turismo e de Agricultura e Meio Ambiente; do Conselho Municipal do Meio Ambiente, Conselho Comunitário, empresários, escolas, clubes de serviço, representações políticas dentre outros.

No curso do processo, sugerem-se reuniões para a análise do andamento do projeto, previsão de atividades, verificação do perfil do ecoturista em potencial, não só de Jequié como da microrregião, a missão e o objetivo do projeto, o levantamento dos atrativos culturais e naturais, a elaboração de roteiros, a definição de resultados, indicadores e metas de verificação com relação à missão e ao objetivo do projeto. Os proprietários dos locais onde se encontram os atributos naturais, deverão ser orientados sobre os benefícios e as implicações de uma RPPN, o tipo de UC recomendado para aquela área.

O ecoturismo é um tema, cuja relevância está na sua atualidade e o seu enfoque é o de buscar uma perspectiva de ações que relacionem o homem à natureza, tendo como referência o fato de que os recursos naturais são finitos em por isso, devem ser preservados. Refletir sobre a complexidade deste segmento do turismo, seus impactos negativos e positivos sobre o meio ambiente; a sua relação com as comunidades locais estimulam discussões e novos posicionamentos que visam a melhor entendê-lo.

Daí considerarmos que as discussões sobre uma proposta ecoturística na região do Rio Preto do Criciúma não se esgotam neste estudo, mas, pelo contrário, suscitam um novo olhar sobre a questão, dada a sua importância para o desenvolvimento sustentável, a conservação dos recursos naturais e o bem-estar daquela comunidade, e representa a possibilidade de contribuir para novas investigações e reflexões acerca do assunto.

REFERENCIAS

AMARAL FILHO, Jair do. **A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local.** Fortaleza: Ipea, 2001.

ARAUJO, Emerson Pinto. **História de Jequié.** Salvador: Empresa Gráfica da Bahia,1971.

BARQUERO, Antonio Vásquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002.

BASSO, Karen G. Furlan. Políticas públicas do turismo em áreas naturais e a evolução do conceito de ecoturismo no Brasil. In: CONGRESSO NACIONAL DE ECOTURISMO, 2., 2007. **Anais eletrônicos...** 2007. Disponível em: <physis.org.br/ecouc/artigos>. Acesso em: 20 out. 2011.

BELLEN, Hans Michael Van. **Indicadores de sustentabilidade:** uma análise comparativa. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 2001.

BERENSTEIN, Simona Gropper. **Ecoturismo, sustentabilidade e comunicação:** o Jornal da APA e a Educação Ambiental na região de Itacaré-Serra Grande. Bahia. 2001. Dissertação (Mestrado em Administração)-. Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2001.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa:** monografia, dissertação, tese. 1. ed. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

BOO, Elizabeth. O planejamento ecoturístico para áreas protegidas. In: KREG, Lindberg. Tradução de Leila Cristina de M. Darin. **Ecoturismo:** um guia para planejamento e gestão. São Paulo: Editora Senac, 1999.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: IICA, 1999.

BUARQUE, Sérgio C. ; BEZERRA, Lucila. **Projetos de desenvolvimento municipal sustentável:** bases referenciais. [S.l.]: [s.n.], 1994. (Projeto Áridas). mimeo.

BURSZTYN, Ivan. A busca por novos paradigmas de desenvolvimento e seus reflexos nas políticas públicas de turismo. In: LEITE JÚNIOR, Plínio Pimentel (Org.). **O valor social do turismo**. São Paulo: Roca, 2007.

CALDAS, Eduardo de Lima; MARTINS, Rafael D'Almeida. Visões do desenvolvimento local: uma análise comparada de experiências brasileiras. In: LEITE JÚNIOR, Plínio Pimentel (Org.). **O valor social do turismo**. São Paulo: Roca, 2007.

CÂMARA MUNICIPAL DE JEQUIÉ. [Portal Institucional]. Disponível em: <http//:www.camaradejequié.ba.gov.br>. Acesso em: 23 mar. 2012.

CAMPOS, Ângelo Mariano Nunes. O ecoturismo como alternativa de desenvolvimento sustentável. **Revista Espaço Acadêmico**, 2004.

CARVALHO, Vininha F. **Origem e desenvolvimento do ecoturismo no Brasil.** Disponível em <http//:www.ecoviagem.com.br>. Acesso em: 17 nov. 2010.

CARVALHO Stella Maria Sousa. A percepção do turismo por parte da comunidade local e dos turistas no Município de Cajueiro da Praia – PI. **Revista Turismo em Análise**, v. 21, n. 3, dez. 2010. Disponível em: <http//:www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rta/v21n3/03.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2012.

CAVALCANTE, Márcio Balbino. Ecoturismo no Brasil, visita à natureza. **Mundo Jovem**, v. 369, 2006.

CESAR, Ana Maria Roux Valentini Coelho. **Método do Estudo de Caso (Case Studies) ou Método do Caso (Teaching Cases)?:** uma análise dos dois métodos no ensino e pesquisa em Administração. 2005. Disponível em: <http://www.unemat-net.br/prof/foto_p_downloads/cesar_-metódo do estudo de caso- administracao.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2011.

COIMBRA de SÁ, Natália. **Ecoturismo em áreas naturais protegidas:** a área de proteção ambiental do Litoral Norte e o povoado de Imbassaí (BA). 2004. Monografia (Pós-Graduação em Gerenciamento Ambiental) Universidade Católica do Salvador – UCSAL, Salvador, 2004.

COSTA, Patrícia Cortes. **Unidades de conservação**. São Paulo: Aleph, 2002.

DENZIN, Norman K. ; LINCOLN, Yvonna S. (ed.). **Handbook of qualitative research**. 2. ed. Thousand Oaks, Califórnia: Sage Publications. 2000.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente.** São Paulo, Atlas. 2003.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural:** recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

DIEGUES, Antônio Carlos S. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec; NUPAUB/USP, 2004.

DRUMM, Andy; MOORE, Alan. **Desenvolvimento do ecoturismo**: um manual para planejadores e gestores de conservação. Arlington, Virginia, USA: The Nature Conservancy. v.1. ano

O ECOLÓGICO: Jornal. Rio das Contas: GERC - Grupo Ecológico Rio das Contas, n.22, jun. 2007.

FARIA, Dóris Santos de; CARNEIRO, Kátia Saraiva. **Sustentabilidade ecológica no turismo.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

FENNELL, David A. **Ecoturismo:** uma introdução. Tradução de Inês Antônia

Lohbauer. São Paulo: Contexto, 2002.

FERRETTI, Orlando Ednei. **Do lugar ao território:** uma contribuição ao estudo de percepção espacial em unidades de conservação. 2011. Disponível em: <http//:www.webartigos.com/autores/orlandoferretti/>. Acesso em: 26 mar. 2012.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico.** 8. ed. São Paulo: Nacional, 1983.

GERC - GRUPO ECOLÓGICO RIO DAS CONTAS. **Projeto Mãe da Mata.** Rio das Contas, 2007.

GOOGLE MAPS. Disponível em: <http://maps.google.com.br/maps>. Acesso em: 26 mar. 2012.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 nov. 2011.

INSTITUTO THEOROS. **Curso de capacidade de carga turística**. São Paulo, 2004. Apostila.

IRVING, Marta Azevedo. Sustentabilidade, turismo e sociedade. In: LEITE JÚNIOR**,** Plínio Pimentel (Org.). **O valor social do turismo.** São Paulo: Roca. 2007.

IRVING, Marta de Azevedo et al. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 5, n.4, 2005.

IUCN; UNEP; WWF. **The world conservation strategy**: living resource conservation for sustainable development. Gland, Switzerland: International Union for Conservation of Nature (IUCN); United Nations Environment Programme (UNEP); World Wide Fund for Nature (WWF), 1980.

LAYRARGUES, Philippe P. **Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável:** evolução de um conceito?, 1997. Disponível em: <http://material.nerea-investiga.org/publicacoes/user_35/FICH_ES_32.pdf>. Acesso em: 20 maio 2012.

MAGALHAES, Claudia Freitas. **Diretrizes para o turismo sustentável em município**. São Paulo: Roca, 2000.

MARTINÉZ, F.J.; MONZONÍS, J.S. **Alojamiento turístico rural:** gestion y comercialización. Madri: Sintesis, 2000.

MATHIESON, A. ; WALL, G. **Turismo:** repercusiones económicas, físicas y sociales. México: Trilhas, 1990.

MORAES, Werter Valentim de. **Ecoturismo:** um bom negócio com a natureza. Viçosa: Aprenda Fácil Editora, 2000.

MYRDAL, Connar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas.** Rio de Janeiro: Saga, 1968.

NURSKE, Ragnar. **Problemas da formação de capital em países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

OLIVEIRA JÚNIOR, Altino Bonfim de. **Ecoturismo:** conflito entre teoria e prática. Salvador: Edufba, 2010.

OLIVEIRA, João Bosco Biase. **Ecoturismo e desenvolvimento sustentável.** 2005. Disponível em: <http//:br.monografias.com>. Acesso em: 17 nov. 2010.

OLIVEIRA, João Bosco Biase. **Paisagem, lugar e (Eco) turismo no Parque Estadual da Pedra da Boca-PB**. 2006. Disponível em: <http//:www.artigos.com/artigos/sociais/.../paisagem,-lugar.../artigo. Acesso em: 14 fev. 2012.

PAULICS, Veronika. Desenvolvimento local e redes de solidariedade. In: LEITE JÚNIOR, Plínio Pimentel Leite (Org.). **O valor social do turismo**. São Paulo: Roca, 2007.

QUINTEIRO, Mariana Martins da C. **Percepção dos recursos vegetais pela Comunidade de Visconde de Mauá/RJ, como base para a elaboração de estratégias de inclusão social.** 2006. Disponível em: <http//:www.ivt-rj.net/sapis/pdf/MarianaQuinteiro.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2012.

RIOS, Dermival Ribeiro. **Jequié**: síntese histórica e informativa. 2. ed. Salvador: JM e Editora Ltda., 2011.

RIPOLL y Hernandez, Graciela. **Turismo popular:** investimentos rentáveis**.** Tradução Cláudia Bruno Galvãn; São Paulo: Roca, 2003.

RODRIGUES, Adyr A. B. Ecoturismo, políticas públicas e a estratégia paranaense. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Ecoturismo no Brasil**: possibilidades e limites. São Paulo: Contexto, 2003.

RUSCHMANN, D. ; WIDMER, G. Planejamento turístico. In: ANSARAH, M. **Turismo**: como aprender como ensinar. São Paulo: Senac, 2000. v.2

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, Marcel. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SACHS, Ignacy. **Rumo à ecossocioeconomia**: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento:** crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS, Adenilson Rosa dos. **Desenvolvimento local:** mito ou realidade? O caso do pólo de confecções de Jequié. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional)- Universidade do Salvador- Unifacs, Salvador,

2009.

SANTOS, Ailton Gomes. **Dinâmicas territoriais, mudanças ambientais e riscos para a saúde pública:** a ocorrência da Leishmaniose visceral em Jequié (Bahia/Brasil). 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)- Universidade de Brasília - UNB, Brasília-DF, 2004.

SASAKI, Karen. **Turismo e sustentabilidade**: a experiência do artesanato de palha de Porto de Sauípe-BA. Salvador: Sathyarte, 2006.

SEN, Amartya Kumar. **Sobre ética e economia.** São Paulo: Companhia das Letras,1999.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Letras, 2000.

SOLLA, L. Reformas do Estado para qual democracia? O lugar da política. In: PEREIRA, L. C. B.; WILHEIM, J. SOLA, L. (Org.). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: UNESP, 1999.

SOUZA, André Luiz Lopes de. **Meio ambiente e desenvolvimento sustentável:** uma reflexão crítica. Belém: UFPA/NAEA, 1994. (Paper do NAEA, 45).

SOUZA, M.C. **Ecoturismo de mínimo impacto.** 57p. 2005. Monografia. (Pós-graduação Lato Sensu em Ecoturismo: interpretação e planejamento de atividades em áreas naturais)- UFLA, Lavras, 2005.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento econômico.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SPÍNOLA, Carolina de Andrade. Ecoturismo na Bahia: potencial e equívocos da atividade no Estado**.** In: MESA-REDONDA ALÉM DO SOL E DA PRAIA. 2003. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional da UNIFACS Universidade Salvador, 2003. Disponível em: <http//www.carolinaspinola.info>. Acesso em: 20 mar. 2012.

SPÍNOLA, Carolina de Andrade. **Ecoturismo em espaços de proteção integral no Brasil:** o caso do Parque Nacional da Chapada Diamantina, Bahia. 2005. Tese (Doutorado)- Universidade de Barcelona. Faculdade de Geografia e História. Departamento de Geografia Física e Análise Geográfica, Regional, 2005. Disponível em: <http//www.carolinaspinola.info>. Acesso em: 21 mar. 2012.

SPÍNOLA, Noelio Dantaslé. **Política de localização industrial e desenvolvimento regional:** a experiência da Bahia. Salvador: Fapesb; SECTI, 2003.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável:** turismo cultural, ecoturismo e ética, São Paulo: Aleph, 2000. v.5.

TELES, Reinaldo Miranda de Sá. **Fundamento geográfico do turismo.** Rio de Janeiro: Campos, 2009.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godói. **A sociedade pós-industrial e o profissional de turismo.** São Paulo: Campus, 1998.

VASCONCELOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez**. Fundamentos de economia.** São Paulo: Saraiva, 1998.

WEARING, Stephen; NEIL, John. **Ecoturismo**: impactos, potencialidades e possibilidades. Barueri, SP: Manole, 2001.

WESTERN, David. Definindo ecoturismo. In: LINDBERG, Kreg; HAWKINS, E. Donald. (Ed.). **Ecoturismo:** um guia para planejamento e gestão. 2. ed. São Paulo: Senac, 1999. p. 13-22.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre. Bookman, 2001.

APÊNDICE A - Entrevista sobre potencialides ecoturísticas do Rio Preto do Criciúma – Jequié – Ba - Entrevistado: Professor/Geógrafo Alan Ricardo Ribeiro Marinho, membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Jequié

Entrevistado: Professor/Geógrafo Alan Ricardo Ribeiro Marinho, membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Jequié.

1. Qual a percepção que o senhor tem da região do Rio Preto do Criciúma?

Sinto-me privilegiado de poder conhecê-la e participar de iniciativas que visam à sua preservação. Sempre que a visito, sou tomado por um sentimento de tranquilidade, de paz, e de harmonia com a natureza. Em relação aos moradores, considera-os um povo muito receptivo, com plena identidade do local e um profundo sentimento de pertencimento. Os mais antigos se deliciam em contar história das região para os visitantes.

2. O senhor considera que os atributos naturais do lugar propiciariam um projeto ecoturismo, que envolva a comunidade local?

Sim, os atributos naturais do lugar propiciam um projeto ecoturismo que envolva a comunidade local. Mas qualquer projeto tem que contar com o apoio dos organismos púbicos municipal e estadual, empresários, ONGs, pois precisa-se de recursos financeiros para a infraestrutura que garanta o alcance dos objetivos propostos, e as pessoas da localidade não contam com esses recursos. Junto com integrantes do GERC, buscamos orientar os moradores sobre a valorização do local para o ecoturismo. Trata-se de um lugar diferenciado, que conta com rios, cachoeiras, trilhas ainda intactas, onde eles podem valorizar a autoestima, e o sentimento de e pertencimento.

3. Conhecedor da região, integrante de um grupo ecológico, como o senhor analisaria a receptividade da comunidade em relação a um projeto ecoturístico?

A comunidade é receptiva, mas ao mesmo tempo imediatista. As pessoas buscam um retorno econômico imediato. Mas isso não acontece, pois para se executar um projeto de ecoturismo, de turismo ecológico, existem algumas padronizações que são feitas para garantir a sua viabilidade. Daí entendermos que tanto é importante a presença dos órgãos públicos, como dos moradores da localidade. Por conta da ausência de ações dos órgãos públicos na região, as pessoas ficam desconfiadas em relação a essa iniciativa. O GERC, por ocasião da execução do Mãe da Mata,

convidou botânicos, técnicos do SEBRAE, professores universitários para palestrar e conscientizar moradores e turistas em relação aos problemas do meio ambiente e da necessidade de se conservar as belezas naturais do lugar. Mas qualquer iniciativa esbarra na necessidade de participação do poder público.

4. Apesar dessa desconfiança das pessoas, o senhor acredita na viabilidade de um projeto ecoturístico na região do Rio Preto do Criciúma?

Um projeto deste tipo teria sucesso garantido porque agregaria tanto a valorização do local de vivência, como a dinamização econômica da região, onde predomina a horticultura. O Gerc já iniciou o projeto Trilhas Ecológicas, com participação de alunos da rede pública de ensino de Jequié, que ficaram maravilhados. Acredito que a participação dos moradores dar-se-ia, por exemplo, com a instalação ponto de apoio em locais estratégicos, l onde pudessem vender a sua produção, o artesanato local e doces fabricadas com frutas da região, além do peixe que existe em abundância, por conta da presença de muitos rios. Com isso, eles agregariam uma renda adicional à sua renda local.

O município, o estado, e a iniciativa privada, poderiam participar, o que asseguraria, com certeza, o sucesso do empreendimento. Os ecoturistas, por sua vez, contemplariam um local de rara beleza, com grandes árvores, água limpa, uma local paradisíaco. Seria uma forma de mudar a cultura do turismo voltada para o litoral, com a valorização do nosso potencial ecoturístico presente em Jequié, não só do Rio Preto do Criciúma, como em outros locais, a exemplo da Barragem da Pedra. Precisa-se trabalhar e criar projetos consistentes e viáveis, para que a iniciativa privada lance os olhos no local.

5. Qual a atividade econômica predominante no lugar?

A comunidade tem como fonte de sustento, a agricultura de subsistência à beira dos rios e das barragens. Eles desenvolvem a horticultura, plantando coentro, alface, salsa, couve, cebolinha, dentre outras hortaliças, que são vendidas no local ou na feira livre de Jequié. Há também o cultivo de frutas, da batata doce, mandioca e do cacau, outrora uma referência econômica, mas que declinou por conta da vassoura de bruxa. Observa-se ainda a criação de galinhas e, em pequena escala, da criação de bovinos, bem como a produção de doces e do artesanato.

6. Quais as ações que a Prefeitura de Jequié e o Governo do Estado têm implementado no lugar para assegurar a sua preservação e o bem-estar daquela comunidade?

Nenhuma, que eu tenha conhecimento. Na verdade, a comunidade ressente-se a ausência do poder público. Com exceção de programa de saúde, mantido pela secretaria municipal da Saúde e da Dires, pouco se tem feito por aquelas pessoas. As escolas da região também se encontram em dificuldades, carentes de reformas e de melhor infraestrutura. Em termos de um projeto ecoturístico, necessita-se de uma ampla infraestrura para resguardar os interesses da comunidade e a preservação dos recursos naturais.

7. Como o senhor avalia o sentimento dos moradores em relação à paisagem e ao local?

Com uma paisagem encantadora, com montanhas, cachoeiras, rios, e outros atributos naturais, o sentimento das pessoas é o de felicidade. De plena identidade com o local. Com exceção dos mais jovens, que vêm para a cidade, com objetivo de estudar, poucos são os moradores que pensam em mudar-se. Eles estão bastante integrados àquela paisagem, que consideram um paraíso.

8. Quais as riquezas naturais do local que o senhor conhece?

O espaço e o tempo são curtos para enumerar as belezas daquela local. Mas posso citar a fauna, com animas silvestres como a capivara, tatu, teiú, algumas espécies de macaco, muitos pássaros, repteis, dentre muitos outros. Em relação à flora, podemos destacar árvores antigas, que compõem a Mata Atlântica e se encontram intactas, a exemplo de madeiras nobres como o Cedro, Jacarandá, Vinhático, Jatobá, Ipê, dentre outros. Observa-se também a presença de plantas medicinais, algumas já catalogadas pela UESB- Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, várias espécies de flores. A riqueza dos rios e riachos, com belíssimas cachoeiras também integram a beleza do local. Infelizmente, com a caça predatória, alguns animais têm desaparecido. Mesmo com a fiscalização e ações preventivas, do Ibama, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Jequié e do IMA, ainda existem registro da extração irregular de madeira nativa e da caça a animais silvestres.

APÊNDICE B - Entrevista sobre potencialides ecoturísticas do Rio Preto do Criciúma - Jequié – Ba - Entrevistado: Emanoel Jorge Leal Braga - Professor, antropólogo - ecoturista

Entrevista ao projeto Dissertação de Mestrado em Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável – Unifacs - Jaldo Borges de Souza

Entrevistado: Emanoel Jorge Leal Braga- Professor, antropólogo - ecoturista

1. Qual a percepção que o senhor tem da região do Rio Preto do Criciúma, objeto desta pesquisa?

Sendo adepto ao turismo que envolve caminhada, de preferência por regiões que possibilitem um maior contato com a natureza, o chamado *turismo ecológico*, percebo que a região do Rio Preto do Criciúma é um potencial para a prática desse segmento turístico. Paisagisticamente falando, possui uma ótima reserva natural, que proporciona o desenvolvimento de inúmeras atividades de lazer atreladas a tal modalidade turística.

2. O senhor participa do projeto Mãe da Mata, que busca a conscientização das pessoas sobre a conservação do local. O que é necessário para que esse projeto, de fato, contribua para a melhoria das condições de vida daquela comunidade?

A minha participação no projeto ainda é pouca. Entretanto, como se trata de um projeto que tem como objetivo valorizar e cultivar os saberes locais para o melhor desenvolvimento sustentável da comunidade assistida, acredito que para a viabilização dele e de outros projetos têm que haver propostas bem definidas, a fim de obter os resultados esperados.

3. O senhor considera que os atributos naturais do lugar propiciam um projeto de ecoturismo, envolvendo a comunidade local e o poder público?

Sim. Como a cidade de Jequié tem um clima predominantemente quente, sem dúvida, a região oferece bons atributos naturais para que se possa desenvolver alguns projetos na linha do ecoturismo. Principalmente aqueles que contemplem as atividades esportivas, caminhadas, contemplação da paisagem, e aventura.

4. O senhor poderia enumerar alguns atributos naturais do local?

São muitos: a vegetação que é deslumbrante; os animais silvestres, várias trilhas, cachoeiras, montanhas, riachos e o Rio Preto do Costa, que abastece Jequié e o próprio Rio Preto do Criciúma. A beleza do local é impar.

5. Quais as ações que a prefeitura tem implementado no lugar para assegurar sua preservação e o bem-estar daquela comunidade?

Não tenho nenhuma informação sobre o assunto.

6. Existe zoneamento na região e, caso positivo, ele está sendo respeitado?

Não que eu tenha conhecimento.

7. Quais as tendências do lugar? Observa-se alguma forma de especulação imobiliária?

As atividades econômicas relacionam-se à pequena agricultura, principalmente de hortaliças e discreta atividade pecuária, apenas para sustento das famílias. O que temos notícia e da extração irregular de madeira e o desmatamento para dar lugar pequenas roças.

8. Como o senhor avalia a paisagem do lugar?

A região é favorecida por belas paisagens, com uma rica diversidade, por se encontrar em uma área de transição entre os biomas da Mata Atlântica e da Caatinga.

9. Sobre a fauna e a flora do local, o senhor tem alguma informação?

Poucas informações. Apenas que é de grande riqueza, com presença de árvores nobres, remanescentes da Mata Atlântica. A fauna, por sua vez, é contemplada com várias espécies de animais, alguns com risco de extinção.

10. Como o senhor avalia o sentimento das pessoas daquela comunidade em relação à paisagem? Existe efetivamente identidade daquelas pessoas em relação ao lugar?

Apesar de se observar um profundo sentimento de identidade e de pertencimento dos moradores com a paisagem e com os outros atributos naturais, considero que eles precisam ser melhor assistidos e fiscalizados nas ações envolvendo os desmatamento, bem como o uso de agrotóxicos, devido os mananciais existentes na região.

APÊNDICE C - Entrevista sobre potencialides ecoturísticas do Rio Preto do Criciúma – Jequié – Ba - Entrevistado: Luiz Carlos Ribeiro Poponet - Bacharel em Ciências Contábeis - Professor - Ecoturista

Entrevista ao projeto Dissertação de Mestrado em Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável – Unifacs - Jaldo Borges de Souza

Entrevistado: Luiz Carlos Ribeiro Poponet - Bacharel em Ciências Contábeis- Professor - Ecoturista

1. Qual a percepção que o senhor tem da região do Rio Preto do Criciúma, objeto desta pesquisa?

A região do Rio Preto do Criciúma ainda existe fragmentos expressivos de áreas remanescentes de Mata Atlântica. É uma região que apresenta uma beleza cênica extraordinária com montanhas, com diversos mirantes, onde existem diversas cachoeiras e quedas d´ água, sendo uma região de um enorme potencial ecoturístico, propício para a prática de diversas modalidades de esportes de aventura, tais como: *trekking*, canoagem, rapel, tirolesa, arvorismo, *mountain bike*, cavalgadas, e até *off-road.*

Mesmo com todo esse potencial ecoturístico, a região não conta com nenhuma unidade de conservação pública ou privada e vem passando por um processo de degradação, através da retirada ilegal de madeira, das queimadas e da caça predatória. Embora a região apresente uma rica biodiversidade para a pesquisa científica e para a prática do ecoturismo.

2. O senhor participa do projeto Mãe da Mata, que busca a conscientização das pessoas para a conservação do local. O que é necessário para que esse projeto, de fato, possa contribuir para a melhoria das condições de vida daquela comunidade?

Sim, participei na fase de elaboração e de execução do Projeto Mãe da Mata. O Projeto Mãe da Mata foi uma ação pioneira do Grupo Ecológico Rio das Contas – GERC, no mapeamento do potencial ecoturístico, visando implantar e fomentar atividades ecoturísticas, científicas e de educação ambiental na microbacia do Rio Preto do Criciúma para a conservação da Mata Atlântica da região. Apesar de termos desenvolvido ações de diagnóstico socioambiental e cultural da microbacia,

georeferenciamento das trilhas com identificação dos atrativos naturais, inventário das atividades de artesanato, culinária e manifestações culturais, diagnóstico das atividades agropastoris e seus impactos sobre os recursos naturais, realização de oficinas educativas para pequenos agricultores visando desenvolver o ecoturismo na região. Acredito que poderíamos ter sensibilizado ainda mais a comunidade local, para a importância e relevância que o Projeto representava, na preservação ambiental e na sustentabilidade que poderia proporcionar uma fonte alternativa de renda e consequentemente na melhoria de vida da população local.

3. O senhor considera que os atributos naturais do lugar propiciam um projeto ecoturístico, envolvendo a comunidade local e o poder público?

Claro que sim, como a própria pergunta já sugestiona. O trabalho inicial já foi realizado pelo GERC no projeto Mão da Mata, para que realmente fomentar o ecoturismo na região, deveria haver um trabalho conjunto envolvendo a comunidade local, ONG, poder público, agência de viagens, hotéis e pousada.

4. Quais os principais atributos naturais do local o senhor poderia enumerar?

Entre os atrativos mapeados e catalogados no Projeto Mãe da Mata, destaco os seguintes: Trilhas Pedra da Provisão, Nascentes do Rio Criciúma, Mirante do Jafé, Fonte da Periquita, Nascente do Rio Guariba, Morro do Vavá, Pedra do Índio, Cachoeiras: Da Água Sumida, Do Belo, Km 19, Rio Guariba e da Fonte da Periquita, Mirante: da Pedra da Provisão, do Jafé, do Morro do Vavá.

5. Quais as ações que a prefeitura tem implementado no lugar para assegurar a sua preservação e o bem-estar daquela comunidade?

Se existe eu desconheço alguma ação da Prefeitura Municipal.

6. Existe o zoneamento na região e, caso positivo, ele está sendo respeitado?

O conhecimento que tenho é do mapeamento georeferenciamento realizado pelo GERC, pelo projeto Mãe da Mata.

7. Quais as tendências do lugar? Observa-se alguma forma de especulação imobiliária?

A vocação econômica local é agro-pastoril, sendo uma região valorizada, o valor do Hectare é bem superior a qualquer outra do Município de Jequié, devido à grande incidência de nascentes.

Quanto à especulação, conheço esta região há bastante tempo, faço caminhada nesta região, bem antes do Projeto Mãe da Mata, e posso afirmar que constato ao longo dos anos a diminuição de determinadas áreas da mata atlântica, para dar lugar aos pastos, como também a diminuição de aves e do catitu que víamos com facilidade.

8. Como o senhor avalia a paisagem do lugar?

Exuberante.

9. Sobre a fauna e a flora do local, o senhor tem alguma informação?

Em determinados locais, encontramos flora típica de campos de altitudes, tais como: orquídeas, quaresmeira e outras, além de árvores nobres, remanescentes da Mata Atlântica. Animais são muitos, a exemplo de capivara, teiú, tatu, paca, muitas aves, várias espécies de cobras, dentre outros.

10. Como o senhor avalia o sentimento das pessoas daquela localidade em relação à paisagem? Existe efetivamente identidade daquelas pessoas em relação ao lugar?

Em moradores antigos, observa-se uma relação de identidade com a região, e até um sentimento de nostalgia, de uma romaria que era realizada, saindo da fazenda Provisão ia até o cume da Pedra da Provisão, onde existia um cruzeiro, local este que já encontrei a base deste antigo símbolo religioso cristão. Eles demonstram consciência de que as riquezas naturais do local devam ser conservadas.

APÊNDICE D - Entrevista sobre potencialides ecoturísticas do Rio Preto do Criciúma - Jequié – Ba - Entrevistado: Domingos Ailton da Silva - Jornalista/Professor - Secretário Executivo do Grupo Ecológico Rio de Contas (GERC)

Entrevistado: Domingos Ailton da Silva - Jornalista/Professor - Secretário Executivo do Grupo Ecológico Rio de Contas (GERC).

1. Qual a percepção que o senhor tem em relação do Rio Preto do Criciúma, objeto desta pesquisa?

Tem uma belíssima área, com grandes recursos naturais. Uma região muito rica em água, uma vez que o Rio Preto do Costa que abastece Jequié, nasce naquela região, também com vários córregos e cachoeiras. Não restam dúvidas que é um verdadeiro paraíso, aberto à visitação de todos. Sempre que visito aquela região, sou tomado por um sentimento de muita paz, sentindo-me plenamente em harmonia com a natureza.

2. O senhor participa do projeto Mãe da Mata, que busca a conscientização das pessoas para a conservação do local. O que é necessário para que esse projeto, de fato, possa contribuir para a melhoria das condições de vida daquela comunidade?
A infraestrutura do projeto é uma das mais completas. Temos feito campanhas de conscientização das pessoas sobre a necessidade de desenvolver suas atividades diárias, sem contudo, degredar o meio ambiente. Campanhas de reflorestamento, com doação de mudas. Mas ainda nos faltam recursos e apoio de outros organismos, principalmente da esfera pública, pois as pessoas querem respostas imediatas aos seus problemas. Não podemos falar de preservação sem mostrar para aquelas pessoas, na maioria e pequenos recursos, que evitem lavar roupas às margens dos rios e nascentes. Que não podem retirar determinado tipo de madeira, se não tivermos uma contrapartida, que lhes propicie outra forma de renda.
3. O senhor considera que os atributos naturais do lugar propiciariam um projeto ecoturístico, que envolva a comunidade local.
Não tenho a menor dúvida em relação ao sucesso de um projeto desta natureza. Prova disso é que o projeto Mãe da Mata, desenvolvido pelo GERC- Grupo Ecológico Rio de Contas, tem buscado a conscientização das pessoas em relação à conservação do meio ambiente. Acredito que um projeto ecoturístico seria de muita valia, não só como contribuição para a melhoria das condições de vida daquelas

pessoas, como também de empenhá-las no esforço pela preservação do local, que sofre com ação predatória do homem. Mas é preciso advertir que qualquer projeto tem que contar com o apoio do poder público municipal e estadual, pois só assim atrairia o interesse da iniciativa privada. E deverá ser estruturado através de atividades que visem, além da contemplação, aspectos científicos e de educação ambiental.

4. Quais os atributos naturais do local, o senhor enumeraria?

Como eu disse, trata-se de um local de uma beleza cênica muito rica. É uma região montanhosa, com manchas representativas da Mata Atlântica, com um clima agradável a maior parte do ano, que encantam os turistas e os próprios moradores. Uma grande área verde, que propicia caminhadas ecológicas, banho de cachoeira, contemplação de pássaros, flores e grandes árvores, respirar ar puro e provar de água ainda pura, bem cristalina. Apesar do desmatamento, uma área muito bonita, que ainda mantém espécies nobres de árvores, como Jacarandá-da- Bahia, Cedro, Vinhático, Jatobá, Jequitibá, Ipê Roxo, Massaranduba, Pau-brasil, dentre outros.

5. Quais as ações que a prefeitura e o Estado têm implementado no lugar para assegurar a sua preservação e o bem-estar daquela comunidade? O senhor tem observado alguma ação da prefeitura de Jequié e do governo do Estado no lugar, para assegurar a sua preservação ?

Em nossos constantes contatos com moradores da região, observamos a ausência de qualquer ação dos organismos públicos em relação ao local. Projetos voltados para o ecoturismo não existem, fato que deixa as pessoas desconfiadas quando são questionadas em razão desse tipo de proposta. O Ibama, o Inema, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Jequié tem implementado ações de fiscalização, na apreensão de madeira extraída ilegalmente do local, às vezes autuando os infratores. Mas essas ações não visam a cooptar os moradores como aliados no processo de preservação.

6. Existe o zoneamento na região? Caso positivo, ele está sendo respeitado?

Apesar de ser uma área com grande potencial turístico, com vários rios e nascente, não conheço nenhum tipo de zoneamento, com exceção do mapeamento feito pelo GERC-Grupo Ecológico Rio de Contas.

7. Quais as tendências do lugar? Observa-se alguma forma de especulação?

As tendências econômicas são da agricultura familiar, com predomínio da horticultura, cultivo de banana, coco, feijão, dentre outros. A pecuária existente é de pequeno porte.

8. Como o senhor analisa o comportamento da comunidade em termos da conservação do lugar?

As pessoas demonstram um sentimento de apego às belezas naturais existentes. Mas carecem de uma melhor conscientização de como conservá-las e em relação aos remanescentes da Mata Atlântica, preservá-las. Um projeto ecoturístico poderia propiciar renda a essas pessoas, que muitas vezes sobrevivem do plantio de hortaliças e da criação de galinhas. Elas poderiam, com a devida instrução de técnicos, servir como guias nas caminhadas, orientando os turistas a deixar intactos os recursos naturais ou até mesmo fornecer alimentos, a exemplo da cocada, dos bolos que são confeccionados , ou até mesmo contando histórias sobre o local. São muitas as opções em que os moradores locais participariam, no caso de um projeto de ecoturismo.

9. O senhor tem observa sinais de desmatamento na região?

Sim. Vários locais estão desmatados,não só nas margens dos rios, com as matas ciliares, como no topo das montanhas. Nestes locais, a vegetação natural tem cedido lugar à agricultura. Apesar de predominar a horticultura, alguns moradores tem inserido outras culturas, como de abóbora, mamão, graviola, banana, dentre outras.

10. Em relação à fauna do local?

A fauna é constituída de várias espécies de animais, a exemplo de capivara, tatu, teiú; muitas espécies de pássaros. Há relatos de moradores de terem visto o mico-leão-dourado, dentre outras espécies de macacos.

11. Quais os benefícios que o senhor apontaria no caso de um projeto ecoturístico na região do Rio Preto do Criciúma?

Considero que ele será importante na preservação daquele ecossistema, hoje, fragilizado em decorrência da devastação. Também contribuiria para o conhecimento das belezas que são guardadas no interior daquela área. O GERC, através do projeto Mãe da Mata tem procurado aproximar as pessoas daquelas

riquezas naturais, ao mesmo tempo em que tenta conscientizá-las da necessidade de preservação. Em relação aos moradores, um projeto bem estruturado proporcionará a inserção dos mesmos no trabalho de conservação dos recursos naturais e culturais, ao mesmo tempo em proporcionará a geração de emprego e renda.

APÊNDICE E - Entrevista sobre potencialides ecoturísticas do Rio Preto do Criciúma – Jequié - Ba - Entrevistado: Maria Alves da Cruz - Mestra em Desenvolvimento Sustentável - Professora - Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Jequié

Entrevista ao projeto Dissertação de Mestrado em Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável – Unifacs - Jaldo Borges de Souza

Entrevistado: Maria Alves da Cruz - Mestra em Desenvolvimento Sustentável- Professora - Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Jequié

1. Qual é a sua percepção em relação à região do Rio Preto do Criciúma, objeto desta pesquisa?

O Rio Preto do Costa é uma região bastante valorizada pela sua localização na zona da mata e também pelas múltiplas aptidões de culturas. Na área de recursos hídricos a região é privilegiada pela presença de várias nascentes e rios que, se não fosse o desmatamento acelerado, seriam em maior número.

2. A senhora considera que os atributos naturais do lugar propiciam um projeto ecoturístico envolvendo a comunidade, a Prefeitura, o Estado e empresários?
O potencial ecoturístico da região é muito grande, daí considerarmos a viabilidade de qualquer projeto visando ao ecoturismo na região. Ainda não temos nenhum projeto de iniciativa do poder público, mas há estudos, desde a gestão do então prefeito Lomanto Júnior, a este respeito.
3. Quais os principais atributos naturais do local que a senhora poderia enumerar?
Matas exuberantes, muitas nascentes, riachos, montanhas e a beleza dos rios Preto do Costa e Preto do Criciúma. Sem falar dos animais, alguns raros, que habitam a região. Como eu disse, a região tem um grande potencial para o turismo ecológico.
4. Existe alguma ação implementada pela Prefeitura com vista a assegurar a preservação do lugar e o bem-estar daquela comunidade?

Desde 2009 a prefeitura de Jequié vem tentando implementar alguns programas assistencialistas na região através das secretarias de Desenvolvimento Social e da Secretaria de Agricultura irrigação e Meio Ambiente a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), política pública estabelecida no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome (MDS).

Em 2010 foi intensificado o cascalhamento das estradas vicinais pela prefeitura municipal de Jequié, a Secretaria de Agricultura Irrigação e Meio Ambiente desenvolve projetos de cursos de enxertias, clonagem e agricultura orgânica objetivando incentivar o produtor rural a plantar, colher e desenvolver atividades sustentáveis.

5. Existe zoneamento na região e, caso positivo, ele está sendo respeitado?

Há estudos acerca do zoneamento da região, criando-se uma área de preservação permanente. Mas todo o projeto ainda não saiu do papel. Apesar das riquezas naturais existentes e dos mananciais, ainda não temos zoneamento e a degradação é constante, até mesmo por parte de moradores. As matas ciliares, por exemplo, tem sentido o impacto dessas ações. É comum a lavagem de roupas nas margens do rio, o que provoca sérios prejuízos ao meio ambiente. Há tentativa de conscientizar as pessoas acerca de práticas mais salutares, mas há resistência.

6. Quais as tendências econômicas do lugar? Observa-se alguma forma de especulação imobiliária?

Região de várias atividades agrícolas a exemplo do cacau, agricultura familiar e de subsistência (aurelícolas). Está também presente na região a pecuária de leite, apesar de se tratar de pequenas propriedades rurais onde a principal atividade é a agricultura familiar. O produtor da região ainda mantém pequenos rebanhos para atender as necessidades locais e às vezes da região. Não se observa especulação imobiliária no local.

7. Como a senhora avalia a paisagem do lugar?

As palavras não são suficientes para descrevê-la, pois é de grande riqueza. Trata-se de manchas remanescentes da Mata Atlântica, com várias árvores nobres, como o Jacarandá, Cedro, Vinhático, dentre outros. Os recursos hídricos são grandes, com várias nascentes, cachoeiras, rios e riachos. É um lugar que reúne todos os requisitos para a prática do ecoturismo, do turismo ecológico.

8. Como a senhora avalia o sentimento das pessoas daquela localidade em relação à paisagem? Existe efetivamente alguma identidade delas em relação ao lugar?

A relação de identidade é plena, principalmente em relação aos moradores mais velhos. Poucos são os que pretendem, de alguma forma, sair do local. Eles estão

presos à cultura, às tradições do lugar. É como você mencionou, um sentimento de pertencimento.

9. Quais os benefícios que a senhora apontaria no caso de um projeto ecoturístico na região do Rio Preto do Criciúma?

Muitos, a começar por forçar um novo olhar sobre o lugar, principalmente por parte do pode público e do empresariado de Jequié. Considero importante que discussões acerca deste tema sejam encabeçadas não só pela Prefeitura, como de outros segmentos da sociedade, escolas, clubes de serviço, imprensa, dentre outros. Com certeza, ganharia a natureza, com toda sua riqueza melhor tratada; ganharia a comunidade local, que teria nova alternativa de renda, atrelada á conservação da natureza; ganhariam todos nós, por termos a possibilidade de contemplar e ajudar a conservar todo aquele potencial natural.

APÊNDICE F - Entrevista sobre potencialides ecoturísticas do Rio Preto do Criciúma – Jequié – Ba - Entrevistado: Maurício Carlos – Sitiante e comerciante, morador local

Entrevista ao projeto Dissertação de Mestrado em Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável – Unifacs - Jaldo Borges de Souza

Entrevistado: Maurício Carlos – Idade 60 anos - Sitiante e comerciante - Mora na localidade há 12 anos

1. Qual o seu sentimento em relação a este local?

Sentimento de orgulho e de paz. Sinto-me feliz por pertencer a esta beleza de lugar.

2. O que o senhor proporia para a conservação destes atributos naturais?

Que a prefeitura ou órgãos públicos fizessem investimento no local, através da melhoria das estradas vicinais, para que pudéssemos vender a nossa produção nas feiras da região. Desta forma poderíamos ter melhores condições de cuidar da mata e dos rios.

3. Qual a atividade econômica o senhor desenvolve em suas terras?

Eu tenho um pequeno comércio de vendas de bebidas e comidas, aos sábados e domingos, servindo peixes e outras comidas típicas às pessoas que visitam o local. Também cultivo hortaliças, para ajudar no orçamento.

4. O senhor concorda que um projeto ecoturístico (foram explicadas as características desta modalidade de turismo), com participação desta comunidade e apoio dos organismos públicos, poderia transformar-se em uma alternativa de renda, ao mesmo tempo em que os ajudaria a conservar as belezas naturais do local?

Sim. Mas, como o senhor disse, precisaria da participação do governo e dos empresários, pois sozinhos não temos condições de fazê-lo.

5. De alguma maneira, o senhor contribui para a conservação dos rios e das matas da região?

Não sei de outros rios, mas do Rio Preto do Costa, este em frente ao meu comércio, eu cuido, sim. Nos fins de semana, por exemplo, quando o fluxo de pessoas

aumenta, eu tenho o cuidado de pedir que não deixem lixo nas margens e dentro do rio. Mas a prefeitura precisa dar mais atenção ao local.

6. Como o senhor descreveria a fauna e a flora do local?

Muito rica. Tem bicho de todas as espécies: tatu, capivara, macaco, paca, cobra de vários tipos, muitos pássaros. Enfim, é um lugar cheio de vida, mas que tem recebido pouca atenção por parte das autoridades.

9. O Poder Público Municipal tem implementado alguma ação que propicie a melhoria da qualidade de vida das pessoas desta localidade?

Com exceção das visitas dos os agentes comunitários de saúde e o funcionamento das escolas municipais e, de vez em quando, do Ibama, quando há denúncia de desmatamento, não tenho conhecimento da presença das autoridades públicas nesta região.

8. O senhor se identifica com este lugar? Sente-se pertencente a esta paisagem?

Plenamente. Todas as manhãs, quando acordo, sinto-me parte desse verde; dessas belezas. Depois que me mudei para cá, não sinto nenhuma vontade de sair daqui!

APÊNDICE G - Entrevista sobre potencialides ecoturísticas do Rio Preto do Criciúma – Jequié – Ba - Entrevistado: Agnaldo Manoel dos Santos - Lavrador-Morador local

Entrevista ao projeto Dissertação de Mestrado em Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável – Unifacs - Jaldo Borges de Souza

Entrevistado: Agnaldo Manoel dos Santos. 46 anos – Lavrador - Casado, dois filhos. Mora no local desde quando nasceu.

1. Qual o seu sentimento em relação a este local?

Sentimento de orgulho, de paz e de alegria com toda essa beleza.

2. O que o senhor proporia para a conservação desses atributos naturais?

Moço, eu não sei bem o que dizer, mas acho que os moradores gostariam de ter melhores condições de vida e, desta forma, ajudar, de alguma maneira, a conservar toda essas belezas.

3. Que atividade econômica o senhor desenvolve aqui?

Sou lavrador. Planto hortaliça, quiabo, uns pés de cacau e crio umas cabeças de gado.

4. O senhor concorda que um projeto ecoturístico (foram explicadas as características desta modalidade de turismo), com participação desta comunidade e apoio dos organismos públicos, poderia transformar-se em uma alternativa de renda, ao mesmo tempo em que os ajudaria a conservar as belezas naturais do local?

Se for como o senhor explicou, não tenho dúvidas de que seria uma maneira de conseguirmos uma renda extra e nos ajudaria a conservar o local. As pessoas já fazem piquenique nos fins de semana, mas de uma forma desorganizada, deixando muito lixo nas trilhas, como também sujam os riachos, até mesmo com garrafas de cerveja. Se o turismo fosse feito de forma organizada, com certeza essa sujeira não aconteceria. Além disso, teríamos a oportunidade de vender diretamente ao visitantes alguns dos produtos que fabricamos aqui como cocada, bolos, hortaliças, e outros.

5. O senhor contribui, de alguma forma, para a preservação dos rios e das matas da região?

Tem um grupo de Jequié (Grupo Ecológico Rio das Contas-GERC, que desenvolve o projeto ecológico Mãe da Mata), que de vez em quando faz caminhadas pelas trilhas do local e tem nos ensinado algumas maneiras de conservar o local, inclusive plantando mudas de árvores. Acho muito interessante a atitude do grupo, pois nos chamou a atenção para os cuidados que devemos ter com a nossa mata e rios. Assim, sempre que posso, oriento meus filho e esposa para cuidarmos melhor do local.

6. Como o senhor descreveria a fauna e a flora do local?

Muito rica. Temos vários tipos de árvores, como jacarandá, vinhático, jatobá, jequitibá, e muitos outros. Quanto aos animais, são muitos: macaco, teiú, capivara, cobras e muitos pássaros. Toda essa riqueza poderia ser melhor preservada e tivéssemos alguma forma de ajuda. Alguns proprietários questionam o fato de terem que manter uma reserva de árvores, em lugar de fazerem roças e pastagens. São pessoas pobres, que precisam de recursos.

7. O poder público tem implementado alguma ação para melhorar as condições de vida dos moradores desta localidade?

Até o momento, não! Se existe, eu não tenho conhecimento.

8. O senhor se identifica com este lugar? Sente-se pertencente a esta paisagem?

Sinto-me parte desta paisagem. Nasci aqui e aqui vou morrer. Não consigo pensar em outro lugar que tenha tanta beleza: rios, riachos, cachoeiras e muito verde. Respirar esse ar puro nos torna mais vivo a cada dia.

APÊNDICE H - Entrevista sobre potencialides ecoturísticas do Rio Preto do Criciúma – Jequié – Ba - Entrevistado: Agnaldo José Patrocínio – Lavrador - Morador local

Entrevista ao projeto Dissertação de Mestrado em Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável – Unifacs - Jaldo Borges de Souza

Entrevistado: Agnaldo José Patrocínio – Lavrador - Casado. Mora no local há 29 anos.

1. Qual o seu sentimento em relação a este local?

Sentimento de orgulho, de paz e de felicidade. Cada vez mais sinto-me ligado plenamente a este lugar.

2. O que o senhor proporia para a conservação desses atributos naturais?

Primeiramente, apoio dos órgãos públicos , para que nós possamos fazer a nossa parte. Acho que alguma coisa precisa ser feita para preservamos a mata e os rios, mas sozinhos não podemos fazer muita coisa.

3. Que atividade econômica o senhor desenvolve aqui?

Sou lavrador e crio algumas cabeças de gado para o sustento da família, através da venda de uns litros de leite.

4. O senhor concorda que um projeto ecoturístico (foram explicadas as características desta modalidade de turismo), com participação desta comunidade e apoio dos organismos públicos, poderia transformar-se em uma alternativa de renda, ao mesmo tempo em que os ajudaria a conservar as belezas naturais do local?

Com certeza. Era como falava com o senhor. Se tivermos o apoio do governo, tudo dará certo, pois todos nós temos consciência de que precisamos preservar essas belezas naturais.

5. O senhor contribui, de alguma forma, para a preservação dos rios e das matas da região?

Sim. Evito jogar lixo nas margens, pesco com linha para não prejudicar a vida dos rios, e oriento as pessoas que visitam o local nos fins de semana, que não deixem sujeira na mata.

6. Como o senhor descreveria a fauna e a flora do local?

Temos vários tipos de árvores, como jacarandá, vinhático, jatobá, jequitibá, e muitos outros. Quanto aos animais, são muitos: macaco, teiú, capivara, cobras e muitos pássaros.

7. O poder público tem implementado alguma ação para melhorar as condições de vida dos moradores desta localidade?

Não. Até mesmo aqui, perto da BR 330, a energia que temos é particular, rateada entre os próprios moradores. Tanto a prefeitura de Jequié como a de Jitaúna não têm desenvolvido ações que beneficiem diretamente os moradores. Uma boa forma de melhorar a paisagem é a prefeitura doar mudas de plantas para o reflorestamento das áreas devastadas pelo desmatamento. Mas isso acontece de forma muito pequena, que não atende às nossas necessidades. A doação de mudas de árvores frutíferas também tem sido solicitada pelos proprietários.

8. O senhor se identifica com este lugar? Sente-se pertencente a esta paisagem?

Eu não tenho palavras para dizer como me sinto em relação a essa região. Sou sei dizer que sou parte de toda essa beleza e para preservá-la, faria qualquer sacrifício.

APÊNDICE I - Entrevista sobre potencialides ecoturísticas do Rio Preto do Criciúma – Jequié – Ba - Entrevistado: Antônio Lino da Cruz – Agricultor - Morador no local

Entrevista ao projeto Dissertação de Mestrado em Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável – Unifacs - Jaldo Borges de Souza

Entrevistado: Antônio Lino da Cruz – Casado - Idade 61 anos - Agricultor - Mora no local há 3 anos

1. Qual o seu sentimento em relação a este local?

Sou novo na área, mas já posso dizer que daqui não sairei jamais. O sentimento de felicidade é muito grande em relação a essas belezas naturais. Aqui vivo muito bem.

2. O que o senhor proporia para a conservação desses atributos naturais?

Mantenho intactas as árvores da mata. Veja estes pés de vinhático. Estão todos preservados. Mesmo com a necessidade de espaço para a plantação, mantenho essa reserva, mesmo porque o Ibama, o IMA e a Prefeitura não permitem que seja feito a derrubada dessas árvores.

3. Que atividade econômica o senhor desenvolve aqui?

Sou agricultor. Pretendo introduzir, se conseguir recursos, a cultura de graviola, mamão, lima. Preciso sobreviver, daí buscar todo o espaço que puder para plantar.

4. O senhor concorda que um projeto ecoturístico (foram explicadas as características desta modalidade de turismo), com participação desta comunidade e apoio dos organismos públicos, poderia transformar-se em uma alternativa de renda, ao mesmo tempo em que os ajudaria a conservar as belezas naturais do local?

Sim, desde que traga benefício para a região. De nada adianta projetos ecológicos se os moradores não forem beneficiados. Sabemos da necessidade de conservação da natureza, mas nos consideramos parte desta natureza, por isso também merecemos de cuidados. E eu digo ao senhor que ninguém quer perder tempo com algo que não nos traga benefícios.

5. O senhor contribui, de alguma forma, para a preservação dos rios e das matas da região?

Claro! Como eu disse, mantenho de pé as árvores da mata, não poluo e rio e brigo quando os visitantes deixam sujeira nas trilhas, principalmente nos fins de semana. Infelizmente, alguns moradores não se preocupam com a conservação do lugar e o que é pior, permitem o desmatamento. Não sou a favor do desmatamento, mas acho que deveríamos ter alguma ajuda para manter essas árvores em pé, quando na verdade precisamos de madeira e espaço para nossas plantações e pastagem. Muitos dos meus vizinhos pensam assim, mas têm receio de dizer.

6. Como o senhor descreveria a fauna e a flora do local?

Não conheço profundamente, pois tenho pouco tempo na localidade. Mas segundo os antigos moradores, existem muitos bichos e a mata, isso eu posso afirmar, é muito rica, com belas árvores, como a que o senhor pode ver em nossa propriedade.

7. O poder público tem implementado alguma ação para melhorar as condições de vida dos moradores desta localidade?

Não. E esta é a grande queixa de todos os moradores. Nem a Embasa, responsável pela Barragem do Rio Preto do Costa, que abastece Jequié, tem desenvolvido projetos que nos beneficiem. Somos nós que fiscalizamos, principalmente nos fins de semana, quando cresce o fluxo de pessoas, para que não sejam sujadas as margens do rio.

8. O senhor se identifica com este lugar? Sente-se pertencente a esta paisagem?

Este lugar é uma dádiva de Deus. Acostumado com o barulho e os problemas da cidade, hoje me considero no paraíso. Só vou a Jequié dois dias por semana. Nos outros, vivo a contemplar esta maravilha.

APÊNDICE J - Entrevista sobre potencialides ecoturísticas do Rio Preto do Criciúma - Jequié – Ba - Entrevistado: Marinalva Carvalho Ferreira – Comerciante - Moradora local

Entrevista ao Projeto de Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Regional – Jaldo Borges de Souza - Unifacs

Entrevistado: Marinalva Carvalho Ferreira – Viúva – Comerciante - 48 anos. Vive no local há 18 anos.

1. Qual o seu sentimento em relação a este local?

Sentimento de respeito e de admiração por toda essa beleza. Mesmo morando às margens da BR 330, (a entrevistada tem um pequeno comércio próximo à Barragem do Cajueiro) consigo desfrutar da tranqüilidade e das riquezas naturais que a região oferece.

2. O que a senhora proporia para a conservação desses atributos naturais?

Intensas campanhas de conscientização das pessoas, como a que é feita, de vez em quando, pelo GERC- Grupo Ecológico Rio das Contas. Eu sempre o apoio, quando vai fazer caminhadas ou conversar com os moradores sobre a preservação da mata e dos rios e riachos.

3. Que atividade econômica a senhora desenvolve aqui?

Sou comerciante. Tenho esse pequeno estabelecimento, onde vendo coco, refrigerante, água mineral e, nos fins de semana, comida para os visitantes. Entretanto, como o senhor pode observar, o imóvel precisa urgente de uma reforma urgente. Mas me faltam recursos financeiros para fazê-la. Se eu conseguisse o dinheiro, ampliaria o espaço e poderia melhor atender as pessoas, com melhor oferta de serviços.

4. A senhora concorda que um projeto ecoturístico (foram explicadas as características desta modalidade de turismo), com participação desta comunidade e apoio dos organismos públicos, poderia transformar-se em uma alternativa de renda, ao mesmo tempo em que os ajudaria a conservar as belezas naturais do local?

Claro! Eu já tenho experiência com essa modalidade de turismo, através dos projetos do GERC. O “Mãe da Mata” tem ajudado na conscientização das pessoas,

mas carece de uma melhor infraestrutura. O ecoturismo, como o senhor colocou, seria muito importante, não só para a natureza, como para as pessoas.

5. A senhora contribui, de alguma forma, para a preservação dos rios e das matas da região?

Considero-me uma pessoa preocupada com a preservação das belezas desta região, pois tenho conversado com os visitantes de fins de semana, sobre a necessidade de não deixar lixo ou sujeira na mata e nos rios. Sou contra a caça e a prisão de animais silvestres, e denunciaria qualquer crime contra a natureza

6. Como a senhora descreveria a fauna e a flora do local?

Ouço os lavradores contarem que a fauna é muito rica, com a presença de vários animais, aves e répteis. Infelizmente, a caça predatória ainda existe, e coloca em extinção alguns desses animais. Quanto à flora, dá para ver daqui que é de grande riqueza. São árvores nobres, como vinhático, jacarandá, cedro, e outros.

7. O poder público tem implementado alguma ação para melhorar as condições de vida dos moradores desta localidade?

Não tenho conhecimento, pois vivo aqui, na beira da rodovia. Mas os moradores lá do alto reclamam da falta de assistência da prefeitura e do governo do Estado.

8. A senhora se identifica com este lugar? Sente-se pertencente a esta paisagem?

Não existe lugar no mundo melhor para viver. Aqui tem o dedo de Deus na paisagem, nas águas cristalinas dos rios e riachos e no verde das grandes árvores da Mata Atlântica. Pertenço, sim, completamente a este lugar, a esta paisagem, a este mundo de beleza.

APÊNDICE L - Entrevista sobre potencialides ecoturísticas do Rio Preto do Criciúma - Jequié – Ba - Entrevistado: Maria dos Santos – Sitiante - Moradora local

Entrevista ao projeto Dissertação de Mestrado em Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável – Unifacs - Jaldo Borges de Souza

Entrevistado: Maria dos Santos – 59 anos – casada - Sitiante - Há 12 anos vive no local.

1. Qual o seu sentimento em relação a este local?

Não tenho palavras para dizer, mas só sei que este lugar me enche de alegria e de uma sensação de paz.

2. O que a senhora proporia para a conservação desses atributos naturais?

Educação para as pessoas e punição para os que continuam a desmatar e a derrubar as árvores para fazer madeira. Essas ações só trazem prejuízos para nós, que sobrevivemos de nossas hortaliças, da pesca, e da criação de pequenos animais. As autoridades deveriam intensificar a fiscalização para evitar esses crimes.

3. Que atividade econômica a senhora desenvolve aqui?

Sou lavradora e, juntamente com o meu marido, cultivamos hortaliças e outras verduras. Criamos algumas galinhas e algumas cabeças de gado. A nossa vida é simples, e nos sentimos bem com o pouco que temos.

4. A senhora concorda que um projeto ecoturístico (foram explicadas as características desta modalidade de turismo), com participação desta comunidade e apoio dos organismos públicos, poderia transformar-se em uma alternativa de renda, ao mesmo tempo em que os ajudaria a conservar as belezas naturais do local?

Eu concordo com tudo que nos ajude a manter nossas belezas naturais. Se esse projeto tiver essa finalidade, com certeza eu e outros moradores vamos participar.

5. A senhora contribui, de alguma forma, para a preservação dos rios e das matas da região?

Sim. Preocupo-me em não sujar as margens dos rios e riachos; mantenho intactas as árvores nobres; não permito caça em minhas terras. E tenho passado esses

ensinamentos aos meus filhos e outros familiares que nos visitam nos fins de semana.

6. Como a senhora descreveria a fauna e a flora do local?

A fauna é muito rica, com a presença de vários animais como tatu, capivara, macacos, aves e répteis. Mas a caça ilegal tem feito desaparecer alguns desses animais. A flora é muito rica, com várias árvores nobres ainda intactas, apesar do desmatamento.

7. O poder público tem implementado alguma ação para melhorar as condições de vida dos moradores desta localidade?

Não sei responder. Mas pelo que sei, não existe nenhuma ação do governo.

8. A senhora se identifica com este lugar? Sente-se pertencente a esta paisagem?

Sou parte deste lugar. Aqui cheguei há 12 anos e me sinto como se aqui tivesse nascido. Não vejo qualquer razão, mesmo com algumas dificuldades, para sair daqui.

APÊNDICE M - Entrevista sobre potencialides ecoturísticas do Rio Preto do Criciúma - Jequié - BA - Entrevistado: Carmosina Marta do Patrocínio – lavradora

Entrevista ao projeto Dissertação de Mestrado em Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável – Unifacs - Jaldo Borges de Souza

Entrevistado: Carmosina Marta do Patrocínio – casada- lavradora – Nasceu na localidade

1. Qual o seu sentimento em relação a este local?

Eu sou parte de tudo isso. Aqui nasci e não conheço outro lugar. Por isso meu sentimento é de orgulho e de felicidade.

2. O que a senhora proporia para a conservação desses atributos naturais?

Eu não sei explicar. Talvez uma maior fiscalização das autoridades, para evitar o desmatamento e a caça, como também maior consciência dos próprios moradores para que evitem atitudes que coloquem em risco nossas belezas naturais.

3. Que atividade econômica a senhora desenvolve aqui?

Sou lavradora. Cultivo hortaliça, banana, cacau e outros produtos que vendemos na feira de Jequié.

4. A senhora concorda que um projeto ecoturístico (foram explicadas as características desta modalidade de turismo), com participação desta comunidade e apoio dos organismos públicos, poderia transformar-se em uma alternativa de renda, ao mesmo tempo em que os ajudaria a conservar as belezas naturais do local?

Concordo, sim. Aliás, já tivemos uma experiência com esse tipo de turismo, através de um grupo de Jequié que fazia palestras e caminhadas por várias trilhas da região. Se tivermos participação maior nesse projeto, tenho certeza de que será bem recebido pelos demais moradores.

5. A senhora contribui, de alguma forma, para a preservação dos rios e das matas da região?

Sim. Tenho cuidado em conservar as margens dos rios limpas. Não costumo derrubar árvores antigas, mesmo precisando de madeira para alguns trabalhos na

roça. Nos fins de semana, procuro ficar atenta ao movimento de pessoas que visitam este local, para que não deixem lixo espalhado.

6. Como a senhora descreveria a fauna e a flora do local?

A região é rica em grandes árvores, para as quais somos orientados a não derrubar, pois pertencem ao que sobrou da Mata Atlântica. Vinhático, Jatobá, Jacarandá, Cedro e outros tipos que não sei o nome. Quanto aos animais, aqui existe de tudo: capivara, tatu, teiú, macaco, cobras e outros.

7. O poder público tem implementado alguma ação para melhorar as condições de vida dos moradores desta localidade?

Já nos perguntaram sobre isso e a resposta é não. Não sei de nenhuma ação dos governos municipal e estadual para beneficiar a região.

8. A senhora se identifica com este lugar? Sente-se pertencente a esta paisagem?

Meu senhor, sinto-me pertencente a toda esta paisagem. Não conheço lugar mais bonito para viver. Temos muitos problemas aqui, mas a paz, a tranquilidade desta paisagem não têm preço.

APÊNDICE N - Entrevista sobre potencialides ecoturísticas do Rio Preto do Criciúma - Jequié - Ba - Entrevistado: Eliene Nascimento de Souza – lavradora - moradora local

Entrevista ao projeto Dissertação de Mestrado em Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável – Unifacs - Jaldo Borges de Souza

Entrevistado: Eliene Nascimento de Souza – casada - lavradora - Há 29 anos reside no local

1. Qual o seu sentimento em relação a este local?

Não sei descrever a emoção que sinto em relação a este local. Só sei que amo toda essa beleza.

2. O que a senhora proporia para a conservação desses atributos naturais?

Que haja mais ação dos governos para nos ajudar a preservar o local. Precisamos de apoio para cuidarmos melhor dessas riquezas, pois também somos pessoas pobres, que carecemos de atenção.

3. Que atividade econômica a senhora desenvolve aqui?

Sou lavradora. Cultivo hortaliça, banana, cacau, dentre outros. Também crio galinhas e umas cabeças de gado.

4. A senhora concorda que um projeto ecoturístico (foram explicadas as características desta modalidade de turismo), com participação desta comunidade e apoio dos organismos públicos e de empresários poderia transformar-se em uma alternativa de renda, ao mesmo tempo em que os ajudaria a conservar as belezas naturais do local?

Se esse projeto trouxer melhorias para os moradores, eu concordo. Mas eu não acredito muito nessas coisas muito complicadas. Como disse antes, precisamos de recursos para melhorar a nossa condição de vida.

5. A senhora contribui, de alguma forma, para a preservação dos rios e das matas da região?

Sim. Evito sujar os rios e as matas. Não apoio caça em minhas terras.

6. Como a senhora descreveria a fauna e a flora do local?

A região é rica em grandes árvores como Vinhático, Jatobá, Jacarandá, Cedro e outros tipos. Mas elas ficam aí, balançando ao vento, pois não podemos derrubá-la, mesmo precisado de maior espaço para plantar ou de madeira para construir cercas ou casas. Quanto aos animais, aqui existe de tudo: capivara, tatu, teiú, macaco, cobras e outros.

7. O poder público tem implementado alguma ação para melhorar as condições de vida dos moradores desta localidade?

Não sei de nenhuma ação dos governos municipal e estadual para beneficiar a região.

8. A senhora se identifica com este lugar? Sente-se pertencente a esta paisagem?

Se sentir-se bem e feliz é pertencer a alguma coisa, eu acho que pertenço, sim a este lugar, pois daqui não tenho intenção de mudar.

APÊNDICE O - Entrevista sobre potencialides ecoturísticas do Rio Preto do Criciúma - Jequié - Ba - Entrevistado: Leonardo Santos Silva - agricultor

Entrevista ao projeto Dissertação de Mestrado em Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável – Unifacs - Jaldo Borges de Souza

Entrevistado: Leonardo Santos Silva - solteiro – 18 anos – agricultor - nasceu na localidade

1. Qual o seu sentimento em relação a este local?

Tenho sentimento de felicidade, de orgulho, e ao mesmo tempo de tristeza, por conta do abandono a que somos relegados

2. O que você proporia para a conservação desses atributos naturais?

Que houvesse projetos sustentados pela prefeitura, para beneficiar os pequenos produtores, como a minha família.

3. Que atividade econômica você desenvolve aqui?

Eu e minha família, assim como a maioria das pessoas, cultivamos hortaliça, banana, cacau, dentre outros. Criamos galinhas e umas cabeças de gado. Também vivo da pesca, que é rica na região.

4. Você concorda que um projeto ecoturístico (foram explicadas as características desta modalidade de turismo), com participação desta comunidade e apoio dos organismos públicos e de empresários poderia transformar-se em uma alternativa de renda, ao mesmo tempo em que os ajudaria a conservar as belezas naturais do local?

Concordo, pois assim poderíamos melhorar as nossa condições de vida e ajudar a conservar nossas riquezas naturais.

5. Você contribui, de alguma forma, para a preservação dos rios e das matas da região?

Sim. Sou contra o desmatamento, a caça de animais silvestres e oriento as pessoas que nos visitam, nos fins de semana, a não sujar as matas, os rios e as trilhas. Quero participar melhor dos esforços pela preservação de nossas belezas naturais.

6. Como você descreveria a fauna e a flora do local?

Todos já devem ter dito que a região é rica em árvores da mata atlântica, apesar do desmatamento, a exemplo do Vinhático, Jatobá, Jacarandá, Cedro e outros tipos. Quanto aos animais, aqui existe de tudo: capivara, tatu, teiú, macaco, cobras e outros.

7. O poder público tem implementado alguma ação para melhorar as condições de vida dos moradores desta localidade?

Não soube responder.

8. Você se identifica com este lugar? Sente-se pertencente a esta paisagem?

Esta paisagem representa tudo em minha vida. Ainda sou jovem, mas tenho consciência de que se não cuidarmos agora, de nossas riquezas naturais, vamos nos arrepender muito. Sinto-me sim, parte de toda essa paisagem.

APÊNDICE P- Entrevista sobre potencialides ecoturísticas do Rio Preto do Criciúma – Jequié - BA - Entrevistado: Gedeon Souto dos Santos - Agricultor - Residente local

Entrevista ao projeto Dissertação de Mestrado em Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável – Unifacs - Jaldo Borges de Souza

Entrevistado: Gedeon Souto dos Santos - 26 anos – Solteiro – Agricultor - Reside no local há 26 anos

1. Qual o seu sentimento em relação a este local?

De orgulho e felicidade. Aqui temos muitas riquezas naturais que ainda precisam ser melhor exploradas.

2. O que você proporia para a conservação desses atributos naturais?

Ações que envolvam os moradores e os beneficiem. Desta forma eles poderão contribuir para a preservação de toda essa reserva natural.

3. Que atividade econômica você desenvolve aqui?

Sou agricultor. Cultivo hortaliça e outras culturas.

4. Você concorda que um projeto ecoturístico (foram explicadas as características desta modalidade de turismo), com participação desta comunidade e apoio dos organismos públicos e de empresários poderia transformar-se em uma alternativa de renda, ao mesmo tempo em que os ajudaria a conservar as belezas naturais do local?

É desse tipo de ação que eu falava. Um projeto deste tipo, com certeza seria viável para a região. Mas, como você disse, precisaria da participação da Prefeitura e dos empresários de Jequié. Sozinhos não conseguiríamos tocá-lo.

5. Você contribui, de alguma forma, para a preservação dos rios e das matas da região?

Não como gostaria, pois me faltam condições de fazê-lo. Mas na medida do possível, tenho procurado agir de maneira a não prejudicar o meio ambiente.

6. Como você descreveria a fauna e a flora do local?

Muito rica, com um potencial natural de fazer inveja. São árvores nobres, remanescente da Mata Atlântica, que sobrevivem, apesar do desmatamento. A

fauna também é muito diversificada, com a presença de animais como teiú, tatu, capivara, macacos e muitas aves.

7. O poder público tem implementado alguma ação para melhorar as condições de vida dos moradores desta localidade?

Não! Por sinal, os moradores reclamam muito dessa ausência.

8. Você se identifica com este lugar? Sente-se pertencente a esta paisagem?

Muito. A beleza e a riqueza natural desta região enchem-me de orgulho. Identifico-me muito com todos esses atrativos.